

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: 01/12/2012 a 31/12/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

## Índice

Frustração marca primeira semana da COP. Giovana Girardi - O Estado de S.Paulo. 01/12/2012.....	6
Sede da COP, Catar vive contradições ambientais. Giovana Girardi - O Estado de S.Paulo. 02/12/2012.....	6
“Não aceitaremos mais promessas vazias”, declara assembleia Guarani e Kaiowá – Site da CPT. 03/12/2012.....	8
Comunidades já vivenciam as mudanças climáticas. Giovana Girardi - O Estado de S.Paulo. 03/12/2012.....	11
Mendes destaca participação dos servidores na Regionalização – Site do MAPA. 04/12/2012.....	12
Floresta Amazônica perde 240 mil km2. Herton Escobar - O Estado de S.Paulo – 04/12/2012.....	13
Atlas disseca a Amazônia e faz alertas para o futuro. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 04/12/2012.....	14
Pesquisa em agrobiodiversidade. Sophia Gebrim – Site do MMA. 04/12/2012.....	17
Projeto Biomas vai mostrar os potenciais de uso sustentável do Pantanal – Site da CNA. 05/12/2012.....	18
Brasil propõe gatilho para elevar metas de Kyoto. Giovana Girardi - O Estado de S.Paulo. 05/12/2012.....	19
Madeireiros atacam terra indígena, diz Ministério Público – Folha de São Paulo. 05/12/2012.....	20
Condrap aprova diretrizes para a conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável – Site do MDA. 05/12/2012.....	20
Índio diz que correu 40 km após ataque de madeireiros. Katia Brasil – Folha de São Paulo. 05/11/2012.....	21
Indígenas exigem demarcação de terras em ato em Brasília – Folha de São Paulo. 05/12/2012.....	22
Pecuária de MT tem área menor e produz mais. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 05/11/2012.....	23
O índio quer participar do agronegócio, afirma Terena – Site da CNA. 06/12/2012.....	23
Área no Mato Grosso será devolvida hoje a índios Xavantes. Fátima Lessa - O Estado de S.Paulo. 06/12/2012.....	25
Nova metodologia flagra desmate no Vale do Ribeira. José Tomazzela - O Estado de S.Paulo. 06/12/2012.....	25
ZEE do Cerrado é apresentado. Sophia Gebrim – Site do MMA. 06/12/2012.....	26
Agroecologia em pauta. Sophia Gebrim – Site do MMA. 06/12/2012.....	27

Incra vai usar imagens de satélite para monitorar assentamentos na Amazônia Legal – Site do INCRA. 07/12/2012 .....	28
MMA e Incra firmam parceria. Sophia Gebrim – Site do MMA. 07/12/2012.....	29
Aprovado segundo período do Protocolo de Kyoto – Site do MMA. 08/12/2012.....	31
Iphan atua no patrimônio genético. Luciene de Assis – Site do MMA. 10/12/2012 .....	31
"Bolsa verde" do Rio estreia com o foco em reserva legal. Bettina Barros – Valor Econômico. 10/12/2012 .....	32
Petrobras obtém licença do Ibama para Sapinhoá. André Borges – Valor Econômico. 10/12/2012.....	33
Posseiros fazem protesto contra ordem de despejo de terra indígena – Folha de São Paulo. 10/12/2012 .....	34
Pesquisadores do Projeto Biomas passam a semana no Cerrado – Site da CNA. 11/12/2012.....	35
Combate ao desmatamento na Amazônia inclui 58 assentamentos de Rondônia – Site do INCRA. 11/12/2012 .....	36
Bolsa 'verde' entra em operação no Rio de Janeiro – Folha de São Paulo. 11/12/2012.....	37
FAMASUL defende regularidades fundiárias de MS – Site da CNA. 12/12/2012 .....	37
Unidades de conservação e desenvolvimento. Luiz Paulo Fazzio – Valor Econômico. 12/12/2012.....	39
Rio Grande do Sul homologa 11 novos territórios rurais – Site do MDA. 12/12/2012.....	40
Maranhão, Tocantins e Piauí atraem novos projetos. Stella Fontes – Valor Econômico. 12/12/2012.....	42
Grupo discute mapeamentos territoriais para a elaboração de estratégias – Site do MAPA. 13/12/2012 .....	43
Portaria orienta plantio de prática sustentável – Site do MAPA. 13/12/2012 .....	44
Uma agenda ambiental falida. Christianne Maroun – O Globo. 13/12/2012.....	45
Ministro ressalta esforços conjuntos para reconhecimento de territórios quilombolas – Site do MDA. 13/12/2012 .....	46
Em 2013, Projeto Biomas entra em seu terceiro ano – Site da CNA. 14/12/2012.....	47
Recuperação de Área de Preservação Permanente é foco de experimento no Cerrado – Site da CNA. 14/12/2012 .....	48
Entidades denunciam os males do monocultivo de eucalipto em MS – Site do MST. 14/12/2012.....	49
Desapropriação de reserva indígena no MT escancara a violência do latifúndio – Site do MST. 14/12/2012 .....	51
Orgânicos: técnicos do Mapa discutem plano no Cnapo – Site do MAPA. 14/12/2012 .....	52
Governo vai criar instituto na Amazônia. João Villaverde - O Estado de S.Paulo. 16/12/2012.....	53
Força-tarefa retoma cerca de 20 mil hectares da Terra Indígena Marãiwatsédé em cinco dias – Site da CPT. 17/12/2012.....	54

Políticas de Desenvolvimento Territorial ganham reforço para 2013 e 2014 – Site do MDA. 17/12/2012.....	55
"No Brasil, uma proprietária de terras que fala pelo agronegócio" – Site da CNA. 18/12/2012.....	56
Rio+20: conquistas e desafios. Luciene de Assis – Site do MMA. 18/12/2012.....	59
Projeto que libera licenças será votado até quinta – O Globo. 18/12/2012 .....	60
Mineradora ameaça patrimônio pré-histórico na Amazônia – O Globo. 18/12/2012.....	61
Cafeicultura desponta no oeste baiano. Carine Ferreira – Valor Econômico. 19/12/2012 .....	62
JBS e Greenpeace voltam a dialogar, e empresa tem novo plano "sustentável". Bettina Barros – Valor Econômico. 19/12/2012 .....	64
CONTAG assina termo de cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente – Site da CONTAG. 20/12/2012 .....	65
CNA assina acordo de cooperação técnica para implementação do Cadastro Ambiental Rural – Site da CNA. 20/12/2012.....	66
Mapa investe na expansão do sistema produtivo de base agroecológica – Site do MAPA. 20/12/2012.....	66
Empréstimos pelo Programa ABC somam R\$ 1,2 bi em cinco meses – Site do MAPA. 20/12/2012.....	67
ONU cria grupo para definir metas sustentáveis. Felipe Werneck - O Estado de S.Paulo. 20/12/2012.....	68
Incra fará Cadastro Ambiental Rural de um milhão de assentados – Site do INCRA. 20/12/2012.....	68
Pepe Vargas assina termo de cooperação para Cadastro Ambiental Rural – Site do MDA. 20/12/2012.....	70
Rio +20 deixa legado positivo na área socioambiental – Site do MDS. 21/12/2012 .....	71
PF age para conter extração irregular de madeira, no MA – Folha de São Paulo. 21/12/2012.....	71
Cerrado vira terra fértil e se torna nova fronteira agrícola. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo. 22/12/2012 .....	72
Grandes grupos devem dominar a produção – Folha de São Paulo. 22/12/2012 .....	73
Infraestrutura é obstáculo ao Mapitoba – Folha de São Paulo. 22/12/2012.....	74
Incra publica dados de combate ao desmatamento na Amazônia – Site do INCRA. 23/12/2012.....	75
Secas deixaram marcas profundas na Amazônia – O Globo. 25/12/2012 .....	76
Desenvolvimento inclusivo sustentável? Marcelo Côrtes Neri – Valor Econômico. 26/12/2012.....	76
São Francisco pode ser extinto, diz biólogo – Daniel Carvalho. Folha de São Paulo. 26/12/2012.....	78
Mineradoras aceleram seu avanço na Amazônia brasileira. John Lyons e Paul Kiernan   The Wall Street Journal, Valor Econômico. 26/12/2012 .....	79
O tamanho do verde – Site do MMA. 27/12/2012 .....	82

Biodiversidade ajuda a evitar pobreza, diz estudo - O Estado de S.Paulo. 28/12/2012 .....	83
Ambientalismo republicano. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 29/12/2012.....	84
Polícia usa bomba para desocupar vila em MT – Folha de São Paulo. 31/12/2012.....	85
Forças federais ocupam entrada de terra indígena. Cleide Carvalho – O Globo. 31/12/2012.....	86

## **Frustração marca primeira semana da COP. Giovana Girardi - O Estado de S.Paulo. 01/12/2012**

A secretária executiva da Convenção do Clima, Christiana Figueres, fez ontem um balanço sobre a primeira semana da 18.<sup>a</sup> Conferência das Partes do Clima das Nações Unidas (COP), que está sendo realizada em Doha (Catar), dando o tom do pouco que se pode esperar da reunião que deveria impulsionar a luta de impedir que o planeta sofra um aquecimento de mais de 2°C até o fim do século.

"O que vier de Doha não será no nível de ambição que precisamos", admitiu Christiana, durante coletiva de imprensa. No início de seu discurso ela tentou mostrar otimismo, mas acabou reconhecendo que esse acordo pode ser fraco.

O que mais se escuta no centro de convenções é referência sobre dois estudos lançados antes de a conferência começar. O da agência ambiental da ONU (Pnuma) - que mostra que todas as metas que as nações apresentaram até agora estão aquém de deixar o mundo menos quente -, e o do Banco Mundial, que já considera a hipótese de chegarmos ao fim do século com uma temperatura 4°C mais alta do que no período pré-industrial.

Nos corredores, contudo, negociadores comentam que os lados não estão se entendendo, que a confiança estabelecida na COP passada, em Durban, está minando, e que falta liderança dos coordenadores dos grupos de discussão para mediar os entraves.

O embaixador brasileiro André Corrêa do Lago, chefe dos negociadores, também afirmou em coletiva que há nesse momento pouco progresso e muita frustração. Ele disse que os países não estão se movendo, mas lembrou que, nas COPs anteriores, a situação era semelhante ao fim da primeira semana.

---

## **Sede da COP, Catar vive contradições ambientais. Giovana Girardi - O Estado de S.Paulo. 02/12/2012**

*Dependente de combustíveis fósseis, país tenta mudar sua imagem, mas não dá sinais de que anunciará metas voluntárias de redução de emissões*

Maior exportador de gás natural liquefeito, com a terceira maior reserva do mundo, o Catar, sede da 18.<sup>a</sup> Conferência das Partes do Clima das Nações Unidas (COP-18), possui um recorde inconveniente para as discussões sobre as mudanças climáticas. É o maior emissor per capita de gases de efeito estufa e, até agora, não tem dado sinais de que anunciará alguma meta voluntária de reduzir as emissões.

A contradição, no entanto, não está só no evento em si, mas no próprio momento que o país árabe vive. De um lado, o Catar - que tem 1,7 milhão de habitantes, a maioria vivendo em Doha - ainda é totalmente dependente dos combustíveis fósseis: 75% do consumo de energia é proveniente de gás natural e o restante do petróleo. Foi sua exportação que permitiu que o país saltasse de uma nação pobre para uma rica em menos de 20 anos, alcançando a maior renda per capita do mundo. Do outro lado, se vende para o mundo como uma nação que quer se transformar.

É, de fato, um país em construção. Não só em obras - como podem sugerir os guindastes e prédios que são erguidos por todos os lados (o próprio centro de convenção onde ocorre a COP-18 é novíssimo, foi lançado em 2011) -, mas em conceito.

Em 2008, o país lançou sua Visão Nacional para 2030 com o lema de se mover de uma economia baseada em carbono para uma apoiada no conhecimento. O país onde não falta dinheiro está disposto a atrair a nata de universidades estrangeiras a terem sede no Qatar. Já vieram, por exemplo, o Weill Cornell Medical College e as universidades College London, Georgetown, Carnegie Mellon e Northwestern.

Como exatamente esse conhecimento vai se opor à economia baseada em carbono e transformá-la em verde não está claro. Os EUA também estão repletos de pesquisadores pensando nos problemas ambientais e nem por isso estão agindo.

Tampouco está evidente que essa seja a real intenção. Já na coletiva de abertura, o presidente da COP soltou uma gafe que caiu mal entre os negociadores. Abdullah Bin Hamad Al-Attiyah, ex-ministro de Energia e Indústria do Catar, menosprezou a importância de o país ser o maior emissor per capita. "Não devíamos nos concentrar nisso, mas na quantidade de emissões de cada país individualmente. A quantidade é o mais desafiante."

Para ele, como o gás natural emite menos que o petróleo, ao exportá-lo, o país "está resolvendo o problema dos outros". Apesar de o impacto ser menor, é um combustível fóssil, cuja queima emite gás carbônico. Vide o indicador per capita do Catar.

## **Liderança**

Para ONGs locais, a melhor posição que o país poderia ter é anunciar uma meta voluntária de redução de suas emissões. Para Lama Al Hatow, da ONG IndyAct, a medida poderia influenciar os outros países árabes. "O Catar poderia provocar um efeito dominó na região", diz. Isso poderia começar, afirma ela, pelo chamado GCC (Países de Cooperação do Golfo, na sigla em inglês), do qual o Catar faz parte e com quem costuma tomar decisões em conjunto.

Lama diz que o fato de a COP ocorrer pela primeira vez no Oriente Médio trouxe a vantagem de ao menos mobilizar a população. Por causa do evento, foi lançado em novembro o Movimento Climático da Juventude Árabe. Inspirado na Primavera Árabe, nasceu para pressionar os governos locais em torno da urgência das mudanças climáticas. Em nove semanas, passou de 20 para mil membros.

Vestidos com camiseta preta com os dizeres "Árabes, é hora de agir", eles fizeram ações discretas na primeira semana da COP-18 e ontem promoveram a primeira marcha na história do país (mais informações nesta pág.).

O governo reagiu rápido ao movimento e, num gesto que foi interpretado tanto como de boa-fé quanto como uma tentativa de enquadrar a ação, pagou as passagens de vários jovens vindos do Oriente Médio e do norte da África para a COP-18.

O porta-voz do governo, Fahad Bin Mohammed Alattiya, também manifestou apoio aos jovens e até os apresentou em coletiva à imprensa. Mas, questionado sobre como

responderia aos pedidos de estabelecer uma meta de redução, desconversou, dizendo que uma estratégia de mitigação e adaptação para os próximos oito anos será apresentada durante a conferência.

Depois, se mostrou sensível ao problema. "O Catar enfrenta uma crítica vulnerabilidade: importamos 90% da comida. Isso se relaciona com as mudanças climáticas. Somos impactados quando produções de alimentos em todo o mundo sofrem com seca ou inundações." O país também não tem água doce. "Quase toda a água do nosso país vem de dessalinização. Os aquíferos estão quase esgotados", contou.

A repórter viaja a convite da Convenção do Clima (UNFCCC).

---

### **“Não aceitaremos mais promessas vazias”, declara assembleia Guarani e Kaiowá – Site da CPT. 03/12/2012**

*Mais de 300 Guarani e Kaiowá, reunidos no Aty Guasu - grande assembleia dos povos Guarani do Mato Grosso do Sul - concluíram o encontro declarando às autoridades brasileiras: "não aceitaremos mais promessas vazias". Os indígenas estiveram reunidos no município de Douradina, entre os dias 28 de novembro e 2 de dezembro na aldeia Panambi.*

Com representação de todos os tekoha - "o lugar onde se é" Guarani, seja aldeia, retomada ou acampamento -, os indígenas fizeram duras críticas aos poderes executivo, legislativo e judiciário brasileiros, sintetizados no documento final do encontro. Para eles, os Guarani e Kaiowá vivem um contexto de massacre silencioso que "banha nossas terras apenas com o nosso sangue", acusando que "este estado de genocídio é reforçado pelo governo brasileiro".

### **Leia o documento final da Aty Guasu na íntegra**

A assembleia Guarani culminou com a visita de uma delegação do poder público composta pela presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), representantes do Ministério da Justiça, da Cultura e da Agricultura, Polícia Federal e Força Nacional, além da Polícia Civil de Dourados e de parlamentares do Mato Grosso do Sul e da Câmara dos Deputados.

"Queria deixar a minha palavra aos três poderes: que ouçam o nosso grito. Nesta terra está um pedaço da nossa carne. Nessa terra aqui está o sangue dos nossos antepassados, os ossos das lideranças interrompidas. Essa é a terra que nós queremos", falou Oriel Benites, de Limão Verde.

Dezenas de relatos das comunidades sobre as violências e ameaças sofridas pelos Guarani e Kaiowá foram minuciosamente repetidos pelos indígenas aos membros do governo. Quando falavam das retomadas e dos territórios de seus ancestrais, os Guarani jogavam terra nos pés dos representantes do governo. Quando falavam dos mortos, abriam banners enormes com fotografias de lideranças assassinadas e cujos processos judiciais estão todos parados ou já prescreveram.



"A gente tá ameaçado. A gente sofre violência; as mulheres, estupro", disse Otoniel Guarani, liderança do Conselho Continental da Nação Guarani à delegação governamental. Naquele instante, os indígenas ameaçados e todas as mulheres presentes no encontro se levantaram e encararam o governo. Otoniel continuou: "nós estamos falando isso cara a cara pra vocês verem. Nós não podemos mais esconder nossa cara".

### **Governo na corda bamba**

A vinda da gigantesca comitiva do governo federal não foi suficiente para convencer os Guarani e Kaiowá de que o poder público está interessado em resolver o seu problema. "Nós achávamos que vocês iam nos trazer aqui propostas concretas", disse Oriel à delegação que visitou o Aty Guasu.

"Nós votamos em vocês, nós elegemos vocês. E agora parece que vocês querem acabar com a soberania Guarani", disse a liderança Ládio Veron à delegação.

"Já tá passando já. A gente não confia muito. Um dia, nossos antepassados confiaram. A gente não confia mais", disse Elpídio, liderança Guarani de Potrero Guasu, à presidenta da Funai. "Eu já avisei o governo que eu ia retomar a minha terra. Eu vou voltar lá pra Potrero onde está os meus avós. Nós vamos fazer a retomada. Vocês tem que fazer a lei pra resolver isso. Porque a gente vai retomar a terra". Em seu depoimento, Elpídio também expôs relatos dos mais antigos sobre parentes Guarani Nhandeva mortos pela ditadura militar.

Os indígenas cobraram do governo o cumprimento das obrigações constitucionais. "O governo brasileiro somente faz algo concreto para nos proteger quando há grande repercussão na imprensa e pressão da sociedade - e não por obrigação constitucional, como deveria ser", declararam os Guarani e Kaiowá no documento final do Aty Guasu, entregue aos representantes do poder público junto das cartas das comunidades.

### **Indenização para fazendeiros**

Como solução aos problemas fundiários no Mato Grosso do Sul, o governo levantou o debate sobre a indenização integral aos fazendeiros.

"Minha preocupação é quando falam em dinheiro. Dinheiro é bom pro não-índio, é o que resolve o problema dele. O nosso não", questionou o professor Kaiowá Anastácio Peralta.

"Vocês vieram falar da solução do problema do fazendeiro, não do nosso", continuou. "O nosso problema é que a gente não tem terra, e quando a gente retoma, a terra está degradada. A gente tem que encontrar uma solução pra esse problema. Esse é o problema do índio", apontou.

"Se existe dinheiro, ele tem que ser usado para a Nação Guarani! Querem dar dinheiro pra quem nos roubou?", disse Ládio. "Os indígenas é que têm que receber o dinheiro. Pelos aviões que passam jogando veneno. Pelos mortos todos", concluiu.

"O capim é do fazendeiro. Se quiser levar o capim, pode levar. Mas a terra é nossa", ironizou Elpídio.

"Essa discussão é feita de um jeito muito estranho. Estamos mostrando as irregularidades dos fazendeiros na nossa terra. Mas o poder executivo simplesmente não se questiona se essas terras eram dos indígenas!", disse a liderança Kaiowá Eliseu Lopes, representando a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) no encontro.

### **PEC 215 e Portaria 303**

"Pro governo e o Congresso mostrarem que quer nos ajudar, eles tem que acabar com a PEC 215, a Portaria 303. Isso precisa ser parado", afirmou a liderança Lindomar Terena, da retomada Mãe Terra, em Miranda (MS), que também participou do encontro.

Quanto a isso, os Guarani e Kaiowá são igualmente taxativos. No documento final do encontro, reafirmam: "não aceitaremos mudança constitucional", referindo-se à Portaria 303, proposta da Advocacia Geral da União (AGU).

A Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC 215) intenta transferir para o Congresso Nacional a competência de aprovar a demarcação das terras indígenas, criação de unidades de conservação e titulação de terras quilombolas. Já a Portaria 303 pretende permitir que terras indígenas possam ser ocupadas por empreendimentos hidrelétricos e minerais de cunho estratégico, sem consulta aos povos indígenas.

"Não adianta a gente retomar e nem o governo demarcar, se o governo vem com PEC e Portaria. Isso precisa acabar", disse Anastácio.

### **Direitos e representatividade**

"Não estamos pedimos para ser amados, e sim para sermos respeitados e ouvidos", escreveram os jovens Guarani e Kaiowá às autoridades.

Foi nesta tônica que os indígenas apresentaram ao governo suas reivindicações. Eles exigem que o governo reconheça suas formas de organização como representações legítimas dos povos Guarani do Mato Grosso do Sul, que devem ser ouvidas pelo poder público. "O Estado tem que consultar o Aty Guasu e a Comissão de Professores. Não adianta só dizer que vai demarcar, mandar a Força Nacional... Nós queremos discutir política, segurança, educação", disse Otoniel. "Nós queremos pautar muitas coisas. Temos que ter garantida a nossa autonomia, sustentabilidade. Saúde de qualidade com política diferenciada. Primeiro, tem que ter atedimento também pras famílias das retomadas [e não só para as aldeias]. E tem que ter educação diferenciada, tem que ter concurso público diferenciado".

### **Laranjeira Nhanderu**

"A Polícia Federal tem que ir agora lá em Laranjeira Nhanderu abrir a estrada. Isso é a coisa mais urgente, vocês vieram aqui e tem fazer isso. Eu tô cansado de ouvir vocês falarem, falarem, prometerem, prometerem. Eu estou sem palavra pra ouvir vocês", exigiu Eliseu.

Antes do término da reunião com o governo, a Polícia Federal se comprometeu a imediatamente ir até a retomada Laranjeira Nhanduru e desfazer o cerco dos fazendeiros à retomada.

No dia seguinte, contudo, lideranças indígenas foram ao local, e a cerca permanece onde está, intocada. Os indígenas continuam em situação de cativo.

---

### **Comunidades já vivenciam as mudanças climáticas. Giovana Girardi - O Estado de S.Paulo. 03/12/2012**

*Estudo apresentado na conferência do clima no Catar mostra situação de cinco locais supervulneráveis que sofrem com seca ou enchentes constante*

Algumas comunidades espalhadas pelo planeta são tão vulneráveis às mudanças climáticas que nem mesmo tentativas de lidar com os problemas e se adaptar a eles podem ser suficientes. Elas já estão experimentando agora perdas e danos relacionados a secas ou chuvas mais intensas, por exemplo, e podem sucumbir em um cenário mais drástico de aquecimento global.

Estudo avaliou comunidades de Bangladesh (foto), Butão, Gâmbia, Quênia e da Micronésia

Essa é a conclusão de um estudo conduzido pela Universidade das Nações Unidas e apresentado durante da 18.<sup>a</sup> Conferência das Partes da ONU (CPO-18), que ocorre até sexta-feira em Doha (Catar).

O trabalho avaliou a situação de cinco comunidades supervulneráveis em Bangladesh, Butão, Gâmbia, Quênia e Micronésia. "O que eles vivenciam vai além dos eventos extremos, é um problema contínuo que afeta as pessoas hoje", afirma Koko Warner, diretora científica da universidade. "O objetivo foi acessar as perdas e os danos com base na perspectiva das comunidades. Não só falar da parte física das mudanças climáticas, mas mostrar como ela já está impactando as pessoas, como elas lidam com as adversidades e o que acontece quando as medidas falham."

Esse conceito de perdas e danos (ou loss and damages, em inglês) ainda é relativamente novo na ciência climática, mas tem como premissa que há limites para ações de adaptação que podem levar a uma inabilidade para responder aos estresses climáticos.

Nas negociações climáticas, apareceu pela primeira vez na COP de Durban. O trabalho foi lançado agora na COP justamente para chamar a atenção dos negociadores para o problema, uma vez que a questão das perdas e danos está no mandato da conferência. Isso significa que se espera que seja encaminhado um tipo de solução para o problema - seja a criação de algum fundo ou a definição se o tema terá de ser mais discutido nas outras conferências ou se vai ser criado um mecanismo internacional.

### **Casos de estudo**

O levantamento mostrou, por exemplo, que em Bangladesh os impactos estão relacionados com a intrusão de salinidade na região de Shyamnagar. Das 360 casas

entrevistadas, quase todas (99%) disseram ter percebido um médio ou alto nível de salinidade no solo e o impacto disso na produção de arroz (98%) e na oferta de água para consumo (90%). E, apesar de 81% terem tomado alguma medida - como usar variedades mais tolerantes ao sol (39%), lavar os campos de arroz para tirar o sal (27%), buscar outras formas de renda (60%) e até migrar para outros locais (29%) -, a maioria disse que ainda sofre com a situação (70%).

Nas outras quatro regiões, a situação mais ou menos se repete, de acordo com a ocorrência climática. No Butão, o problema é a mudança no regime de monções; no Gâmbia é a seca; no Quênia, inundações; e na Micronésia, erosão costeira. Em comum a todos os casos, afirma Koko, "as pessoas estão tentando se ajustar e a adaptação está ocorrendo, mas isso não é suficiente. Os custos estão ficando cada vez mais caros e perdas e danos continuam ocorrendo independentemente das medidas adotadas".

As regiões são particularmente sensíveis aos distúrbios climáticos porque em sua maioria o sustento depende de agricultura e pecuária. "Elas já estão à margem de sua sobrevivência."

Para o pesquisador Saleemul Huq, que coordenou a pesquisa em Bangladesh, é preciso sair da conferência algum mecanismo internacional para lidar com as perdas e danos. "Alguma forma de compensação", diz. Para ele, isso poderia estar discriminado no Fundo Verde Climático, que prevê um aporte de US\$ 100 bilhões até 2020. O problema é que, ao longo desta primeira semana de negociação, os delegados dos países desenvolvidos não deram nenhum vislumbre de como e quando começarão a alimentar esse fundo.

A repórter viaja a convite da Convenção do Clima (UNFCCC).

---

## **Mendes destaca participação dos servidores na Regionalização – Site do MAPA. 04/12/2012**

Representantes da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG), nas superintendências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), se reuniram nesta terça-feira, dia 04 de dezembro, em Brasília, para reunião de balanço das atividades do ano e projetar 2013. O encontro foi no auditório do Inmet e teve as presenças do ministro Mendes Ribeiro Filho e do secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Caio Rocha.

Mendes Ribeiro enfatizou a importância dos servidores nas respectivas regionais para a implementação das políticas públicas do Governo. Segundo o ministro, por meio de uma ação conjunta e participativa entre os órgãos do Mapa será possível chegar mais próximo do produtor rural. "A regionalização das ações vem para aperfeiçoar a atuação do ministério e responder de forma mais rápida e eficiente as necessidades específicas de cada região", salientou, durante pronunciamento, na abertura da reunião de trabalho.

### **Estratégias de ação dos DPDAGS**

Para o secretário da SDC, Caio Rocha, os DPDAGS têm papel fundamental no fomento agrícola brasileiro. Por isso, a necessidade de reunir os servidores para conhecer as

realidades locais e suas dificuldades. Segundo Rocha, a partir do momento em que se identifica as debilidades será possível planejar ações pontuais e projetar outras de médio e longo prazo. “Precisamos estabelecer um canal de comunicação dos DPDAGS com o ministério para podermos avançar na implantação e execução das políticas agrícolas voltadas ao produtor rural e à produção de alimentos”, destacou Rocha.

Os representantes das 27 regiões do Brasil, mais o Distrito Federal, assistiram palestras e conheceram em detalhes algumas ações do Mapa, entre elas o Projeto de Regionalização, a nova metodologia do Plano Operativo Anual, além de saber um pouco mais de como se dá a operacionalização de recursos. Chefes de setores da SDC, por exemplo, também explicaram o funcionamento de projetos importantes e que o Mapa tem interesse em difundir nas regiões, como a Agricultura de Precisão, as ações de Irrigação e Armazenagem, e os planos ABC e Fertiliza Brasil.

---

### **Floresta Amazônica perde 240 mil km<sup>2</sup>. Herton Escobar - O Estado de S.Paulo – 04/12/2012**

*Em dez anos foi desmatada uma área equivalente ao Reino Unido, revela o atlas 'Amazônia sobre Pressão'; 80% do desmate ocorreu no Brasil*

Apesar da redução do desmatamento no Brasil, a Floresta Amazônica continua a desaparecer do mapa em ritmo alarmante no continente. Em dez anos, de 2000 a 2010, a Amazônia perdeu cerca de 240 mil quilômetros quadrados de cobertura florestal, uma área do tamanho do Reino Unido e pouco menor que o Estado de São Paulo. Oitenta por cento desse desmatamento ocorreu no Brasil, que tem - de longe - a maior área de floresta do continente (62%).

Os dados são do atlas Amazônia sob Pressão, publicado nesta terça-feira, 4, pela Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas (Raisg), formada por 11 organizações dos 9 países amazônicos - Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Periodicamente, a Raisg publica mapas, gráficos e tabelas com dados detalhados sobre o desenvolvimento - e a destruição - da região.

O desmatamento acumulado na década corresponde a 4,5% da área de floresta que estava de pé até o início do século (68,8 milhões de km<sup>2</sup>).

O Brasil foi o país que mais desmatou, mas também o que combateu o desmatamento com mais eficiência nos últimos cinco anos do período (2005-2010), em que a taxa anual de desmate caiu de 19 mil para 7 mil km<sup>2</sup>. Mais recentemente, no período 2011-2012, o índice caiu ainda mais, para cerca de 4,6 mil km<sup>2</sup> - a taxa mais baixa já registrada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), desde 1988.

"Tudo o que o Brasil faz tem enorme influência nos outros países amazônicos", diz o coordenador-geral do Raisg, Beto Ricardo, do Instituto Socioambiental (ISA). Nesse sentido, o País tem dado um bom exemplo com seus sistemas de monitoramento via satélite. Ao mesmo tempo, dá sinais preocupantes com a ocupação desordenada e predatória da floresta e com as discussões do Código Florestal.

O balanço geral do atlas é preocupante, apesar de 45% da região estar coberta por unidades de conservação e terras indígenas (comparado a 41% em 2009). Segundo Ricardo, as ameaças à floresta "têm aumentado exponencialmente".

"O famoso arco do desmatamento na fronteira leste da Amazônia brasileira se juntou ao das terras baixas da Amazônia boliviana. Em cima disso, temos o arco dos interesses pela exploração de petróleo, gás e hidrelétricas nos países andinos. Além do enorme volume de interesses de mineração sobreposto a várias áreas protegidas", diz ele. Segundo o atlas, há 171 hidrelétricas em operação na Amazônia e 246 projetadas ou em estudo.

### **Atlas disseca a Amazônia e faz alertas para o futuro. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 04/12/2012**

Entre o ano 2000 e 2010, 240 mil km<sup>2</sup> de floresta amazônica sumiram do mapa. É o equivalente ao desaparecimento do território do Reino Unido em diversidade social e ambiental, rios e florestas, culturas e tradições, que deram lugar a pastagens e exploração de madeira, hidrelétricas, indústrias, mineradoras, extração de petróleo e gás e estradas na Amazônia inteira, não só na parte brasileira. Se continuar assim, metade da floresta como a conhecemos hoje pode desaparecer em breve.

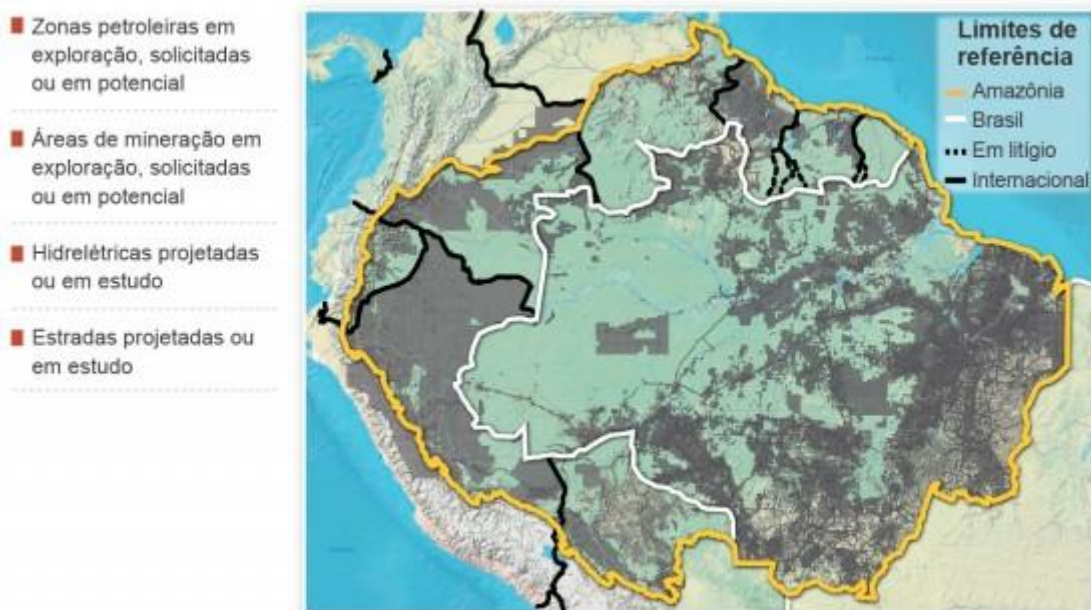
A previsão está no "Atlas Amazônia sob pressão", uma publicação inédita que está sendo lançada hoje por uma rede de 11 organizações de oito países amazônicos, que fez um diagnóstico da pressão atual e das ameaças futuras que a região pode enfrentar.

### **Pressões acumuladas sobre a Amazônia até 2010**



Fonte: RAISG 2012, Amazônia sob pressão

## Pressões acumuladas + fatores de risco ou ameaças à Amazônia



Fonte: RAISG 2012, Amazônia sob pressão

O atlas observa com lupa uma região de 7,8 milhões de km<sup>2</sup>, quase 1.500 municípios e mais de 30 milhões de pessoas. O foco era analisar o que ocorre nas áreas protegidas e nos territórios indígenas dos países amazônicos. "A Amazônia está vivendo uma fase de supressão", diz o antropólogo Beto Ricardo, coordenador-geral da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), a rede de organizações responsável pelo trabalho. "A Amazônia é flora, água doce e diversidade cultural. Esse triunvirato está desaparecendo."

O "Amazônia sob pressão" alerta para os problemas que a região pode sofrer examinando seis grandes áreas e os planos e estratégias que os governos têm para seus países. São planos que envolvem estradas, exploração de petróleo e gás, mineração e hidrelétricas, além dos focos de calor e do desmatamento. O estudo examina iniciativas potenciais dos governos para a região, como a viabilidade de se construir hidrelétricas em alguns pontos, e ações planejadas, que seriam as ameaças. Obras em construção ou já em funcionamento constituem as pressões que a região sofre hoje e que colocam em risco sua integridade ambiental e os direitos de seus habitantes, tradicionais ou não.

Toda a região sofre, por exemplo, pressão dos planos de interligar o Atlântico ao Pacífico por rodovias. É no Equador onde fica a maior densidade de estradas na Amazônia, construídas para abrir caminhos para a exploração de petróleo.

Há 24 empresas de petróleo explorando nos países amazônicos. Nove delas controlam 78% dos lotes - hoje há 81 lotes em exploração e outros 246 com potencial. No Peru, 66,3% das terras indígenas estão sobre lotes destinados à exploração de petróleo.

Perto de 21% do território amazônico tem áreas em que o setor de mineração tem interesse, mas a maioria ainda está em estudos de concessão. Essas zonas podem

interferir em 15% das áreas protegidas e 19% dos territórios indígenas da Amazônia. Na Guiana, o desmatamento causado pelo garimpo de ouro triplicou na comparação entre 2001-2002 e 2007-2008.

A mineração é uma ameaça às terras indígenas no Brasil - de todas as áreas solicitadas pela atividade em territórios indígenas da Amazônia inteira, 79% estão no Brasil. Às vezes, as ameaças têm outro tipo de raiz: o atlas alerta que as formas tradicionais de manejo do fogo como prática agrícola de povos indígenas tem de se adaptar à mudança do clima. Em 2010, o número de focos de calor do Parque Indígena do Xingu foi de 884 pontos, quase quatro vezes mais do que o registrado em 2007, ano que até então tinha o recorde da década.

O atlas faz também uma espécie de radiografia do processo de mudança dos últimos dez anos na região, onde vivem 385 povos indígenas, alguns em situação de isolamento. As áreas protegidas e os territórios indígenas ocupam 45% da região, dividindo o espaço com proprietários rurais de todos os tamanhos, indústrias e empresas de vários ramos, institutos de pesquisa, organizações de fomento, grupos religiosos e organizações da sociedade civil.

"Se todos os interesses econômicos que se sobrepõem se concretizarem nos próximos anos, a Amazônia vai se tornar uma savana com ilhas de floresta", diz Beto Ricardo, do Instituto Socioambiental (ISA).

O atlas, de 68 páginas, tem destaques contundentes. Em toda a Amazônia existem 171 hidrelétricas em operação ou em construção, e 246 planejadas ou em fase de estudo. Há pontos em comum: o desmatamento da floresta acontece nas bordas. Brasil, Bolívia, Colômbia e Equador são os países que registraram maior desmatamento. "É importante que as pessoas entendam a extensão, diversidade e complexidade da Amazônia", diz Ricardo. "Talvez o grande mérito desse trabalho seja criar uma rede de compartilhamento de informações para produzir uma visão geral da Amazônia. E, do lado brasileiro, romper com essa tendência de falarmos da Amazônia como se fosse a Amazônia toda. Não é."



Ricardo diz que o atlas permite ter uma visão geral da região e do que está acontecendo ali. Por exemplo, ao chamado arco do desmatamento, expressão consagrada entre os especialistas brasileiros, "está se somando um arco de hidrelétricas, de exploração de petróleo e de mineração", destaca ele. "Essa pressão configura um futuro onde a paisagem da Amazônia será substituída por outro tipo de cenário."



A Raisg foi fundada em 1996. O instituto brasileiro ISA começou a procurar instituições em outros países amazônicos que tivessem a mesma experiência com populações locais e indígenas e trabalhassem com informações georreferenciadas.

A rede de 11 instituições da sociedade civil (com exceção da representação da Guiana Francesa que é um órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente) começou a deslançar em 2007. Tem três institutos brasileiros e outros da Guiana, Guiana Francesa e Suriname, Venezuela, Equador, Bolívia, Colômbia e Peru. A intenção é que este seja o início de um esforço continuado de entender a região.

---

### **Pesquisa em agrobiodiversidade. Sophia Gebrim – Site do MMA. 04/12/2012**

*Política nacional será lançada até março próximo. MMA ouve diversos setores para estruturá-la.*

Promover o debate de pesquisas em agrobiodiversidade e agroecologia é o objetivo da Reunião Técnica sobre Agrobiodiversidade, realizada terça e quarta-feira (04 e 05/12), no auditório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Brasília. Participam das discussões pesquisadores da empresa, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), instituições de pesquisa e universidades. A agrobiodiversidade e a agroecologia são conceitos que refletem o uso do solo com a biodiversidade das populações locais e relação sustentável com o meio ambiente, respectivamente.

“Ressaltamos a importância do papel da Embrapa como instituição geradora de conhecimento e experiência em pesquisa e desenvolvimento – P&D, como base certificadora de políticas públicas em desenvolvimento pelo governo federal, como o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica”, destacou o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Paulo Guilherme Cabral, durante a abertura da reunião. Ele também mostrou a amplitude da empresa, presente em todas as regiões do país. “Exemplo da diversidade de opiniões nesse debate está representada no papel da Embrapa, com pesquisadores atuando em todos os cinco biomas brasileiros”, acrescentou.

### **INTEGRAÇÃO**

O secretário lembrou, ainda, que o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica será lançado até março de 2013 e é fundamental para a sua formulação a participação dos pesquisadores da Embrapa, além da integração entre o trabalho desenvolvido por ministérios envolvidos diretamente na ação, como Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Saúde. “Para rompermos com esse paradigma de maiores consumidores de agrotóxicos do mundo é necessário fortalecer o sistema produtivo em bases orgânicas, e esse é o objetivo do plano, que contará com a atuação das mais diversas esferas e órgãos do governo federal”, salientou Cabral.

Como parte da programação da reunião estão previstas apresentações sobre projetos em agrobiodiversidade, agroecologia e agricultura familiar, além de políticas públicas que envolvem diretamente essas áreas. Ao término das atividades, serão realizados trabalhos em grupo regionais para formatar uma estratégia de arranjos de projetos com enfoque na agrobiodiversidade e agroecologia, descrevendo objetivos, planos de ação, estratégias

para execução, parcerias potenciais, cronograma de execução, outros. Por fim, serão definidas estratégias de trabalho e elaboração de um cronograma de atividades futuras.

---

---

### **Projeto Biomas vai mostrar os potenciais de uso sustentável do Pantanal – Site da CNA. 05/12/2012**

A pecuária está diretamente ligada à preservação de 86% da vegetação nativa do Pantanal. Um dos desafios do projeto Biomas na região é antecipar ações que permitam manter o uso de recursos naturais, como a madeira para confecção de cercas, sem afetar a sustentabilidade que naturalmente caracteriza a relação entre produção e preservação.

A avaliação é do pesquisador da Embrapa Pantanal, Walfrido Tomas, durante o planejamento das ações do Projeto Biomas Pantanal, que reúne até esta quinta-feira (06), em Corumbá, representantes de universidades e instituições de pesquisas da região pantaneira. O Projeto Biomas envolve a comunidade científica de todas as regiões do País com o objetivo de elaborar modelos sustentáveis para o uso da paisagem rural, considerando as especificidades de cada um dos seis biomas brasileiros: Amazônico, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.

Pesquisadores das unidades da Embrapa de Mato Grosso do Sul e Paraná, de universidades de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e instituições de pesquisa reunidos no Hotel Nacional, em Corumbá (MS) ouviram do coordenador nacional do projeto, Dr. Gustavo Ribas Curcio, os eixos centrais da pesquisa a partir do estudo de Áreas de Preservação Permanente (APP), Áreas de Reserva Legal e Áreas de Sistemas Produtivos. O estudo vai culminar na elaboração de modelos de gestão sustentáveis, uma vitrine para mostrar os diferentes potenciais de uso das paisagens brasileiras. “O objetivo é viabilizar soluções com a árvore dentro da propriedade rural”, define Curcio.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL e diretor vice-presidente da CNA, Eduardo Riedel, participou da abertura do planejamento. Segundo o dirigente, o projeto contribui não só para o entendimento das potencialidades de cada área rural a partir da sustentabilidade como na comunicação desse novo conceito para a sociedade. O dirigente também destacou que a sustentabilidade está presente nas práticas já usuais adotadas pelo homem do campo. “Parte importante da preservação são as práticas sustentáveis, como o plantio direto na palha, largamente utilizado pelo produtor”, ressaltou.

Walfrido Tomas é coordenador do projeto para os estudos do Bioma Pantanal e credita como maior mérito da iniciativa a mudança da relação do uso da terra com a vegetação. O pesquisador também vê no projeto o fórum ideal para discutir o pagamento por serviços ambientais. “Quem mantém áreas ambientais presta um serviço para a sociedade e deveria receber por isso”, defende.

### **SOBRE O PROJETO BIOMAS**

O projeto é uma parceria entre Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os estudos já estão sendo

desenvolvidos nos seis biomas brasileiros. Os pesquisadores buscam soluções para a produção sustentável de alimentos a partir da reintrodução da árvore nas propriedades rurais do Brasil. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto, John Deere e Vale Fertilizantes.

---

### **Brasil propõe gatilho para elevar metas de Kyoto. Giovana Girardi - O Estado de S.Paulo. 05/12/2012**

*Proposta é de que as metas de corte de emissões possam ser aumentadas durante 2º período do protocolo*

Na tentativa de destravar ao menos em parte a pouca ambição dos países na Conferência do Clima da ONU, o Brasil propõe uma espécie de gatilho para aumentar as metas de reduções de emissões das nações que se comprometerem com o segundo período do protocolo de Kyoto.

A continuidade do tratado, cujo primeiro período termina no final do ano, foi uma das decisões tomadas no ano passado na COP de Durban (África do Sul). Para a conferência atual tinham sobrado detalhes a serem resolvidos, mas a situação ficou mais complicada do que se imaginava.

O segundo período é considerado essencial pelo Brasil e outros Basics (China, Índia e África do Sul) por poder servir de referência de regras básicas para um novo tratado climático que tem de ser estabelecido até 2015. Os países que concordaram em participar (como os da União Europeia e a Austrália) respondem por 15% das emissões mundial e estão chegando com propostas não muito altas para os próximos anos. A UE fala em cortar 20% em relação a 1990, sendo que afirma estar chegando a quase 18%.

Alguns países em desenvolvimento, em especial as ilhas, que normalmente pedem mais urgência por conta dos riscos de elevação do nível do mar, acham que isso é muito pouco. A UE não consegue aumentar mais porque a Polônia não quer. A ideia era chegar a pelo menos 30% até 2020.

O Brasil propõe que a meta seja elevada no decorrer do período - o que grupo europeu já tinha proposto -, mas que essa definição já esteja prevista. "A ideia é que seja possível subir os valores a qualquer momento, sem ter de refazer a emenda ou passar por um novo processo de ratificação", explica o embaixador brasileiro Luiz Alberto Figueiredo, negociador-chefe do Brasil.

"O segundo período de compromisso é a chave dessa negociação. Se ele não for feito aqui, temo que os outros elementos não aconteçam", diz.

O Protocolo de Kyoto também é importante porque com ele se mantém o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, por meio do qual países que precisam cortar emissões podem comprar créditos de carbono de projetos desenvolvidos em países em desenvolvimento que promovam essa redução. Desde sua existência, ele envolveu mais de 5 mil projetos e reduziu mais de 1 bilhão de toneladas de carbono.

---

### **Negligência**

Nesta terça-feira, 4, teve início em Doha o chamado segmento de alto nível, no qual ministros e chefes de Estado assumem as negociações. Na cerimônia de abertura, um vídeo produzido pelo Catar tentou sensibilizar os negociadores presentes a agirem ao mostrar casos de pessoas que sozinhas tentaram fazer a diferença. "Não agir agora é como um médico esperar até o estágio final de uma doença. É negligência", disse o vídeo. O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou que a esta altura, todo mundo sabe o que são as mudanças climáticas e o que precisa ser feito, mas que alguns resolveram se cegar para o problema. Pediu mais uma vez urgência e vontade política.

A repórter viaja a convite da Convenção do Clima da ONU (UNFCCC).

### **Madeireiros atacam terra indígena, diz Ministério Público – Folha de São Paulo. 05/12/2012**

Madeireiros atacaram ontem a tiros fiscais ambientais, policiais militares e índios em uma terra indígena em Nova Esperança do Piriá (264 km de Belém), segundo o Ministério Público Federal.

Os madeireiros tentavam evitar a retirada de uma carga de madeira extraída ilegalmente da Terra Indígena Alto Rio Guamá, e que estava apreendida desde 2011 pelo Ibama.

A Procuradoria informou ter pedido apoio urgente à Polícia Federal e à PM do Pará, porque havia relato sobre dois PMs e um índio que estariam desaparecidos. Também suspeita-se que os agressores tenham ficado com as armas dos fiscais e dos policiais. Não havia informações sobre possíveis feridos.

"Há relatos de que os agentes foram rendidos e se encontram perdidos no local", diz o ofício enviado pelo procurador da República Gustavo.

### **Condraf aprova diretrizes para a conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável – Site do MDA. 05/12/2012**

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (Condraf), órgão integrante da estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), aprovou nesta quarta-feira (5) resolução que trata das diretrizes e da organização que irão subsidiar a construção da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. A validação do documento foi realizada no plenário da 52ª Reunião Ordinária do Conselho, em Brasília (DF).

O texto da resolução foi aprovado por unanimidade pelos participantes da reunião. Entre os assuntos deliberados, o documento traz recomendações sobre a composição, o número de delegados, a metodologia e o regimento interno da conferência. O material também será usado para estruturar as conferências municipais, territoriais, estaduais e setoriais que ocorrem anteriormente à edição nacional.

“A partir de hoje, institucional e legalmente, nós damos o pontapé inicial no processo que organizará um documento referência que irá para as instituições de todo o Brasil, com a metodologia que será utilizada para recolher as observações oriundas de todas as

partes do País e a organização de centenas ou, talvez, de milhares de conferências envolvidas nesse processo”, explicou o secretário executivo do Condraf, Roberto Nascimento.

A 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário será realizada em setembro de 2013, também na capital federal. A expectativa do Condraf é de que o encontro reúna 1,5 mil participantes. “A segunda conferência nacional terá como resultado a criação de um Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, em uma perspectiva de pensar o Brasil até 2030, o que é uma questão fundamental”, completou Nascimento. A elaboração do plano dará continuidade

“A proposta apresentada hoje não é só do governo, nem só da sociedade, é do Condraf que envolve essas duas dimensões. Demos um salto inovador no sentido de estimular os debates nos municípios, nos territórios, nos estados, para que esses entes da Federação também possam refletir a situação do desenvolvimento local. Houve ainda inovação na definição de uma conferência paritária de gênero, uma iniciativa inovadora que é fundamental para enriquecer nosso processo de mobilização”, concluiu a conselheira do Condraf e representante da Articulação no Semiárido Brasileiro (Asa Brasil), Cristina Nascimento, que também é assistente social no Ceará.

As atividades da 52ª Reunião Ordinária do Condraf seguem até às 13h desta quinta-feira (6).

---

### **Índio diz que correu 40 km após ataque de madeireiros. Katia Brasil – Folha de São Paulo. 05/11/2012**

*Líder indígena se feriu na floresta e bebeu água da chuva até achar ajuda. Chefe tribal afirma que ele e dois fiscais do Ibama foram atacados a tiros na noite de sábado no nordeste do Pará.*

Um líder indígena da etnia tembé que havia desaparecido no sábado após ataque de madeireiros em Nova Esperança do Piriá, no nordeste do Pará, correu e andou 40 km pela mata, bebeu água da chuva, se feriu na floresta e pegou duas caronas até chegar de volta a sua aldeia, na noite de anteontem.

As buscas pelo chefe tribal mobilizaram um helicóptero da Funai e cerca de 800 índios de sua etnia, que até a noite de ontem continuavam na floresta à procura do líder -sem comunicação, eles não puderam ser avisados sobre o seu reaparecimento.

Em entrevista por um orelhão da aldeia Cajueiro, a 120 km de Paragominas, o líder tribal Valdeci Tembê, 43, disse que ele e dois fiscais do Ibama foram atacados a tiros na noite de sábado durante ação de combate à extração ilegal de madeira dentro da terra indígena do alto rio Guamá.

Ele fugiu pela mata. Os fiscais foram mantidos reféns até a 1h de domingo, quando uma equipe do Ibama e a Polícia Militar chegaram ao local. Ninguém foi preso.

"Por volta das 20h fomos abordados por mais ou menos 150 homens, todos armados e alcoolizados. Todos chegaram apontando armas para todos nós. Diziam assim: vamos te pegar e encher tua cara de bala. Não pensei duas vezes, tive que fugir."

Tembé contou que correu e andou pela mata o resto da noite de sábado até domingo à tarde sem comer nada.

"Machuquei meus braços, a pele arranhou com espinhos. Eu estava de tênis, mas rasgou tudo. Água, Deus é bom, a região é montanhosa, bebi água depositada pelas chuvas nas folhas. Mas não tinha frutas, não comi nada."

Segundo o chefe indígena, no percurso de 40 km ele passou por fazendas e duas vilas de assentamentos. Na vila do Braço Quebrado, se sentiu seguro e pediu ajuda. "O pessoal me deu abrigo e fui bem recebido", afirmou.

Tembé disse que um homem que coletava açaí o levou até a aldeia Tecoral, já em Paragominas. Lá, o cacique pegou carona de motocicleta com um amigo para sua aldeia, a Cajueiro, um percurso de mais de 35 km.

Ele disse que ao retornar para casa recebeu uma má notícia. "Tem uns 800 guerreiros andando pela mata me procurando, não conseguimos avisá-los ainda. Estamos muito preocupados", disse.

A Polícia Federal investiga os ataques. O conflito na região aumentou há dois meses, quando índios acusaram madeireiros de roubar madeira que havia sido apreendida e estava na área. Os indígenas chegaram a colocar fogo em carros de madeireiros.

---

### **Indígenas exigem demarcação de terras em ato em Brasília – Folha de São Paulo. 05/12/2012**

Índios se reuniram em Brasília ontem para exigir a demarcação de terras e entregar à Comissão de Direitos Humanos da Câmara um documento com 20 mil assinaturas em apoio à causa indígena.

O ato também reivindica a rejeição da PEC 215 e o julgamento de todas as ações em andamento no STF (Supremo Tribunal Federal) que envolvam os direitos indígenas.

Participaram da ação cerca de 70 lideranças indígenas de Mato Grosso do Sul e de diversas regiões do país que defendem a campanha "Eu apoio a causa indígena".

A PEC 215, em tramitação na Câmara, transfere do Executivo para o Congresso a competência de aprovar a demarcação das terras indígenas, a criação de unidades de conservação e a titulação de terras quilombolas.

"A demarcação de terras é um direito que foi aprovado para ser feito num prazo de cinco anos. Já faz 30 anos e nada foi demarcado. Agilizem nossa situação", pediu o líder guarani-caiova Ládio Veron.

---

## **Pecuária de MT tem área menor e produz mais. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 05/11/2012**

A pecuária brasileira ganha produtividade, ocupa menos área, mas produz mais carne. É o que mostram dados da Acrimat (Associação dos Criadores de Mato Grosso), Estado líder na produção de carne bovina.

A pecuária de Mato Grosso elevou a taxa de ocupação para 1,17 animal por hectare no ano passado, 63% mais do que há 16 anos. Apenas nos últimos quatro anos, a taxa de ocupação cresceu 16%.

Nesse período, o rebanho do Estado cresceu 12%, subindo de 26 milhões para 29 milhões de animais. Já a área destinada à pastagem caiu para 24,9 milhões no ano passado, uma redução de 864 mil em relação a 2008, conforme dados da Acrimat.

Luciano Vacari, superintendente da associação mato-grossense, destaca, no entanto, que "tudo isso não seria completo sem um aumento da produção de carne, o que ocorreu". Em 1997, cada animal macho produzia 16,5 arrobas. No ano passado, a produção já era de 17,8 arrobas, um aumento de 8%, segundo ele.

O aumento de produtividade e consequente ocupação melhor das áreas de pastagens permitiram que a atividade deixasse de desmatar 17 milhões de hectares em 16 anos, segundo a Acrimat.

Na avaliação de Vacari, esse ganho de produtividade ocorreu devido aos investimentos dos pecuaristas em tecnologia, principalmente nos cuidados com pastagens e no melhoramento genético.

Os dados de área ocupada pela pastagem no Estado vieram do cruzamento de imagens da Nasa com os do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial). Até 2005, a área ocupada pela pecuária cresceu, se mantendo estável até 2008, quando iniciou o período de queda.

---

## **O índio quer participar do agronegócio, afirma Terena – Site da CNA. 06/12/2012**

O índio quer participar do agronegócio. E as tradições indígenas, como a dança e a religião, não são afetadas com a aquisição de conforto. Índios de todas as etnias querem satisfação pessoal, mas para isso é necessária a movimentação econômica e a ampliação de suas ideias e projetos. As afirmações que parecem originadas de quem não tem envolvimento com a cultura indígena são de um representante de diversas etnias de Mato Grosso do Sul.

O presidente da Associação Estadual dos Direitos das Comunidades Indígenas de Mato Grosso do Sul, índio terena Danilo de Oliveira, considera que ao mesmo tempo em que os indígenas precisam preservar sua cultura e tradição, também dependem de iniciativas que lhes dêem sustentabilidade econômica. Uma sustentabilidade que, segundo ele, o modelo da agricultura familiar não atende. "Agricultura familiar é um retrocesso para o indígena", afirma o dirigente, defendendo que o índio deve se tornar um produtor agrícola.

Danilo defendeu seu ponto de vista na tribuna da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul e embasa suas declarações na experiência e convívio com integrantes de sete etnias: Guarani, Kaiowá, Terena, Ofaié, Guató, Kinikinawa e Kadiwéu. “Vivemos em uma época diferente dos nossos avós, e para isso é preciso poder econômico”, afirma o indígena, defendendo também a educação como caminho para o desenvolvimento das aldeias. “Não conseguiremos universidade para os nossos filhos, casas e carros, se continuarmos apenas com agricultura familiar. É preciso ampliar”.

O relato do terena retrata os números diagnosticados na pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, encomendada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que traça o perfil da população indígena no Brasil. A pesquisa aponta que 99% das aldeias do Centro-Oeste praticam a agricultura e 29% se dedicam à criação de animais. Constatou-se também que um terço da população indígena exerce algum tipo de trabalho remunerado e que, além da agricultura, a caça e a pesca são as atividades mais praticadas. Os pesquisadores entrevistaram 337 indígenas na região, em junho e julho deste ano.

Na busca por informações econômicas da comunidade indígena, por meio da pesquisa, verifica-se que a quantidade de aparelhos eletrônicos e programas sociais do Governo Federal tem sido considerável nas comunidades indígenas. O Programa Bolsa Família beneficia atualmente 64% dos entrevistados no território nacional. Dados do Centro-Oeste demonstram que 58% dos indígenas já possuem TV em cores, 25% têm aparelho de DVD, e que a geladeira, o celular e os automóveis estão entre os bens do novo perfil indígena na região.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Famasul), Eduardo Riedel, sugere a criação de políticas públicas específicas para as comunidades indígenas. “Aumentar a área das aldeias não vai resolver as dificuldades das etnias que vivem em Mato Grosso do Sul. Já temos experiência da Reserva Kadwéu, uma vasta área de 373 mil hectares onde os indígenas vivem em condições precárias. É necessária a elaboração de projetos específicos, pensados para a realidade dessas comunidades, que garantam a viabilidade econômica e sustentável e, ao mesmo tempo, preservem a cultura e tradição desses povos”, afirma o dirigente.

Apesar de esperar o fortalecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai), o terena classifica o órgão como “inoperante” e condena sua atuação apenas como instrumento político. “Os grupos de trabalho formados pela Funai (para demarcação de novas áreas indígenas) só servem para movimentar milhões de reais por meio da máfia da diária. Digo isso porque desconheço ações da Fundação que tenham beneficiado os nossos indígenas”, denuncia. Segundo pesquisa do Datafolha, a maioria dos entrevistados, ou 71%, deixa claro que a atuação da entidade está entre ruim, péssima ou regular.

Sobre as reivindicações de novas áreas, o índio terena ressaltou ser favorável ao entendimento pacífico e defendeu que a legalidade jurídica deve prevalecer. “Na história, sempre que o governo deu as costas para o índio, foi o produtor rural quem o apoiou. Não acho inteligente o que vejo, já ouvi falar em índio com armamentos pesados. É necessária a paz no campo, com o índio e produtor caminhando juntos”, finaliza.

---



**Área no Mato Grosso será devolvida hoje a índios Xavantes. Fátima Lessa - O Estado de S.Paulo. 06/12/2012**

*Com fim de prazo, não índios terão de sair de terra entre os municípios de São Félix do Araguaia e Alto da Boa Vista*

Encerra-se hoje o prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que famílias de não índios desocupem por livre vontade e pacificamente a terra indígena Marãiwatsédé, localizada entre os municípios de São Félix do Araguaia e Alto da Boa Vista, norte do Mato Grosso. Policiais estão na área desde o início de novembro cumprindo a decisão judicial.

As famílias foram notificadas entre os dias 7 a 17 de novembro. Ontem, famílias fecharam a BR 158, em protesto. O clima é tenso. As famílias prometem resistir e não sair do local. Estão no local policiais da Força Nacional, policiais federais e da Polícia Rodoviária Federal.

A saída dos fazendeiros e posseiros que ocupam a área indígena deveria ter acontecido até o fim do mês de setembro. Poucos dias antes do fim desse prazo, duas decisões do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) suspenderam a "desintrusão", desobrigando, temporariamente, a saída dos ocupantes da área que pertence aos índios da etnia Xavante.

Diante destas decisões, o Ministério Público Federal recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), no sentido de obter uma decisão que restabelecesse as sentenças de primeira e segunda instâncias judiciais que declararam que a terra pertence aos xavantes. No dia 17 de outubro, o presidente do STF, ministro Carlos Ayres Brito, deferiu o pedido do MPF e suspendeu os efeitos da decisão liminar proferida pelo TRF1.

Direito. A terra indígena Marãiwatsédé foi homologada por decreto presidencial em 1998 e reconhecida por sucessivas decisões judiciais, o que, conforme o governo, "legitima o direito constitucional do povo Xavante de voltar em seu local originário, com a garantia do usufruto e da posse permanente de sua terra".

A tensão na região é permanente, com ameaças e agressões por parte dos invasores e mobilização indígena. A decisão judicial da semana, com julgamento de mérito, atende a uma ação movida pelo Ministério Público Federal em 1995.

---

**Nova metodologia flagra desmate no Vale do Ribeira. José Tomazzela - O Estado de S.Paulo. 06/12/2012**

*Técnica de fiscalização detecta corte de no mínimo 0,2 hectare; blitz mostra dez desmates em região de Mata Atlântica*

Nova metodologia de fiscalização adotada pela Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, que permite detectar supressões de vegetação de no mínimo 0,2 hectare (2 mil

m<sup>2</sup>) já flagrou dez pontos de desmatamento no Vale do Ribeira, que detém 80% da Mata Atlântica paulista.

O maior desmate, numa área de 75,98 hectares entre Sete Barras e Eldorado, foi alvo uma operação, ontem, da secretaria e da Polícia Ambiental. A área devastada, equivalente a cem campos de futebol, fica no entorno do Parque Estadual Intervales e tinha arbóreas ameaçadas de extinção, como a canela-sassafrás e a palmeira-juçara. O dono foi multado em R\$ 2,5 milhões. O secretário Bruno Covas acompanhou a operação.

O desmate atingiu áreas de várzeas, encostas e topos de morro. O local é de difícil acesso e, para driblar a fiscalização, o dono da propriedade, Ildomar Bonkoski, residente em Massaranduba (SC), deixou uma "cortina" de mata à beira da estrada. "Só conseguimos pegá-lo porque o sistema fez a sobreposição da imagem atual com outra mais antiga", disse o secretário.

De helicóptero, foi possível confirmar o estrago. Em alguns pontos, árvores cortadas estavam espalhadas pelo chão, muitas arrancadas com raiz. Em outros, a madeira tinha sido retirada e a galhada fora usada para soterrar fundos de vale. "Houve uso de máquinas pesadas para derrubar as árvores e parte da madeira foi serrada e vendida", disse o coordenador de fiscalização da Secretaria, Ricardo Viegas. Foram abertos 1,2 mil metros lineares de valas para drenar o terreno. Segundo Viegas, o Bonkoski havia entrado na secretaria com pedido de supressão de mata para um projeto agrícola em 2009, mas a licença foi negada.

Além da multa, Bonkoski, que não foi localizado ontem, terá de recompor a mata e está sujeito a processos. Se condenado, a pena pode chegar a dez anos de prisão. Seu funcionário que recebeu as notificações informou que ele entrará com recurso.

Segundo Covas, o sistema será lançado após os ajustes finais e cobrirá o Estado todo. As imagens serão coletadas cinco vezes por ano pelos satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Um programa sobrepõe os fotogramas e emite um alerta em caso de diferença.

O sistema de coleta é o mesmo utilizado na Amazônia, mas com maior precisão, pois lá os satélites detectam desmates de no mínimo 6 hectares. A nova fiscalização atuará também em áreas de Cerrado e de matas de transição. Também será usada para conferir as reservas legais e a recomposição de matas ciliares, que protegem beiras de rios.

---

## **ZEE do Cerrado é apresentado. Sophia Gebrim – Site do MMA. 06/12/2012**

*Versão preliminar define ações prioritárias em defesa do bioma*

Representantes do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente (MMA) apresentaram, na tarde desta quinta-feira (06/12), à Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Território Nacional, durante reunião ordinária, em Brasília, a versão preliminar do Macro ZEE do Cerrado. O estudo, de planejamento e ordenamento territorial do bioma, mapeia as informações provenientes das características básicas do território, além de gerar o planejamento e

conhecimento das inúmeras realidades territoriais presentes na região. Sua área engloba os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além de parte do Amapá, Roraima e Amazonas.

“Durante a elaboração do decreto, que indicou ações prioritárias para o Cerrado, foi colocado como prioridade a elaboração de um zoneamento para o bioma, o que resultou nesse importante trabalho que estamos apresentando hoje à Comissão”, explica o diretor do Departamento de Zoneamento Territorial da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) do MMA, Adalberto Eberhard. O ministério contratou empresa de consultoria para elaboração do estudo que, após a apresentação à Comissão do ZEE, instância superior de deliberação da área, será apreciado por todos os departamentos da SEDR, secretarias do MMA, estados e municípios, Consórcio do ZEE (braço técnico) e sociedade, conselhos e órgãos representativos dos estados do bioma, respectivamente. Por fim, o trabalho retornará à Comissão para consolidação em parceria com o MMA.

## **DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Durante a reunião, o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Paulo Guilherme Cabral, destacou a importância da interlocução entre os órgãos que integram a comissão para expandir o tema e colaborar com o trabalho de cada um desses ministérios que integram o grupo. “Dessa forma, como prioridade para 2013, devemos ver o que precisa ser melhorado e aprimorado para consolidar o trabalho realizado por nós de forma participativa”, disse. Para ele, o diálogo com os estados também é ferramenta fundamental para a consolidação dos trabalhos que estão em construção, como o ZEE do Cerrado, prioridade para a Comissão em 2013.

Já o assessor de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), André Lima, convidado à participar da reunião, pontuou os fundamentos jurídicos que fundamentam o zoneamento, conceitos e desafios a partir da aprovação da nova Lei Florestal. “Todo o fundamento jurídico dessa ferramenta de ordenamento territorial está na própria Constituição Federal, que determina ao poder público a gestão do território”, ressalta. Ele finaliza com o desafio para o ZEE não só no Cerrado, mas em todo o país. “Devemos torná-lo cada vez menos um instrumento de consolidação e mais um instrumento de transformação do Estado e da realidade local”, acrescentou.

A Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional é integrada por representantes de diversos ministérios envolvidos com o tema e coordenada pelo MMA. São membros da comissão representantes dos seguintes ministérios: Defesa; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Minas e Energia; Transportes; Desenvolvimento Agrário; Planejamento, Orçamento e Gestão; Justiça; Cidades; Integração Nacional; e Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

---

### **Agroecologia em pauta. Sophia Gebrim – Site do MMA. 06/12/2012**

*MMA define proposta para plano nacional que será lançado em 2013*

Representantes da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do

Ministério do Meio Ambiente (MMA) reuniram-se, nesta quinta-feira (06/12), com demais secretarias do MMA para apresentar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e discutir a participação do ministério na elaboração da proposta, a ser lançada pelo governo federal em março de 2013. “A SEDR, como secretaria responsável pelo plano dentro do MMA mostrou como será a participação do MMA nesse trabalho, que tem amplitude nacional”, explicou o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Paulo Guilherme Cabral.

Cabral destacou, durante a reunião, que a proposta está sendo muito bem recebida pela sociedade e representações de produtores familiares. “O tema está sendo bastante discutido e estamos levando esse assunto a todos os canais possíveis de diálogo, desde o ano passado, com a formação de um grupo de trabalho interministerial que dialoga fortemente a pauta”, afirma. Dessa forma, o MMA promoveu com outros ministérios envolvidos na agenda a discussão da agroecologia em todas as regiões do país, por meio da realização de seminários regionais.

“Pelo que já discutimos e levantamos, conseguimos identificar diversas medidas que o Ministério do Meio Ambiente, especialmente a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, irá apoiar”, ressalta o secretário. Segundo ele, adequações nas políticas públicas que envolvem a produção agroextrativista e sociobiodiversidade, com adequações e criação de instrumentos para apoiar os produtores que trabalham nessas linhas, são exemplos. “A demanda por produtos sem agrotóxicos é crescente e será fundamentada a partir da perspectiva de substituição da produção baseada em insumos para tornar a produção mais sustentável e rentável”, acrescenta.

---

### **Inkra vai usar imagens de satélite para monitorar assentamentos na Amazônia Legal – Site do INCRA. 07/12/2012**

Um Termo de Cooperação firmado entre o Incra e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) vai possibilitar a utilização de imagens de satélite de alta resolução como base de informação para a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e monitoramento ambiental nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia Legal.

A cooperação foi firmada nesta sexta-feira (7) durante audiência entre o presidente do Incra, Carlos Guedes e o ministro substituto Francisco Gaetani. A medida estabelece o repasse de R\$ 5 milhões ao MMA, já realizado, para a compra dos dados cartográficos. O valor total investido nessa aquisição é de R\$ 29 milhões.

A iniciativa integra um conjunto de ações do Plano de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal - Programa Assentamentos Verdes, lançado pelo Incra no último dia 27 passado e que prevê a execução integrada de ações do de prevenção, combate e promoção de alternativas ao desmatamento ilegal em assentamentos da Amazônia Legal. A meta é atender 980 assentamentos, em 199 municípios, e alcançar mais de 190 mil famílias até 2019.

O presidente do Incra Carlos Guedes destacou que as imagens será ferramenta fundamental para a garantia da precisão, qualidade, abrangência e atualidade no

monitoramento ambiental. As imagens vão contribuir para uma melhor utilização do uso e ocupação do solo e na produção de informações ambientais.

Gaetani observou que as ações que o Incra está construindo na área ambiental, demonstra o compromisso da autarquia com o meio ambiente e vai ajudar o Brasil a cumprir suas metas de redução do desmatamento ena Amazônia.

### **Assentamentos Verdes**

O Programa Assentamentos Verdes terá como eixos a valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas; a recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar; Regularização Ambiental e Fundiária, via CAR e o monitoramento e controle ambiental.

### **Bolsa Verde**

O Programa Assentamentos Verdes está integrado às ações do Bolsa Verde, do MMA. Hoje existem 20.134 famílias em 544 assentamentos recebendo o benefício. Outras famílias estão sendo selecionadas e em fase de contratação junto ao programa, o que vai totalizar 41.750 famílias em 955 assentamentos. As famílias assentadas representam 62% dos beneficiários do Programa Bolsa Verde.

### **Desmatamento em assentamentos**

De acordo com dados do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes), a redução do desmatamento nos projetos de assentamentos na Amazônia Legal reduziu 26,5% na comparação entre 2011 e 2012. Dos 2.174 assentamentos analisados pelo Prodes, 630 tiveram desmatamento detectado sistema de monitoramento.

Os 15 assentamentos mais desmataram em 2012 representam 30% do total desmatado nessa categoria fundiária. A área desmatada em 2012 representa 0,5% do total da cobertura florestal em assentamentos. As Superintendências Regionais já foram orientadas a fazer um levantamento nos assentamentos que mais desmataram.

---

### **MMA e Incra firmam parceria. Sophia Gebrim – Site do MMA. 07/12/2012**

*Imagens de satélite que serão utilizadas no Cadastro Ambiental Rural também ajudarão a enfrentar o desmatamento nos assentamentos*

O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Francisco Gaetani, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, assinaram, nesta sexta-feira (07/12), termo de cooperação entre os órgãos onde o instituto repassa R\$ 5 milhões como parte da recente aquisição, pelo MMA, de imagens de satélite em alta resolução, no valor de R\$ 28,9 milhões, que serão utilizadas como base de informação para o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Também participaram da assinatura o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Paulo Guilherme Cabral, a diretora de Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Marilúcia Valse, e o coordenador-geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Incra, Carlos Eduardo Sturm.

“As imagens adquiridas, por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), irão contribuir para a redução do desmatamento em assentamentos”, disse Gaetani, após conhecer o Programa Assentamentos Verdes, parceria do Inbra com órgãos do governo federal. Ele destaca, ainda, a importância do programa para o fortalecimento de parceria histórica entre os órgãos. “A parceria beneficiará a todos os envolvidos tanto no projeto assentamentos verdes quanto no CAR, acrescentou. Dessa forma, o Inbra também utilizará as imagens de satélite para a implantação do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia, denominado conhecido como Assentamentos Verdes.

## **DEFENSORES DA FLORESTA**

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Paulo Guilherme Cabral, que também participou da assinatura, destacou a importância do programa. “Aqueles populações diferenciadas que vivem em assentamentos da reforma agrária na Região Amazônica são historicamente guardiãs do meio ambiente e, com o fomento de ações ligadas ao CAR, esse vínculo de caráter protetor será ainda mais fortalecido, além de promover o combate à miséria e regularização ambiental”, aponta o secretário. O Programa Assentamentos Verdes inclui ações de prevenção, combate e alternativas ao desmatamento ilegal em assentamentos da Amazônia Legal.

A expectativa do Inbra é que, como parte das estratégias do Programa Bolsa Verde, inserido no Plano Brasil Sem Miséria, o Programa Assentamentos Verdes consiga atender 980 projetos de assentamentos, em 199 municípios e alcançar mais de 190 mil famílias até 2019.

“O programa está entre as principais contribuições da autarquia para a mudança do perfil das áreas de reforma agrária na região, tornando-as comunidades rurais autônomas e ambientalmente sustentáveis”, ressalta o presidente do Inbra, Carlos Guedes. Segundo ele, é um programa robusto para avançar na agenda agrária na Amazônia.

## **SAIBA MAIS**

O Programa Assentamentos Verdes está sendo estruturado pelo Inbra em conjunto com outras instituições públicas e privadas, além de entidades e associações ligadas ao campo e meio ambiente. Com a parceria do Bolsa Verde nessas regiões, as populações de assentamentos em área de preservação ambiental receberão o incentivo do Programa, que é de R\$ 300 a cada três meses, para prosseguir com ações de conservação. Já o Cadastro Ambiental Rural (CAR) irá garantir a regularização ambiental dessas populações, o que contribuirá para a legalização de terras e conseqüente redução nas taxas de desmatamento.

A expectativa do Inbra é que, no início de 2012, iniciem reuniões de trabalho, nas superintendências estaduais da autarquia, com o objetivo de organizar os procedimentos necessários para o cumprimento das metas, que farão parte de um plano de trabalho plurianual. O Programa Assentamentos Verdes será validado até 1º de março de 2013 junto a órgãos da administração pública direta e indireta e à sociedade civil.

---

## **Aprovado segundo período do Protocolo de Kyoto – Site do MMA. 08/12/2012**

*Ministra Izabella Teixeira comemora resultado histórico e reafirma compromisso brasileiro com a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas*

A 18ª Conferência das Partes (COP 18) da Organização das Nações Unidas terminou na noite deste sábado (8/12), em Doha, no Qatar, com o a renovação do compromisso do Protocolo de Kyoto. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, destacou, em seu discurso de encerramento, que esse foi um resultado histórico. "O Protocolo de Kyoto é mais do que um documento, ele expressa a convicção de que a mudança climática exige uma ação multilateral, a abordagem baseada em regras. O Protocolo de Kyoto é o padrão de integridade ambiental", afirmou a ministra. O Brasil exerceu importante papel para esse resultado e foi elogiado por vários países por seu desempenho nas negociações.

A ministra destacou, também, que o Brasil está trabalhando duro e com sucesso na luta contra as mudanças climáticas. "Estamos orgulhosos dos nossos esforços na redução do desmatamento na Amazônia, que falam por si. Estamos cumprindo tudo o que nos comprometemos, de acordo com esta Convenção", enfatizou. Izabella Teixeira também reafirmou o compromisso do país em continuar sua participação ativa na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, "plenamente consciente de que o multilateralismo é a melhor ferramenta para enfrentar o aquecimento global."

No entanto, Izabella Teixeira afirmou que o Brasil não está totalmente satisfeito com o resultado obtido. "Queríamos mais. Acreditamos que é necessário mais. Mas também acreditamos que uma Conferência que garantiu o segundo período do Protocolo de Kyoto é, por definição, um sucesso", disse. A ministra lamentou que Partes do Anexo I estejam gradualmente se afastando das obrigações estabelecidas na Convenção: "esses países não estão tomando a liderança e não estão apoiando os países em desenvolvimento suficientemente em seus esforços para combater as alterações climáticas". Postura que a ministra classificou como "inaceitável".

---

## **Iphan atua no patrimônio genético. Luciene de Assis – Site do MMA. 10/12/2012**

*Órgão ajudará CGEN na autorização de acesso aos conhecimentos tradicionais para fins de pesquisa científica*

O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) credenciou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para autorizar o acesso aos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos para fins de pesquisa científica. O credenciamento atende às especificações da Resolução 35/2011 e faz parte de um processo de modernização e fortalecimento da gestão do acesso ao patrimônio genético brasileiro e aos conhecimentos tradicionais associados, conferindo maior eficiência e agilidades ao processamento das solicitações.

Para tornar o credenciamento uma realidade, o Departamento do Patrimônio Genético (DPG) da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) capacitou gestores e técnicos do órgão sobre autorização de acesso. O objetivo do Ministério do Meio Ambiente, ao organizar o workshop "A Governança

do Acesso ao Patrimônio Genético e aos Conhecimentos Tradicionais Associados”, foi fomentar a implantação e consolidação de uma rede de instituições credenciadas no país, aumentando o número de acessos aos recursos genéticos e ao potencial de repartição de benefícios provenientes do uso comercial da biodiversidade.

De acordo com a área técnica do DPG/SBF, a importância econômica e os valores potenciais do uso dos recursos genéticos e da repartição de benefícios, por meio da bioprospecção, poderá elevar a novos patamares o valor de seu conhecimento e uso sustentável, bem como os direitos dos povos indígenas, no cenário resultante da aprovação do Protocolo de Nagóia. Os analistas ambientais do DPG afirmam que este cenário cria expectativas para formação de uma nova “bioeconomia”, com dividendos sociais e ambientais amplamente repartidos.

---

### **"Bolsa verde" do Rio estreia com o foco em reserva legal. Bettina Barros – Valor Econômico. 10/12/2012**

Será lançada hoje a primeira "bolsa verde" para comercialização de ativos ambientais no mercado futuro. A Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio) entrará em operação com cerca de 100 ofertas de títulos de florestas excedentes em propriedades rurais do país.

Assim como ocorre com outras commodities, a lei de oferta e demanda determinará o ritmo e os preços desses papéis. No caso da "bolsa verde" - uma plataforma online que aglutina compradores e vendedores -, estarão disponíveis neste primeiro momento as chamadas Cotas de Reserva Ambiental (CRA), pelas quais quem estiver com déficit de cobertura florestal poderá comprar o excedente de floresta de uma outra propriedade. Mas não é só: já no primeiro semestre de 2013 deverão ser comercializados cotas de coleta e reciclagem de materiais e, futuramente, de efluentes industriais e créditos de carbono.

"As cotas de Reserva Ambiental são títulos representativos de cobertura vegetal que podem ser usados para compensar a falta de Reserva Legal em outra propriedade. É uma forma mais barata e viável do que o replantio ou recomposição da vegetação nativa", diz Pedro Moura Costa, presidente executivo da BVRio. "Mais importante do que a dimensão dos mercados desse ativo é a possibilidade de cumprir obrigações ambientais com eficiência", afirma.

A legislação brasileira determina aos proprietários rurais deixar em pé parte da floresta nativa de sua propriedade para preservação - a chamada Reserva Legal. Esse percentual de preservação varia de acordo com o bioma. Propriedades localizadas na Mata Atlântica, por exemplo, devem manter intactas 20% de sua área total. Na Amazônia, 80%. Cálculos diversos de fontes acadêmicas mostram que há no Brasil um déficit de 40 milhões a 45 milhões de hectares de florestas nativas nas cerca de 5 mil propriedades rurais do país.

Parte dessa área, portanto, é passível de ser compensada via mercado futuro. O limite das negociações está na oferta - não são tantas as propriedades com excedente de floresta que possa ser vendido. Segundo Costa, a situação varia conforme a região. No Amazonas, um Estado ainda altamente preservado, há uma estimativa de excedente de florestas em áreas particulares. O Paraná, com tradição agrícola, tem déficit de verde.



Para que as operações em bolsa aconteçam a compensação deve ser feita, preferencialmente, dentro do mesmo Estado. Caso isso não seja possível, a lei permite ainda compensações dentro do mesmo bioma. De acordo com Costa, o preço de uma CRA pode variar significativamente de um local para o outro. Um papel referente ao Centro-Oeste vale mais, por exemplo, que um similar da Caatinga.

A vantagem de optar pela compra desses títulos está sobretudo na facilidade da prestação de contas com as autoridades ambientais. "Restaurar uma área florestal custa dinheiro, podendo chegar a R\$ 8 mil o hectare. Ainda que o custo de uma CRA chegue a esse patamar, o proprietário escapa do trabalho para restaurar", diz, referindo-se à compra de mudas, plantio e manutenção da área restaurada. Os papéis são divididos em períodos de cinco, dez, 20 e 30 anos, mas podem ter também caráter perpétuo.

"É um instrumento muito interessante nesse momento de transição do Código Florestal", diz Eduardo Rieder, presidente da Associação dos Produtores de Mato Grosso do Sul. Segundo ele, há grande interesse por parte dos produtores em atuar nesse mercado. "Só estamos aguardando o Cadastro Ambiental Rural (CAR, o mapeamento por satélite das propriedades) para saber ao certo o tamanho do nosso ativo e passivo".

A efetiva criação do mercado de ativos florestais depende da implementação desses cadastros, concedidos pelas autoridades ambientais estaduais. Sob as regras da BVRio, proprietários de terras terão dois anos, a partir da implementação do CAR, para fazer a inscrição na bolsa. "Mesmo que as estruturas regulatória e tecnológica do cadastro ambiental ainda estejam em implementação, proprietários rurais já podem negociar CRAs na bolsa por meio de contratos de compra e venda para entrega futura, com preços pré-fixados", diz Maurício Moura Costa, diretor de operações da BVRio.

Para ele, os ativos ambientais são uma opção duplamente vantajosa: o produtor não perde tempo nem dinheiro com o reflorestamento, e tampouco área de plantio. Do ponto de vista ambiental, o ganho também é conferido, já que o volume final de florestas no Estado ou bioma é mantido com o incentivo econômico que o vendedor de cotas terá para preservação.

---

### **Petrobras obtém licença do Ibama para Sapinhoá. André Borges – Valor Econômico. 10/12/2012**

A Petrobras obteve uma das principais licenças ambientais aguardadas para a exploração do pré-sal da Bacia de Santos. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu a licença de instalação (LI) para que a companhia avance no campo de Sapinhoá. A licença autoriza, praticamente, a exploração de petróleo e gás na região, já que libera a estatal para ligar os cabos de exploração de sua plataforma até os campos. Executada esta etapa, a licença de exploração é emitida automaticamente.

A exploração de Sapinhoá será feita pela plataforma Cidade de São Paulo, que deixou o estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, no litoral do Rio, com destino a Santos. A plataforma vai operar em uma profundidade de água de aproximadamente 2.200 metros, a cerca de 300 quilômetros do litoral paulista. O plano da Petrobras é extrair o primeiro óleo da plataforma já em janeiro de 2013, com a interligação do primeiro poço produtor.

Outras interligações ocorrerão na sequência, até o total de seis poços produtores e cinco poços injetores.

A autorização do órgão de meio ambiente, que foi assinada pelo presidente do instituto, Volney Zanardi, já se baseia nos novos parâmetros de licenciamento que o órgão ambiental passou a aplicar no setor de petróleo. O licenciamento passou a ser dados para blocos de exploração, em vez de iniciar um processo para cada poço, mudança que tem resultado em maior agilidade no licenciamento.

A plataforma Cidade de São Paulo tem capacidade de produzir 120 mil barris por dia de petróleo e 5 milhões de metros cúbicos diários de gás. A unidade, do tipo FPSO, que produz, armazena e transfere óleo e gás, será a primeira plataforma de produção definitiva do campo de Sapinhoá.

O plano da Petrobras para a região prevê mais uma unidade flutuante de produção, com previsão de início de produção no segundo semestre de 2014. Esta segunda unidade de produção, batizada como Cidade de Ilhabela, já foi contratada pelo consórcio formado entre a Petrobras, a companhia britânica BG Group e a associação Repsol Sinopec Brasil e encontra-se em fase de conversão.

O consórcio do chamado Bloco BM-S-9 da Bacia de Santos é operado pela Petrobras (45%), em parceria com a BG E&P Brasil Ltda (30%) e a Repsol Sinopec Brasil S.A. (25%). O valor dos empreendimentos na Bacia de Santos - Etapa 1 é de cerca de 19,5 bilhões de reais.

A produção média da Petrobras nas áreas do pré-sal mais que dobrou de janeiro de 2011 para novembro deste ano, passando de 85 mil barris de óleo equivalente por dia (BOE/dia) para 211 mil barris BOE/dia.

Desde o início da produção da companhia nas áreas do pré-sal, em setembro de 2008, a Petrobras já produziu um volume total de 118 milhões de barris de óleo equivalente, se somadas as explorações nas Bacia de Santos e Bacia de Campos. O projeto Piloto de Lula, na Bacia de Santos, está produzindo em quatro poços de 90 mil a 100 mil barris de petróleo por dia, segundo informações da companhia.

O plano de negócios da Petrobras entre 2012 e 2016 prevê investimentos totais de US\$ 69,6 bilhões nas áreas do pré-sal, sendo US\$ 58,9 bilhões na Bacia de Santos e US\$ 10,7 bilhões na Bacia de Campos.

---

### **Posseiros fazem protesto contra ordem de despejo de terra indígena – Folha de São Paulo. 10/12/2012**

Posseiros que vivem em Posto da Mata, em Alto Boa Vista (MT), realizam protesto, fazem vigília e prometem resistir à ação de despejo prevista para hoje nos três municípios que ficam na área da terra indígena Marãiwatsédé, no nordeste de Mato Grosso.

Desde quarta, um grupo bloqueia o entroncamento da BR-158 com a MT-242, usadas para escoar produção agrícola.

A ordem de retirada determinada pela Justiça Federal será cumprida pela Polícia Federal e pela Força Nacional, que já estão no local. Segundo o IBGE, vivem em Marãiwatsédé 2.427 pessoas. Uma associação local diz que são 7.000.

As famílias dos posseiros ainda esperam reverter na Justiça a ordem de retirada. Segundo moradores, o clima na área é de tristeza e tensão.

"A maioria [dos moradores] diz que vai morrer aqui dentro", diz o churrasqueiro Ronaldo Damasceno, 30, que há 12 anos vive no local.

Ele diz que não vai enfrentar a polícia, mas que ficará em casa até o dia 16, quando oficiais de Justiça devem obrigá-lo a sair. Os posseiros não terão direito a indenização.

Os xavantes foram expulsos das suas terras na década de 1960 pelo governo militar e lutam na Justiça desde 1995 para voltar ao local.

---

### **Pesquisadores do Projeto Biomas passam a semana no Cerrado – Site da CNA. 11/12/2012**

O viveiro da Embrapa Cerrado, em Brasília, foi escolhido para apoio na produção das mudas para o projeto Biomas na região. A atenção especial é dada às mudas das espécies nativas. A demanda pelas plantas típicas desse bioma tem crescido bastante nos últimos anos, mas a falta de conhecimento e a indisponibilidade de sementes dificulta a produção nos viveiros comerciais existentes. O sucesso no desenvolvimento das mudas e no processamento das sementes para a germinação é essencial para o resgate e preservação das diferentes paisagens do bioma Cerrado, e o processo é minucioso e deve ser esclarecido para quem quer ajudar no processo de recuperação do Cerrado.

O trabalho começa com o planejamento. Viveiros menores, de duração limitada, podem ser instalados mesmo à sombra de uma árvore no fundo do quintal. Os de grande produção devem ter construídos com material resistente e com o local de implantação preparado previamente. “É necessária a boa orientação solar, além de solo com boa drenagem, inclinação para evitar o acúmulo de água e proximidade com uma fonte limpa e permanente de água para irrigação em qualquer época”, diz José Felipe Ribeiro, doutor em ecologia e um dos coordenadores do Projeto Biomas no Componente Cerrado.

No canteiro, as mudas são distribuídas em recipientes com substrato preparado especificamente para a vegetação de origem de cada espécie. As raízes se desenvolvem em uma base com a mistura de vários componentes, que sustenta e fornece nutrientes para o crescimento da muda. Sacos plásticos, tubetes, garrafas PET ou mesmo caixinhas de papelão usadas para produtos longa-vida são suficientes para armazenar as mudas até irem para o campo. Estes contêineres são enfileirados em grupos sem ultrapassar um metro de largura, para facilitar a manutenção e a luminosidade para as plantas que ficarem no centro.

O cuidado com as sementes também é fundamental. Dependendo da espécie, coleta-se do chão ou na própria árvore, que não pode apresentar sinais de ataque de pragas. Para as árvores mais altas, se utiliza o podão, uma vara com um gancho na ponta, ou então se

escala com a utilização de equipamento de segurança. Logo após a coleta, as sementes devem ser beneficiadas. Para a maioria das espécies, pós a retirada do fruto recomenda-se deixá-las à sombra em local ventilado até ficarem sensíveis ao toque. “Entretanto, por mais abundante que pareça o número de frutos e sementes em uma árvore, nenhum recurso deve ser explorado em sua totalidade”, lembra Ribeiro. Os frutos e sementes devem ser deixados na natureza para compartilhamento com a fauna local, que assim também ajudam na preservação e o sucesso reprodutivo daquela espécie.

Por fim, para poder germinar, a semente deve estar madura, inteira e não ser muito velha. O ambiente para a germinação deve ter oxigênio, temperatura, luz e umidade em níveis adequados à espécie. A Embrapa Cerrados disponibiliza na rede informações sobre o bioma. É só acessar:[http://www.cpac.embrapa.br/publicacoes/search\\_pbl/1?q=Viveiro](http://www.cpac.embrapa.br/publicacoes/search_pbl/1?q=Viveiro)

## **SOBRE O PROJETO BIOMAS**

O projeto é uma parceria entre Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os estudos já estão sendo desenvolvidos nos seis biomas brasileiros. Os pesquisadores buscam soluções para a produção sustentável de alimentos, a partir da reintrodução da árvore nas propriedades rurais do Brasil. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto, John Deere e Vale Fertilizantes.

---

## **Combate ao desmatamento na Amazônia inclui 58 assentamentos de Rondônia – Site do INCRA. 11/12/2012**

Com a criação pelo Incra do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia (PPCADI-Amazônia), denominado "Programa Assentamentos Verdes", o estado de Rondônia será contemplado, a partir desse mês, com 58 projetos de assentamento e reservas extrativistas, onde residem 6.085 famílias de agricultores.

O programa busca a execução integrada de ações do Incra e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) visando à prevenção, o combate e a promoção de alternativas ao desmatamento ilegal em assentamentos da Amazônia. Os eixos são a valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas, a recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar, a regularização ambiental e fundiária, o monitoramento e o controle ambiental.

A meta inicial é o atendimento dos assentamentos inseridos nos municípios do Arco Verde, atendidos pelo Bolsa Verde e presentes na rota do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM). Em toda a Amazônia serão contemplados 199 municípios, em 980 projetos de assentamentos, com 190.567 mil famílias, em 20.974.596 hectares.

### **Parcerias**

O superintendente do Incra em Rondônia, Luis Flavio Carvalho Ribeiro, explicou que o programa será desenvolvido com instituições parceiras, públicas e privadas, e com os movimentos sociais do campo, para a prevenção, o combate e a criação de alternativas ao desmatamento ilegal em assentamentos da reforma agrária na Amazônia. Foram

realizadas oficinas regionais de planejamento que vão compor um plano de trabalho plurianual.

"Rondônia já avançou na execução do programa ao assinar termo de cooperação com a Sedam para a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) inicialmente nos assentamentos dos municípios do Arco Verde, onde buscaremos a regularidade ambiental e a titulação dos lotes", afirmou.

Na superintendência regional do Incra está sendo instalada uma estrutura para atendimento exclusivo aos programas "Assentamentos Verdes", "Brasil sem Miséria" e áreas de acampamentos com conflitos agrários. Entre outras providências, o superintendente anunciou a criação das equipes "Alertas de Rondônia", compostas por técnicos que irão a campo assim que for detectado desmatamento, queimadas etc. para imediata notificação do infrator. Também será atualizado o Cadastro de Infratores Ambientais em Assentamentos, garante o superintendente.

---

### **Bolsa 'verde' entra em operação no Rio de Janeiro – Folha de São Paulo. 11/12/2012**

*Plataforma negociará títulos de reservas*

A BVRIO (Bolsa Verde do Rio de Janeiro), plataforma eletrônica de comércio de títulos de reservas florestais, entrou em operação ontem.

Embora leve o nome do Rio, a plataforma será nacional e funcionará com uma Bolsa de Valores, onde compradores e vendedores irão fechar seus negócios eletronicamente.

O modelo nasceu de uma exigência do novo Código Florestal, que determina que toda propriedade rural terá de ter um percentual de sua área com cobertura vegetal preservada -as chamadas reservas legais.

A BVRIO vai negociar CRA (Cota de Reserva Ambiental) da seguinte maneira: o fazendeiro que tiver uma área muito pequena preservada poderá comprar cotas de quem as tiver em excesso.

As vendas no mercado à vista, tal qual nas Bolsas de Valores, só poderão ocorrer quando os governos estaduais regulamentarem as regras do Código Florestal, o que deve acontecer em 2013.

No momento, só é possível comprar e vender títulos no mercado futuro.

---

### **FAMASUL defende regularidades fundiárias de MS – Site da CNA. 12/12/2012**

A Federação da Agricultura e Pecuária de MS (FAMASUL) apresentou à comissão mista do Congresso Nacional, que esteve no Estado nesta segunda-feira (10) para avaliar a questão indígena, uma série de documentos comprovando a legalidade das propriedades rurais de 21 municípios de Mato Grosso do Sul. O ofício entregue pela Federação reúne os demonstrativos da produção rural nas áreas afetadas pelas invasões

indígenas, com identificação do perfil predominante dos produtores rurais atingidos no Conesul do Estado. Os deputados federais e senadores receberam, também, um mapa das terras indígenas já regularizadas na região.

A agenda dos parlamentares no Estado previa que, depois de visitar invasão indígena à propriedade em Iguatemi, haveria um encontro com produtores rurais, presidentes de sindicatos e lideranças do setor na Câmara de Vereadores de Dourados. Alegando imprevistos, os parlamentares suspenderam o encontro, o que levou o grupo a se deslocar da Câmara até o aeroporto para poder falar com os parlamentares.

O assessor jurídico da Famasul, Carlo Coldibelli, ressaltou na entrega do ofício que o foco do problema não deve ser invertido. “Vivemos um problema de cunho social e a manipulação de informações distorce o problema real. Espero que os parlamentares não desviem a atenção dos quesitos sociais, tanto com relação ao pequeno e médio produtor, quanto aos indígenas que participam desse debate”, afirmou Coldibelli direcionando a fala ao deputado Sarney Filho (PV/MA), coordenador da comissão.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) reconheceu publicamente que o conflito em Mato Grosso do Sul é gerado pela omissão do Estado. “O melhor caminho para a resolução é partir de um reconhecimento concreto. Os índios estão sendo aviltados e não é pelos produtores rurais. Saio daqui com a convicção de que a causa do conflito é o Estado brasileiro”, afirmou.

O diretor secretário da Famasul, Ruy Fachini, avalia positivamente a visita da comissão. “Os parlamentares puderam verificar com os próprios olhos a realidade que impede o desenvolvimento do agronegócio e que deixa o índio nessa situação deplorável. Tanto produtores quanto os indígenas são reféns da situação, embora insistam em transferir as causas do conflito aos produtores”.

Depois de visitar a invasão, em Iguatemi, e do encontro com produtores rurais de Dourados e região, os deputados federais Geraldo Rezende (PMDB/MS) e Sarney Filho, que representaram o grupo de trabalho Guarani Kaiowá, concordam que o relatório final da visita apresente versões dos produtores rurais e dos indígenas. Ambos defenderam que o governo federal deve assumir a responsabilidade de ter titulado as áreas e que produtores precisam ser indenizados pelo valor real da terra, e não somente pelas benfeitorias nelas colocadas.

Os parlamentares que visitaram o Estado para discussões relacionadas às demarcações de terra são integrantes da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, composta por Ricardo Tripoli (PSDB/SP), Danilo Forte (PMDB/CE), Janete Capiberibe (PSB/AP), Penna (PV/SP) e Geraldo Resende (PMDB/MS); também compareceu a representante da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Erika Kokay (PT/DF); e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, composta por Randolfe Rodrigues (PSOL/PA) e João Capeberibe (PSB/AP), além de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai).

---

## **Unidades de conservação e desenvolvimento. Luiz Paulo Fazzio – Valor Econômico. 12/12/2012**

A lei federal que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) bem como o decreto federal que a regulamentou são omissos em relação à atribuição de competência para a definição dos limites da zona de amortecimento e, quando cabível, dos corredores ecológicos.

A zona de amortecimento é o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas e tem o propósito de aumentar a proteção ambiental dessas áreas. Já os corredores ecológicos, porções de ecossistemas naturais que ligam unidades de conservação, possibilitam a dispersão de espécies e recolonizam áreas degradadas.

A insegurança jurídica causada pela incerteza de quem deve delimitar a zona de amortecimento já motivou decisão liminar que suspendeu e restringiu a obtenção de licenciamentos ambientais por empreendimentos privados e públicos no entorno de unidades de conservação.

Esta indefinição é também um entrave para a elaboração dos planos de manejo das unidades de conservação, pois a delimitação da zona de amortecimento é um dos itens do plano. É o plano de manejo que fundamenta os objetivos de uma unidade de conservação, estabelece seu zoneamento, as normas de uso dos recursos naturais, inclusive, a implantação das estruturas físicas necessárias a sua gestão.

Além da omissão no que se refere à competência para delimitação da zona de amortecimento, até o momento não foi estabelecido o roteiro metodológico básico para elaboração de planos de manejo de área de relevante interesse ecológico, previsto para ser estabelecido no decreto até agosto de 2002, ou seja, 180 dias contados de sua publicação.

O documento é fundamental para a elaboração de planos de manejo, pois uniformiza conceitos, metodologias, diretrizes para o zoneamento, prazos de avaliação, bem como as fases de implementação de programas de manejo.

### *Unidades continuam sem planos de manejo e sem zona de amortecimento*

A responsabilidade pelo estabelecimento dos roteiros metodológicos é dos órgãos executores do SNUC, dentre eles, na esfera federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O descumprimento da lei do SNUC pelos órgãos responsáveis pela administração de unidades de conservação, cuja coresponsabilidade, no caso federal, é do ICMBio, quanto à elaboração de planos de manejo, também tem fundamentado ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público.

Em que pese os 12 anos passados desde a publicação da lei que instituiu o SNUC, em julho de 2000, e que fixou o prazo de cinco anos para a elaboração dos planos de manejo e delimitação das zonas de amortecimento por parte dos órgãos responsáveis

pela administração das unidades de conservação, diversas unidades continuam sem planos de manejo e sem zona de amortecimento delimitada.

De acordo com o entendimento do Ministério Público, é do ICMBio a competência para definir os limites da zona de amortecimento. Porém, o instituto entende que somente um ato de mesma hierarquia do que criou a unidade de conservação é que deveria fazê-lo. Para o caso de uma unidade de conservação federal, criada por decreto presidencial, somente outro decreto presidencial poderia delimitar a zona de amortecimento.

Para corrigir essa omissão na legislação, é preciso que a Presidência da República, por meio de um decreto, atribua aos órgãos ambientais das respectivas esferas de criação das unidades de conservação a competência de definir os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos.

São da responsabilidade dos órgãos ambientais como secretarias municipais e estaduais de meio ambiente e do ICMBio, na esfera federal, implementar, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação.

Atribuir essas funções à Presidência da República, aos governos de estado e às prefeituras municipais, por meio de decreto, é desviar a competência que foi atribuída pelo SNUC aos órgãos ambientais. São eles que reúnem todos os estudos necessários à definição dos limites da zona de amortecimento.

É preciso alertar que o SNUC, como parte do conjunto de leis que dispõe sobre a proteção da fauna, da flora, das águas, do ar e do solo, é tão importante quanto o polêmico Código Florestal para a aplicação da legislação ambiental e de seu funcionamento sistêmico.

Na prática, a não delimitação da zona de amortecimento de unidade de conservação faz com que os seus recursos ambientais que abriga fiquem vulneráveis às atividades humanas. Além disso, os impactos negativos vão além. A indefinição na lei do SNUC causa insegurança jurídica no entorno da unidade, cancelando ou suspendendo projetos, obras e investimentos públicos e privados, potenciais geradores de empregos, renda e desenvolvimento sustentável em seu entorno.

**Luiz Paulo Fazzio é advogado, coordenador do Departamento de Meio Ambiente e Sustentabilidade do escritório Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados**

---

### **Rio Grande do Sul homologa 11 novos territórios rurais – Site do MDA. 12/12/2012**

O Rio Grande do Sul, agora, possui 18 territórios rurais. As 11 novas regiões foram homologadas nesta quarta-feira (12) em reunião do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, em Porto Alegre, capital do estado. Com isso, quase 400 municípios gaúchos estão cobertos por territórios, o que significa mais de 80% de todo o Rio Grande do Sul.

Segundo o delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no estado, Marcos Regelin, a implantação dos novos territórios garante maior debate e adesão dos agricultores familiares às políticas públicas. “Além disso, organiza-se melhor o



desenvolvimento rural sustentável de forma mais próxima do governo federal e, principalmente, do MDA”, avaliou o delegado.

O delegado explicou que a instituição dessas novas áreas é fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. “Nós temos visto que nas regiões onde houve implantação dos territórios, temos conseguido avanços fundamentais, como a organização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e as vendas para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).”

Regelin contou, ainda, que essa é uma demanda antiga dos prefeitos. “É um trabalho que vem sendo conduzido pela delegacia há dois anos. As prefeituras se mobilizaram para ter esse reconhecimento territorial por parte do MDA”, assegurou.

### **Agricultura familiar**

O secretário-executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, José Ademar Batista, reconheceu a importância dos territórios rurais para a agricultura familiar. “O território é um instrumento local de desenvolvimento e de organização das políticas públicas. A implantação dos novos territórios vai qualificar o diálogo entre agricultor familiar e governo federal. Vai facilitar o entendimento do produtor sobre o que o governo está fazendo por ele”, detalhou.

No novo cenário, o Rio Grande do Sul conta com quatro Territórios da Cidadania: Zona Sul do Estado, Região Central, Médio Alto Uruguai e Noroeste Colonial e 14 Territórios de Identidade: os onze recém-homologados – Pacto Novo Rio Grande, Pampa, Fronteira Noroeste, Centro Sul, Produção, Vale do Caí, Litoral, Campos de Cima da Serra, Nordeste, Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo –, além de Alto Uruguai, Missões e Centro Serra.

### **Programa Territórios da Cidadania**

Implantado em 2008, o Programa Territórios da Cidadania envolve a atuação integrada de 22 ministérios e órgãos do governo federal com estados, municípios e sociedade civil. O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável em regiões com baixo dinamismo econômico, especialmente no meio rural. As ações abrangem 1.852 municípios, onde vivem 42,4 milhões de brasileiros, 13,1 milhões deles no meio rural.

A concepção do programa permite combinar financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a expansão da assistência técnica para os produtores familiares.

O Territórios da Cidadania envolve uma série de outros programas, como o Programa Luz para Todos, que acompanha a criação de infraestrutura em assentamentos da reforma agrária assim como a construção de escolas, por exemplo. Um outro destaque é o Programa Bolsa-Família, complementado com a estruturação de cadeias produtivas voltadas para a diversificação de economias locais e expansão de programas como o Saúde da Família, o Farmácia Popular, o Brasil Sorridente e o de Atenção Integral à Família.

Sua estrutura e modelo de gestão são inovadores: no Programa Territórios da Cidadania, Estado e sociedade planejam e gerem as políticas públicas conjuntamente.

---

### **Maranhão, Tocantins e Piauí atraem novos projetos. Stella Fontes – Valor Econômico. 12/12/2012**

Ao mesmo tempo em que o Brasil se consolida como polo mundial de produção de celulose de eucalipto, internamente, novas fronteiras estão sendo abertas pela indústria. Maranhão, Piauí e Tocantins, que formam o chamado "Mapito", atraíram a atenção dos produtores - tradicionais ou novos investidores - com terras disponíveis, recursos hídricos, logística de escoamento da matéria-prima até a costa, incentivos fiscais e processos de licenciamento menos burocráticos que os de outras regiões do país. Como resultado, vão receber ao menos US\$ 7,8 bilhões em projetos previstos para os próximos anos.

A "novidade geográfica" da indústria, Mato Grosso do Sul, assistiu a uma revolução na região de Três Lagoas nos últimos seis anos, com a instalação da Fibria, maior produtora mundial da matéria-prima, e da International Paper (IP), que herdou florestas que pertenciam à antiga Champion. Neste mês, a Eldorado Brasil lançou oficialmente sua operação no município, consolidando-o como polo nacional de plantações de eucalipto.

Antes disso, o sul da Bahia atraiu empresas como Suzano Papel e Celulose e Veracel, joint venture entre a Fibria e a sueco-finlandesa Stora Enso. A elevação dos preços da terra e processos mais complicados para obtenção de licenças ambientais, contudo, desviaram o foco da indústria para outras regiões. Situações semelhantes ocorreram no Sul e no Sudeste, que ainda hoje concentram a maior parte das fábricas de celulose e papel em operação no país.

Para o vice-presidente da Pöyry Tecnologia, Carlos Alberto Farinha e Silva, em comum, os Estados do "Mapito" têm a oferecer terras e novos modais de transporte, e se mostraram receptivos a novos investidores. "Essa região se configura como uma nova fronteira, que tem na Ferrovia Norte-Sul um importante estímulo", afirma.

Boas condições para escoamento da celulose, bem como distâncias relativamente pequenas entre plantação e fábrica, são decisivas para a instalação de linhas produtivas (*veja reportagem abaixo*), ainda que as empresas tenham de efetuar desembolsos para ajustar a infraestrutura local a suas necessidades.

A distância em relação aos produtores de bens de capital, de acordo com o diretor industrial da Fibria, Francisco Valério, é menos relevante do ponto de vista logístico. No caso de Três Lagoas, os equipamentos importados chegaram aos portos de Santos e de Paranaguá e seguiram para o Centro-Oeste por meio de rodovia, sem grandes complicações.

"A indústria depende de dois itens: matéria-prima [madeira] e água", ressalta Valério, acrescentando que a existência de um maciço florestal da antiga Champion viabilizou a mais moderna unidade da Fibria. O executivo, que participou da implantação das fábricas da antiga Aracruz - que se uniu à Votorantim Celulose e Papel (VCP) na Fibria

- no Espírito Santo, lembra que as condições à época eram ainda mais precárias do que as encontradas em Mato Grosso do Sul. "Cada região tem a sua peculiaridade", destaca.

A chegada da Eldorado ao mesmo município, conta Valério, levou a Fibria a se preparar, uma vez que estava claro que haveria maior concorrência por determinados recursos, entre os quais profissionais qualificados. "Formamos um novo grupo no Senai e, quando necessário, deslocamos mão de obra de outras unidades." Do ponto de vista da Eldorado, foi justamente a presença da cultura de eucalipto em Três Lagoas que levou a fábrica para a região.

"Já havia a experiência de passar por um grande projeto. O que a Eldorado fez foi consolidar o polo", afirma o presidente da companhia, José Carlos Grubisich. Conforme o executivo, Estado e município foram bastante receptivos ao projeto e, sim, houve desafios, especialmente de mão de obra, diante da existência de alguns projetos concorrentes - fora do setor, a Petrobras pretende instalar uma fábrica de fertilizantes na cidade.

Assim como acontece com os atrativos, os desafios das novas fronteiras são, de maneira geral, comuns. Escassez de mão de obra especializada, falta de entendimento por parte da população local do que é um empreendimento desse porte e a adaptação de clones de eucalipto ao solo aparecem como pontos de atenção da indústria. Para instalar uma fábrica no Tocantins até 2018, por exemplo, a Braxcel desenvolveu 18 campos experimentais e testou 100 diferentes clones, utilizando diversos tipos de manejo florestal. Ao fim, foram selecionadas 15 matrizes.

A caminho de iniciar a operação de uma nova fábrica no Maranhão e com planos já declarados para o Piauí, a Suzano valeu-se do conhecimento da área para levar adiante o investimento. "No Maranhão, desenvolvemos pesquisas desde a década de 80", afirma o diretor de Operações da companhia, Ernesto Pousada. "Esse é um desafio que pode se tornar uma vantagem competitiva", diz. Naquele Estado, a Suzano comprou da Vale quase 85 mil hectares de plantações. Já no Piauí, a empresa teria encontrado dificuldades com o solo seco, informação que não é confirmada pelo executivo. "Há um processo de aprendizagem, mas nada que seja relevante", garante. Para Pousada, Centro-Oeste e o norte do Nordeste correspondem, de fato, à nova fronteira para a indústria pelos próximos dez ou 15 anos.

Fora do país, afirma Farinha, da Pöyry, a China ensaia a constituição de uma indústria local de celulose e a África oferece condições de clima e solo "interessantes" à cultura do eucalipto. A consagração desses países como polos produtivos, contudo, é assunto de longo prazo. "Há grandes dificuldades nessas regiões e ainda não está claro como serão enfrentadas", afirma. Ainda assim, há tentativas por parte da indústria. A Portucel, por exemplo, pretende se estabelecer no norte de Moçambique, mas não espera iniciar a produção antes de 2022.

---

### **Grupo discute mapeamentos territoriais para a elaboração de estratégias – Site do MAPA. 13/12/2012**

Servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), representantes de instituições públicas e privadas e demais parceiros participaram nesta

manhã, na sede do Mapa, em Brasília, da 2ª Rodada do Ciclo de Palestras Núcleo de Inteligência Territorial (NIT). O evento promovido pelo Ministério e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência tem entre os objetivos usar conceitos estratégicos para elaborar programas e medidas para o setor agropecuário.

Na programação, foram discutidos temas relacionados ao monitoramento por satélite, gestão territorial, possibilidades e perspectivas, além da contribuição da geotecnologia na prática de agricultura sustentável. Por meio dessas discussões, o Ministério espera traduzir o conhecimento hoje disponível ao nível do território em um sistema de suporte à decisão do agente público em benefício dos produtores rurais.

Como principais resultados esperados, estão maior eficiência na alocação do crédito rural, intensificação da pecuária, diversificação da atividade agrícola, recuperação de pastagens degradadas e zoneamento das oportunidades florestais, com consequente redução do risco e melhores possibilidades de garantia de renda. “O trabalho do núcleo é importante para dar o direcionamento ao agronegócio brasileiro”, disse o chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do Mapa, Derli Dossa.

### **Mapeamentos territoriais**

A partir dos estudos do NIT, serão feitos mapeamentos territoriais para a elaboração das estratégias governamentais. Os primeiros resultados serão entregues no primeiro semestre de 2013 e utilizados para a elaboração do próximo Plano Agrícola e Pecuário, baseando ainda outras políticas como o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC). A proposta é que as ações do Governo Federal sejam baseadas em investimentos que atuem melhor com as realidades locais.

Entre as vantagens do planejamento prévio está a melhoria da eficiência agrícola em direção à sustentabilidade. O conhecimento gerado pelo NIT permitirá, por exemplo, a criação de estratégias para otimizar o uso do solo, possibilitando melhor foco das políticas públicas, redução do risco e melhor alocação do crédito rural por meio de vantagens regionais. O núcleo ainda pretende acompanhar ações de desmatamento e o avanço da atividade agrícola no território nacional.

O Núcleo de Inteligência Territorial (NIT) do Mapa foi criado oficialmente em 1º de novembro. A medida foi publicada por meio da Portaria nº 1.015, no Diário Oficial da União

---

### **Portaria orienta plantio de prática sustentável – Site do MAPA. 13/12/2012**

*Zoneamento é um importante instrumento na contratação de crédito de custeio agrícola e seguro rural*

O zoneamento agrícola de risco climático para a cultura de milho consorciado com braquiária, utilizado em práticas sustentáveis como no Sistema de Plantio Direto, para oito estados foi divulgado nesta quinta-feira, 13 de dezembro, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Foram anunciados, ainda, os zoneamentos para amendoim, aveia, canola, cevada (de sequeiro e irrigada), feijão (3ª safra e caupi), milho e trigo (de sequeiro e irrigado).

A divulgação do zoneamento agrícola identifica os municípios aptos em 17 estados e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo das culturas nos estados brasileiros. O zoneamento é um importante instrumento na contratação de crédito de custeio agrícola e seguro rural. É por meio dele que são indicados os municípios e os períodos de plantio com menores riscos climáticos para o cultivo de cada cultura e variedade.

O consórcio de braquiária com o milho, em sistema plantio direto, vem sendo mais utilizado no cultivo do milho 2ª safra. Esse plantio é possível devido ao diferencial de tempo e espaço no acúmulo de biomassa entre as espécies.

Os efeitos desse tipo de cultivo sustentável – como a reciclagem de nutrientes, acúmulo de palha na superfície, melhoria da parte física do solo e pela incorporação e acúmulo de matéria orgânica – são benéficos para os plantios subsequentes, em especial para os de soja, contribuindo para o aumento de produtividade.

Há dois anos, o Mapa tem divulgado os zoneamentos de cultivos consorciados para apoiar os produtores que adotam – ou querem adotar – práticas sustentáveis em suas propriedades.

Acesse **aqui** e leia na íntegra as portarias publicadas no DOU sobre o zoneamento das culturas para cada estado.

---

### **Uma agenda ambiental falida. Christianne Maroun – O Globo. 13/12/2012**

Quando comecei a trabalhar com meio ambiente, era 1992, o ano em que foi cunhado o conceito de desenvolvimento sustentável, aqui mesmo no Rio de Janeiro, na Rio-92. Um conceito amplo, genérico, que se mostrou uma ótima alternativa para que continuássemos fazendo o mesmo que sempre fizemos desde a Revolução Industrial, com menos culpa. Esse conceito, tão abrangente, que quer dizer tudo e nada ao mesmo tempo, fez com que nenhum dos países reunidos na conferência se opusesse a essa brilhante alternativa, que calava a boca dos ambientalistas e cientistas, e permitia à sociedade continuar crescendo nos mesmos moldes de sempre.

O problema começou quando os impactos das mudanças climáticas começaram a ser percebidos no dia a dia das pessoas. Faziam-se necessárias medidas mais objetivas, com metas e medições. Passávamos do conceitual para o real. Foi exatamente neste ponto que a massa do bolo desandou: o Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, foi uma tentativa de tornar reais as promessas feitas na Rio-92, mas só conseguiu ratificação em 2005, ou seja, oito anos depois. Este foi o primeiro sinal de que os países não estavam preparados para efetivamente pôr em prática a tão discutida agenda ambiental.

Hoje, 20 anos depois da Rio-92, o Protocolo vem se arrastando pelas areias do deserto, morto de sede, sob o sol escaldante. Depois de Doha, conseguiu sobreviver a duras penas até 2020. E, mesmo assim, ainda moribundo. Falta coragem para assumir que esse modelo, muito valioso há duas décadas, como primeiras tentativas para abrir os olhos da Humanidade quanto aos seus valores e dinâmicas, já não funciona mais.

O modelo atual da agenda ambiental é por si defasado e falido. No primeiro sinal de crise econômica, seja em casa, na empresa, no país ou no mundo, quem se preocupa com meio ambiente? Que valor isso tem se comparado com indicadores importantes como o PIB (que tem que crescer para sempre)?

É justamente aí que podemos e devemos mudar os rumos da nossa história na Terra. O Homem faz parte do meio ambiente e não o meio ambiente é parte da agenda do Homem. É imperativo que mudemos as dinâmicas de valores da nossa sociedade e que as questões ambientais estejam amalgamadas nas nossas decisões, não sendo apenas uma agenda paralela.

Não há soluções fáceis e nem imediatas. Mudanças profundas requerem medidas de longo prazo e, portanto, continuidade nas ações dos governantes e da sociedade em geral. Além disso, é fundamental uma coalizão entre países para que a solução seja global, pois, caso contrário, continuaremos com ações de resultados pífios, sem a escala necessária para mudar as dinâmicas atuais.

Infelizmente, o que vemos hoje é um retrocesso nas decisões conjuntas dos países. A tendência é de que cada país ou região estabeleça seus próprios mecanismos para mitigar as mudanças climáticas e alcançar a sustentabilidade. A semente plantada na Rio-92 ainda não deu os frutos que gostaríamos. Mas gerou mudas que podem ser replantadas.

Minha esperança é que meus alunos, que hoje se formam como fiz há vinte anos, consigam concretizar isso, tornando a nossa sociedade realmente sustentável, o que significa: continuar existindo.

---

### **Ministro ressalta esforços conjuntos para reconhecimento de territórios quilombolas – Site do MDA. 13/12/2012**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, participou na manhã desta quinta-feira (13), do Encontro Nacional de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas, que ocorre em Brasília. O evento visa discutir avanços, desafios e perspectivas relacionadas ao tema, bem como elaborar uma proposta de trabalho integrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e representantes dos Institutos Estaduais de Terra, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

O ministro definiu o encontro, que encerra nesta sexta-feira (14), como uma somatória de esforços dos órgãos federais com os estaduais para o avanço de políticas de reconhecimento dos territórios quilombolas e de seus direitos. “Atualmente 194 comunidades têm seu território reconhecido, o que representa 10% da demanda atual, então temos muito trabalho pela frente”, ressaltou.

De acordo com Pepe Vargas, cerca de 80% dos 125 títulos de territórios regularizados estão em terras estaduais. Ele afirma que para atingir essa porcentagem há um esforço conjunto da União junto aos órgãos estaduais. “Há muito trabalho do Incra, muito recurso federal envolvido. É importante a gente dizer isso para mostrar que há um

esforço conjunto da União. Neste sentido, vamos ampliar nossos esforços e intensificar ainda mais a parceria com os estados”, ponderou.

O presidente do Incra, Carlos Guedes, realçou o aniversário de dez anos do decreto nº4887, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, classificando como um ato de coragem do ex-presidente Lula. “É um ato que nos autoriza, enquanto governo, a fazer uma avaliação e atualização da agenda de trabalho. Muito aprendemos nesses dez anos sobre o processo do reconhecimento de um território onde há uma presença, uma memória, uma história construída pelas comunidades quilombolas e como isso reflete na questão fundiária”, afirmou.

Guedes anunciou a parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) que visa ajustar os procedimentos de atuação e acelerar a regularização dentro de comunidades quilombolas em terras da União. “No caso dos estados, queremos assumir o compromisso de apoiar os institutos de terra em tudo que for necessário, seja na elaboração de relatório, seja no georreferenciamento, na localização dessas comunidades, para que possamos ter resposta no ponto de vista de garantir esses direitos”, assegurou.

### **Avanços**

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, enfatizou os avanços realizados durante 2012. Ela lembrou que, no mês de novembro, foram entregues 23 certificados pela Fundação Cultural Palmares e assinados 11 decretos, declarando terras quilombolas de interesse social e titulando efetivamente duas comunidades. “Queremos chegar ao final de 2013 com números muito mais robustos e fazer um trabalho mais integrado que é, fundamentalmente, o que precisamos para poder avançar nessa questão da regularização fundiária dos quilombos”, garantiu.

O presidente da Fundação Cultural Palmares, Eloi Ferreira Araújo, destacou que o sucesso das ações desempenhadas e metas cumpridas em 2011 se deve à participação efetiva de todas as organizações envolvidas no processo. Ele ainda salientou a importância das comunidades quilombolas para o País. “Quando falamos de comunidades quilombolas, falamos de povos afro-descendentes, que com suas lutas e trabalhos, construíram a identidade nacional e alavancaram o estado brasileiro para ser essa economia pujante que é hoje”, lembrou.

A programação do evento seguiu com o painel Processo de Reconhecimento a Titulação das Comunidades Quilombolas. O diretor de Patrimônio Afrobrasileiro da Fundação Cultural Palmares, Alexandre Reis, explicou como se dá o processo de certificação de comunidades quilombolas. O encontro encerra na tarde de sexta-feira (14) com a elaboração de um documento com as propostas discutidas.

---

### **Em 2013, Projeto Biomas entra em seu terceiro ano – Site da CNA. 14/12/2012**

O Projeto Biomas, uma parceria do Sistema CNA/SENAR e Embrapa, foi planejado para ser executado em 9 anos. Em 2013, o projeto entra no seu terceiro ano e os pesquisadores têm muitas conquistas para comemorar. Nesta quinta e sexta-feira, dias

13 e 14 de dezembro, os integrantes do Comitê Nacional se reuniram, em Brasília, para fazer um balanço das ações implementadas. "O Projeto Biomas avançou muito em 2012. Conseguimos entrar com o projeto em todos os biomas. É um marco importante do estudo", conta Dr. Gustavo Curcio, coordenador nacional do Projeto Biomas pela Embrapa.

A coordenadora executiva do Projeto Biomas na CNA, Cláudia Rabello, conta que essa reunião de final de ano também serve para avaliar o que ainda pode ser melhorado. "Nós fazemos um balanço. Colocamos no papel tudo o que vimos em campo e começamos a planejar o cronograma do próximo ano", comenta.

## **PARTICIPANTES**

Estiveram reunidos os integrantes da Coordenação nacional do Projeto Biomas: Gustavo Curcio, da Embrapa Florestas; Cláudia Rabello, da CNA; Marcia Toffani, Embrapa Pantanal; Renato Dedecek, Consultor; Alexandre Uhlmann, da Embrapa Florestas; Alexandre Mehl Lunz, da Embrapa Amazônia Oriental; Felipe Ribeiro, da Embrapa Cerrado; Fabiana Gomes Ruas, da INCAPER-ES; Marcelo Francia, da Embrapa Florestas; Annete Bonnet, Consultora.

## **SOBRE O PROJETO BIOMAS**

O projeto é uma parceria entre Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os estudos já estão sendo desenvolvidos nos seis biomas brasileiros. Os pesquisadores buscam soluções para a produção sustentável de alimentos, a partir da reintrodução da árvore nas propriedades rurais do Brasil. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto, John Deere e Vale Fertilizantes.

---

### **Recuperação de Área de Preservação Permanente é foco de experimento no Cerrado – Site da CNA. 14/12/2012**

Termina hoje, 14 de dezembro, o plantio de mudas de árvores nativas no cerrado, na Fazenda Entre Rios, em Goiás. " Faremos esse experimento em uma área de pouco mais de 1 hectare. Vamos plantar 2.100 mudas em uma cabeceira seca, onde havia erosão. Ao longo dessa cabeceira, existe uma nascente. As árvores vão evitar a erosão e preservar a nascente. O grande produto deste experimento é a água", conta o Dr. Felipe Ribeiro, Coordenador Regional do Bioma Cerrado.

Segundo o coordenador nacional do Projeto Biomas, Dr. Gustavo Curcio, o experimento cumpre o objetivo principal do projeto que é a reintrodução da árvore nas propriedades rurais. "Neste caso, ainda prevemos alguns ganhos. Vamos dar condições à nascente do rio para que permaneça saudável, protegida por essas mudas que plantamos hoje e que crescerão em breve. Pegamos outra área, adjacentes à nascente, onde plantamos mudas com potencial econômico, como o jequitibá, algumas frutas, macaúba, entre outras", explicou.

Um dos proprietários da Fazenda Entre Rios, Adriano Varela Galvão, acompanha o plantio das mudas e se diz muito satisfeito em ter sua propriedade escolhida pela equipe



do Projeto Biomas. "O projeto é muito interessante. Eles estão utilizando uma área que estava perdida. Nós não sabíamos o que fazer. Agora, estamos ansiosos pelos resultados e satisfeitos porque esses resultados vão ajudar outros produtores também".

## **O CORAÇÃO DO PROJETO BIOMAS**

A coordenadora Executiva do Projeto Biomas, Cláudia Rabello, explica que a fase do plantio de mudas faz parte do Plano de Ação 3. "O Projeto Biomas foi planejado para ser executado em 5 etapas. No cerrado, estamos na terceira etapa, que é a fase do plantio. Esse é o coração do projeto biomas. É a reintrodução da árvore na propriedade rural".

O Projeto Biomas já está sendo desenvolvido nos seis biomas brasileiros, cada um em uma fase diferente do projeto. Com exceção do Cerrado e da Mata Atlântica, que passam pelo mesmo período: o plantio das mudas.

## **A PARTICIPAÇÃO DO SENAR**

Depois de terminar o plantio de mudas, os pesquisadores começam o monitoramento da área. "Essa fase dura 7 anos", conta Cláudia Rabello. "Neste período, nós recorremos ao SENAR para capacitar os multiplicadores do Projeto Biomas. Eles vão levar aos produtores e técnicos os resultados dos nossos experimentos e o conhecimento necessário para aliar produção e preservação, com mais renda ao produtor, com mais sequestro de carbono e tantas outras vantagens que ainda vamos descobrir", diz a coordenadora executiva.

## **SOBRE O PROJETO BIOMAS**

O projeto é uma parceria entre Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os estudos já estão sendo desenvolvidos nos seis biomas brasileiros. Os pesquisadores buscam soluções para a produção sustentável de alimentos, a partir da reintrodução da árvore nas propriedades rurais do Brasil. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto, John Deere e Vale Fertilizantes.

---

## **Entidades denunciam os males do monocultivo de eucalipto em MS – Site do MST. 14/12/2012**

A Comissão Pastoral da Terra - Equipe Três Lagoas/MS, junto a outros setores sociais do município de Três Lagoas, vêm alertando e denunciando os graves impactos socioambientais que o monocultivo do eucalipto e as gigantescas indústrias de celulose-papel já estão causando nos céus, nas águas e nas terras da microrregião leste do estado de Mato Grosso do Sul.

A entidade já produziu algumas cartilhas, realizado oficinas e participado de seminários, levando para a sociedade a outra cara da moeda quem vem atrás do título triunfal que a mídia-capital outorgou unilateralmente para o município: "Três Lagoas, capital mundial da celulose". O nome de Três Lagoas está na mídia nacional e internacional por conta

da inauguração da fábrica Eldorado Brasil Celulose. Cantantes como Andrea Boccelli e Almir Sater vão prestigiar o evento.

### **Novo tipo de latifúndio**

Segundo uma cartilha produzida pela CPT/MS em 2008 a plantação a grande escala de eucalipto estava já registrando um novo tipo de latifúndio. Só a fábrica Fibria tem hoje 350 mil hectares de plantação de eucalipto no Estado e com a nova que se inaugurou nesta semana esse território poderá dobrar.

O eucalipto é uma árvore originária de regiões úmidas da Austrália. Mas foi espalhado por todas as partes do planeta terra, também no Brasil por causa das condições de clima e solo, pois tem muita água, terra fértil e muito sol. Em países de clima frio o eucalipto cresce muito devagar. E no Brasil, em pouco tempo se transforma numa baita árvore. Para alcançar este crescimento rápido o eucalipto precisa de muita água. Em média, ao longo de suas fases de crescimento, um pé de eucalipto consome 30 litros de água por dia. Por certo, Três Lagoas é uma região de muita água, tendo, por exemplo, o Rio Paraná como parte de seu recurso hídrico.

### **Sem flor; eucalipto gera um emprego cada 187 hectares**

O eucalipto, que consome muita água e nem flor produz, gera conseqüências irreparáveis para a biodiversidade na região de Três Lagoas. Segundo a cartilha da CPT, nas florestas de eucaliptos erguidas para as indústrias, que vão gerar lucros para uns poucos, nem os passarinhos gostam de fazer seus ninhos e menos ainda se alimentar de suas folhas.

O monocultivo de eucalipto gera um emprego a cada 187 hectares. E a agricultura familiar camponesa gera um emprego a cada 9 hectares. Isto quer dizer que 100 mil hectares de eucalipto vão gerar 535 empregos diretos. E se fosse feita a reforma agrária, em 100 mil hectares esta área poderia assentar 15 mil famílias e gerar 10.000 empregos diretos.

### **Exportação de papel não mata a fome de ninguém**

O eucalipto produz celulose, principal matéria prima para a produção do papel. A vinda das indústrias de papel para Três lagoas e para o Brasil visa satisfazer a demanda dos Estados Unidos e países europeus, sobretudo. Para satisfazer a demanda de consumo de papel no Brasil só é preciso produzir 4 mil toneladas/ano. A fábrica da Eldorado que se inaugurou nesta semana vai produzir 1,5 milhão toneladas/ano. Mas, outro gigante da celulose de Três Lagoas, a Fibria (fusão entre Aracruz e Votorantim) já vem produzindo 1,3 milhão toneladas/ano. A CPT afirma: “O que precisamos é aumentar a produção de alimentos saudáveis e que façam parte da dieta alimentar para matar a fome de milhões de brasileiros. Exportação não mata a fome de ninguém”.

### **Perto de um grande rio**

Água, muita água é o que precisam as indústrias de papel-celulose, além de muita terra e energia. O “euca-pital”, capital financeiro estrangeiro, especulador e agroexportador do eucalipto, vendeu seu espelhinho em Mato Grosso do Sul a troca de um clichê

bonito: Capital Mundial da Celulose. Em outras palavras, a troca do tangível para uns poucos pela ilusão para muitos.

O material fibroso presente na madeira, neste caso do eucalipto, é o “ouro vegetal”. A CPT explica na sua cartilha que no processo de fabricação, primeiro a madeira é descascada e picada em lascas (chamadas cavacos), depois é cozida com produtos químicos, para separar a celulose da lignina e demais componentes vegetais. O líquido que sai deste cozimento com produtos químicos, chamado licor negro, é armazenado em lagoas de decantação, onde fica um bom tempo numa espécie de descanso e aí recebe tratamento antes de voltar a ser lavado em água.

A etapa seguinte, e a mais crítica, é o branqueamento da celulose, um processo que envolve várias lavagens para retirar impurezas e clarear a pasta que será usada para fazer o papel. Aqui entra de novo muita água. Por isso, uma indústria de celulose e papel tem que ser perto de um grande rio ou de uma grande lagoa.

---

### **Desapropriação de reserva indígena no MT escancara a violência do latifúndio – Site do MST. 14/12/2012**

Desde o início dessa semana, a desapropriação das fazendas ocupadas de forma ilegal na área indígena de Marãiwatsédé começou a ser executada. Os despejos ocorrem pelo fato da área ser uma reserva indígena destinada à tribo Xavante.

Os posseiros e fazendeiros que serão despejados agravam a tensão na região, criando conflitos com as forças de segurança que exercem a desapropriação e ameaçando figuras históricas na defesa dos direitos indígenas, como o bispo emérito de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga.

Os Xavante lutam há mais de 40 anos para conseguir voltar de fato a sua terra de direito e viver em paz. Dos 165 mil hectares da reserva, os 800 Xavantes não ocupam nem 10% do total, situando-se em apenas uma aldeia, e mesmo assim sempre sofreram constantes ameaças físicas para que saíssem da área.

Os indígenas foram removidos de suas terras na década de 60, com apoio do regime militar para que empresas agropecuárias pudessem se estabelecer na área. Em 1992, a empresa Suiá Missu, por conta da pressão internacional da Eco-92, se desfez das terras. Neste momento, políticos e latifundiários, apoiado pelo estado do Mato Grosso, fizeram forte campanha para a ocupação da área indígena por não índios, incitando uma grande quantidade de pequenos produtores e posseiros a ocuparem a área, para encobrir a ação dos grandes latifundiários.

De acordo com levantamento do Ministério Público Federal (MPF), grande parte das áreas do povo Xavante está nas mãos de apenas 22 posseiros. Prefeitos, ex-prefeitos, vereadores, empresários e um desembargador são donos de 32 fazendas na região, o equivalente a 44,6 mil hectares da área.

### **Pequenos proprietários**

Em carta divulgada sobre a situação da área pelo bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Adriano Ciocca, é preciso dar assistência aos posseiros de baixa renda que vão perder sua terra. “Sabemos que está havendo muito sofrimento, sobretudo, dos mais pobres, por causa desta retirada determinada pela justiça. Lamentamos que pessoas humildes tenham se deixado levar pelas promessas de políticos e demais pessoas interessadas apenas em tirar proveito desta terra historicamente pertencente ao povo Xavante e que estão acostumadas a usar o povo para garantir os seus interesses”, disse.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) assegurou que os pequenos produtores serão incluídos no cadastro da Reforma Agrária. O bispo Ciocca argumenta que a entidade religiosa apoiará quem tem o direito à um pedaço de terra e irá pressionar para o cumprimento deste direito, mas que a ocupação teria esse fim para os não indígenas. “Queremos lembrar que nós, bispos e agentes de pastoral, desde o início desta ocupação alertamos e sempre continuamos alertando para a possibilidade do atual desfecho por se tratar de terras cujo direito é garantido ao povo Xavante pela Constituição Federal de nosso país.”

### **Ameaças a Dom Pedro Casaldáliga**

O bispo emérito de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga é um histórico defensor do direito dos Xavante a ocuparem suas terras, e que posseiros e sem terra também possam obter um lote legal. Há mais de três meses, Dom Pedro vem recebendo ameaças de sequestro e morte, que se tornaram públicas nesta semana. Para garantir sua segurança, o bispo foi movido de sua residência para um lugar mais seguro, até o fim das desapropriações.

De acordo com carta de solidariedade a Dom Pedro, assinada por entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), “O que D. Pedro sempre pediu, em relação a esta terra, foi que os pequenos que entraram enganados, fossem assentados em outras terras da Reforma Agrária. Mas o que se vê é que, ontem como hoje, os pequenos continuam sendo massa de manobra nas mãos dos grandes e dos políticos na tentativa de não se garantir aos povos indígenas um direito que lhes é reconhecido pela Constituição Brasileira.” Quando a perseguição a sua figura começou, Dom Pedro escreveu o poema abaixo, no qual afirma que “morrerá de pé com as árvores”:

---

### **Orgânicos: técnicos do Mapa discutem plano no Cnapo – Site do MAPA. 14/12/2012**

*Entre os objetivos, o de possibilitar o uso mais racional dos recursos públicos aplicados para o setor*

No Plano Agrícola e Pecuário 2012/13, lançado em junho deste ano, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) reforçou seu compromisso de difundir e apoiar o desenvolvimento da agroecologia no País. Para atingir esse objetivo, o Ministério trabalha junto à Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) na elaboração do plano nacional específico de desenvolvimento da agricultura orgânica. Entre as metas, a de possibilitar o uso mais racional dos recursos públicos aplicados para o setor. No mês de agosto deste ano, por meio do Decreto 7.794, o

governo havia constituído a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo).

“O trabalho do Mapa mostra a importância que o Governo está dando para a produção orgânica e, com isso, para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis”, salientou o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), Caio Rocha. Também estão correndo reuniões paralelas, entre representantes do Governo, junto à Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica para a discussão de propostas e a elaboração do plano nacional.

Além de integrar a Comissão, o Mapa também deu um passo importante em favor da sustentabilidade na agricultura e pecuária. Rocha citou, por exemplo, as ações implementadas no âmbito do programa ABC, que possibilita o financiamento como incentivo à produção orgânica brasileira. Por meio dessa linha, são disponibilizados aos agricultores recursos, cujo limite por beneficiário é de R\$ 1 milhão, com prazo máximo de financiamento de 15 anos, período de carência de seis e taxa anual de juro de 5%.

---

### **Governo vai criar instituto na Amazônia. João Villaverde - O Estado de S.Paulo. 16/12/2012**

*Projeto, parceria do Ministério da Ciência e Tecnologia com empresas privadas, visa a produzir ciência e produtos com materiais da região*

O governo federal vai constituir, no ano que vem, um instituto para pesquisas geológicas e científicas na Amazônia. O laboratório deverá ser instalado no Estado do Amazonas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em parceria com as empresas que desejarem participar do projeto.

O instituto vai abrigar centros tecnológicos federais e também parques de pesquisa e plantas de companhias privadas. O governo quer produzir ciência e fabricar produtos com materiais da região. O Instituto Amazônia, como o projeto é provisoriamente chamado, já foi apresentado à presidente Dilma Rousseff, que deu sinal verde para a iniciativa.

Segundo o ministro Marco Antônio Raupp, o titular do MCTI, o Instituto Amazônia vai levar centros tecnológicos e estratégicos para a floresta, uma região ainda isolada da pesquisa científica de ponta praticada no resto do País.

De acordo com Raupp, que já foi presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Agência Espacial Brasileira (AEB) e completa um ano na Esplanada dos Ministérios em Brasília, o governo federal tem mantido contato direto com empresas que já atuam na região para modelar o novo instituto.

"Empresas como a Natura fazem um ótimo trabalho com o desenvolvimento de produtos daquela região e o governo federal precisa aprimorar isso, com pesquisas sobre território e vegetação, e levantar nesse centro de pesquisa também um catálogo do que é possível encontrar por lá, para desenvolver parcerias com empresas e outras áreas do próprio governo", afirmou Raupp.

## **Mão de obra**

A ideia é desenvolver um projeto federal com recursos públicos e privados. Além da União, o instituto terá participação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Um dos objetivos do governo é aumentar a qualidade da mão de obra na região.

"Queremos levar cientistas e pesquisadores das melhores universidades e institutos federais para lá, aproveitar o interesse deles de estudar a Amazônia e fazer esse conhecimento ser disseminado", disse Raupp. "Temos de ter cientistas amazonenses."

Uma dificuldade que o governo está tentando contornar é a divisão dos recursos que serão gerados com a eventual comercialização do que for produzido em conjunto entre setor público e privado dentro do Instituto Amazônia.

"Há a questão do acesso à mata, para coleta de organismos para serem pesquisados, e depois como vamos repartir os recursos do que for descoberto e desenvolvido", disse Raupp.

Desbravando a costa. Outro foco do ministério no ano que vem será a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceanográficas e Hidroviárias (Inpoh), que terá como parceiros a Secretaria Especial de Portos e o Ministério dos Transportes.

O objetivo do Inpoh será o mesmo do Instituto Amazônia - desenvolver a pesquisa e a ciência, com base nos materiais da região (no caso do Inpoh, a costa brasileira).

"Vamos comprar um navio oceanográfico, que está entre os cinco mais bem equipados do mundo, com muita infraestrutura embarcada, de forma a nos ajudar nas pesquisas no fundo do mar, com foco especial em petróleo e minerais", disse Raupp.

O navio custa cerca de US\$ 80 milhões, segundo o ministro, e será adquirido com recursos do ministério, da Marinha e das empresas Petrobrás e Vale. "Queremos conhecer a costa brasileira e tudo o que ela pode render para o País em termos de recursos científicos e produtivos, tal qual a Amazônia", afirmou Raupp.

---

## **Força-tarefa retoma cerca de 20 mil hectares da Terra Indígena Marãiwatsédé em cinco dias – Site da CPT. 17/12/2012**

Cinco dias após o início da operação de retirada de fazendeiros e trabalhadores rurais que vivem no interior da Terra Indígena Marãiwatsédé, na região nordeste de Mato Grosso, cerca de 20 mil hectares das propriedades foram oficialmente retomados de proprietários não índios. A área total da terra indígena é 165.241 hectares.

Um balanço feito pela força-tarefa do governo federal, formada por representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal, da Força Nacional e do Exército, percorreu 13 grandes fazendas na região. A maioria estava desocupada.

A Terra Indígena Marãiwatsédé tem 242 empreendimentos, entre casas, comércios e fazendas, que pertencem a não índios.

A coordenação da operação informou que estão disponíveis, para ocupação imediata, 30 lotes destinados a assentamento das famílias que moravam nas áreas desocupadas e atendem aos critérios e normativas do programa de reforma agrária. Uma equipe do Ministério do Trabalho chegou à região para fiscalizar e orientar os empregados das fazendas a respeito de seus direitos trabalhistas.

No início desta semana, fazendeiros e trabalhadores rurais bloquearam trechos da Rodovia BR-158, que liga Barra do Garça (MT) a Belém (PA). Eles protestavam contra a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, em 2010, reconheceu a legalidade da demarcação de terras, homologada em 1998 e determinou a retirada dos ocupantes não indígenas e a recuperação das áreas degradadas.

O Ministério Público Federal em Mato Grosso pediu à PF que investigue quem está à frente dos protestos de manifestantes contrários ao cumprimento da decisão judicial que determina a saída dos que não são índios da Terra Indígena Xavante Marãiwatsédé.

Na tarde de hoje, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, divulgou uma nota de repúdio às declarações do fazendeiro Sebastião Prado ao site RD News, de Cuiabá (MT). Sebastião disse que o secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, Paulo Maldos, teria pedido uma elevada soma em dinheiro para dificultar a desintrusão (ato ou efeito de retirar de imóvel quem dele se apossou sem autorização do proprietário) da Terra Indígena Marãiwatsédé

“Essa suposta denúncia é falsa e caluniosa, feita por um ocupante ilegal de extensa área no território xavante e é mais um exemplo das mentiras e falsidades veiculadas por líderes de um suposto movimento que tenta impedir a devolução da terra dos marãiwatsédés”, disse Carvalho.

Na próxima segunda-feira (17/12), os integrantes da força-tarefa farão um balanço da operação, que, então, completará uma semana.

---

### **Políticas de Desenvolvimento Territorial ganham reforço para 2013 e 2014 – Site do MDA. 17/12/2012**

Representantes dos territórios rurais participam, em Brasília, a partir desta segunda-feira (17), da Reunião da Rede Nacional de Colegiados Territoriais, encontro que vai apresentar as estratégias e planos de atuação para os anos de 2013 e 2014. O evento é promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) e segue até esta terça-feira (18).

Dentre as metas estão a promoção da efetivação e integração de políticas públicas e o fortalecimento do desenvolvimento territorial. Os eixos que norteiam as estratégias de atuação são Ações de Organização e Gestão Territorial; Inclusão Produtiva; e Infraestrutura Rural e Gestão Social.

“Consideramos importante todo o trabalho que articulamos ao longo desta década, mas temos que ser capazes de dialogar com esse planejamento que provocamos nos territórios e viabilizar esse planejamento em nível estadual, regional e nacional”, ponderou a secretária de Desenvolvimento Territorial, Andréa Butto. “É muito importante contemplar metodologias e ferramentas com as informações dos colegiados para a implementação das estratégias”, ressaltou.

A diretora do Departamento de Ações de Desenvolvimento Territorial da SDT, Márcia Quadrado, reiterou a relevância do trabalho em conjunto aos colegiados territoriais. “É muito importante que a gente atue dentro da nossa estratégia para que possamos proporcionar para o conjunto do governo a possibilidade de elaborar um planejamento territorial que contemple várias áreas. Essa é uma tarefa para fazermos juntamente aos territórios“, assinalou.

### **SDT**

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, coordena a política de desenvolvimento territorial por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat). O programa se expressa no planejamento, na articulação e integração de políticas públicas, com ênfase na inclusão produtiva e infraestrutura rural e no apoio à organização e ao fortalecimento da comunidade na gestão participativa do desenvolvimento sustentável.

---

### **"No Brasil, uma proprietária de terras que fala pelo agronegócio" – Site da CNA. 18/12/2012**

Na entrevista que concedeu ao jornal americano The Washington Post, a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, senadora Kátia Abreu, defendeu a produção sustentável do Brasil, falou do trabalho a frente da CNA e de sua trajetória de vida.

**Acesse o texto em inglês, versão online, publicada em 17/12/2012:**  
[http://www.washingtonpost.com/world/the\\_americas/in-brazil-a-landholder-who-speaks-for-agribusiness/2012/12/16/178d05ae-43c1-11e2-8c8f-fbebf7ccab4e\\_story\\_1.html](http://www.washingtonpost.com/world/the_americas/in-brazil-a-landholder-who-speaks-for-agribusiness/2012/12/16/178d05ae-43c1-11e2-8c8f-fbebf7ccab4e_story_1.html)

**Veja abaixo a matéria traduzida:**

### **No Brasil, uma fazendeira que fala pelo agronegócio**

*Juan Ferrero (10 fotos e um gráfico na edição on line do The Washington Post de hoje)*

*ALIANÇA, Brasil* - Proprietária de terras e referência do poder na Capital do país, Katia Abreu tem ouvido todas as advertências sobre sítios e fazendas de soja cortando e dividindo as florestas brasileiras.

Mas, enquanto cavalga uma égua castanha entre as áreas de sorgo e milho – espalhadas por 5 mil hectares coberta por suaves colinas do centro-norte do Brasil - Abreu insiste que o agricultor brasileiro deve ser elogiado, não demonizado. A grande agricultura



transformou este país em um celeiro para o mundo, disse ela, e o Brasil está pronto para alimentar bilhões.

"Nós não temos vergonha de nada", disse Abreu. "O importante é o Brasil aumentar a produção."

Estas não são palavras vazias, mas sim uma declaração que carrega um grande peso, como bem sabem os ambientalistas — que Abreu vê como adversários.

Isto não é apenas porque o Brasil tem o maior rebanho comercial do mundo de carne bovina e é o 1º exportador de soja, suco de laranja, café e frango. É também porque Abreu, que é senadora e presidente da associação de agricultores e pecuaristas mais importante do país, opera no mais alto escalão do poder no Brasil.

E sua mensagem é clara: Nós não vamos recuar.

O agronegócio já responde por quase 40% das exportações do país e é responsável por 37% dos postos de trabalho no Brasil.

Abreu quer ver esses números se expandirem. Mas ela acredita que isso pode ser feito na mesma quantidade de terra agora dedicada a agricultura no Brasil, 28% do território do país. Isso vai acontecer com o uso de tecnologias agrícolas para melhorar a produtividade.

"O que é importante é que o Brasil pode aumentar a produção com crescimento vertical, não horizontal", disse Abreu, que também salienta que o monitoramento por satélite da Amazônia tem mostrado um declínio no desmatamento desde 2004.

Muitos no Brasil, porém, não estão convencidos de que projeções de sonoridade moderna de Abreu para a produção agrícola estejam alinhadas com o que realmente querem os grandes produtores. Ambientalistas e especialistas no uso da terra no Brasil dizem que há uma ameaça latente, observando que o desmatamento subiu rapidamente este ano em algumas regiões, incluindo o estado de origem de Abreu.

"Eles estão colocando a melhor cara, mas é basicamente uma farsa", disse Christian Poirier, ativista para o Brasil da Amazon Watch, um grupo ambiental com sede na Califórnia. "Isto não está de acordo com o que este bloco fundiário representa, que é a expansão da fronteira".

A disputa pela terra no país foi particularmente realçada este ano, na luta entre ambientalistas e os produtores em torno do que é conhecido como Código Florestal, uma lei de proteção florestal, que foi promulgada em outubro. Agricultores e pecuaristas lutaram arduamente para retirarem requisitos que obrigavam agricultores a manterem uma larga cobertura florestal em fazendas na Amazônia.

Esse esforço falhou, disse Sergio Sauer, especialista em desenvolvimento rural da Universidade de Brasília. Mas ele disse que houve alterações feitas no antigo Código Florestal que poderiam levar a uma redução na quantidade de floresta que fazendeiros precisariam preservar.

Os críticos da lei também temem que a fiscalização ambiental pode ser mais fraca do que antes - dando a agricultores, pecuaristas e madeireiros uma abertura para destruir a floresta.

"Há menor proteção ao meio ambiente", disse Sauer. "Nosso problema não é tanto a lei, mas a falta de um mecanismo para garantir que a lei seja obedecida."

Ao ocupar vários papéis, Abreu, 50, exerce considerável influência.

Seu grupo, a Confederação Nacional da Agricultura, representa 5 milhões de agricultores e pecuaristas. Em visitas a Washington, China e Europa, ela discute com estudantes universitários, grupos de pressão para a aceitação de culturas geneticamente modificadas e apelos aos investidores do Brasil. Ela também construiu uma estreita relação de trabalho com uma das mulheres mais influentes do mundo, a popular presidente de centro-esquerda do Brasil, Dilma Rousseff.

Senadora desde 2006, Abreu reúne muito da força política do bloco que ela comanda no Congresso Nacional, que é conhecido como ruralista. Uma aliança de fazendeiros e seus apoiadores, que inclui quase metade dos 513 deputados na Câmara dos Deputados, disse Sylvio Costa, que dirige o Congresso em Foco, uma organização que publica um site de monitoramento dos congressistas.

"Eles se tornaram um dos grupos mais poderosos do Congresso, até mais do que os industriais", disse Costa. "Eles têm o poder de aprovar o que quiserem."

Em um livro sobre políticos proprietários de terras, "O Partido da Terra," o jornalista Alceu Castilho descreve como os legisladores em todos os níveis, desde prefeitos a senadores, muitos a partir de cidades pequenas, controlam grandes áreas das melhores terras agrícolas do país. Castilho disse ainda que a influência que desfrutam os proprietários lhes permite escapar da Justiça por crimes que vão desde grilagem de terra até o uso de trabalho escravo.

Para Castilho, os políticos donos de terras permanecem retrógrados na maneira de cuidar de seus interesses, a exemplo dos pioneiros que arrebataram áreas gigantes na corrida pela terra no Brasil na década de 70. Ele disse que pouco mudou sob a liderança de Abreu, que lidera a Confederação da Agricultura por quatro anos.

"Há uma nova fachada onde têm sido postas ideias antigas", disse Castilho. "É cosmético".

Castilho não é o único que vê os proprietários de terras com desconfiança.

Pesquisas realizadas para a Confederação da Agricultura mostrou que os brasileiros vêem os proprietários de terras como "truculentos, muito poderosos, perigosos, produzindo apenas para exportação", explicou Abreu.

Abreu disse que seu trabalho tem sido o de acabar com esse ponto de vista, tanto no Brasil quanto no exterior.

"Estamos interessados em nossa imagem", disse Abreu. "Somos brasileiros, como todos os outros, felizes, às vezes tristes, às vezes ficamos nervosos. Nós somos pessoas normais."

Em 1987, Abreu tinha uma vida normal e tranquila. Ela estava criando os dois filhos e tinha um terceiro a caminho quando seu marido veio a falecer, pilotando o avião de pequeno porte que ele utilizava para chegar às suas propriedades.

Parentes aconselharam Abreu a vender a fazenda da família. Ela rejeitou o Conselho, embora não soubesse nada sobre agricultura.

"Eu decidi não ter um gerente para a fazenda", lembrou Abreu, "para que eu pudesse aprender tudo sobre agricultura e como fazê-lo."

Abreu agora quer que pessoas de fora visitem sua fazenda, e mais outras duas no estado do Tocantins, que lhe dão controle de mais de 12 mil hectares.

Aqui, ela planta soja e eucalipto. As culturas são rotacionadas para o uso eficiente do solo, e em breve o gado integrado. Sementes geneticamente modificadas são a norma.

"Nós somos produtores modernos", disse Abreu, explicando que inúmeras fazendas como a dela são o motor da economia do Brasil.

Sobre seus críticos, Abreu classifica-os como inimigos "ideologicamente comprometidos" dedicados a uma visão fundamentalista da agricultura brasileira. "Quero falar com as pessoas que são bem intencionadas, mas talvez mal informados", disse ela.

---

### **Rio+20: conquistas e desafios. Luciene de Assis – Site do MMA. 18/12/2012**

Os resultados e os processos em curso, no Brasil e na esfera internacional, relacionados à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, foram tema de reunião no Ministério das Relações Exteriores na tarde desta terça-feira (18). Na ocasião foi lançado o "Relatório Rio +20 – O modelo brasileiro", e os "Cadernos de sustentabilidade da Rio +20". O material apresenta os acordos construídos na Rio +20 como resultado do consenso do coletivo, como destacou a ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, "e não da ambição individual". Para o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, a Rio +20 "é considerada um marco histórico, pois foi a maior, a mais participativa e inclusiva conferência de alto nível da história das Nações Unidas". A Conferência, realizada de 13 a 22 de junho último no Rio de Janeiro, contou com a participação de 105 representantes de chefes de Estado e de governo, e 487 ministros de Estado de diferentes pastas.

O sucesso da Conferência teve reflexo nos últimos seis meses "o Brasil tem recebido uma sinalização política importante, em todas as agendas internacionais, assegurando as responsabilidades comuns, porém diferenciadas", afirmou Izabella Teixeira. Para a ministra, entre os desdobramentos do que ficou estabelecido na Conferência do Rio de Janeiro, merece destaque a agenda política, local e internacional, com o estabelecimento de nove novos processos, objetos de trabalho entre países e, internamente, com a

sociedade civil, o setor empresarial e a academia. Segundo a Ministra, é preciso destacar que a promoção do desenvolvimento sustentável “constitui obrigações para os países desenvolvidos e para aqueles em desenvolvimento”.

Entre os avanços estão a negociação em direção a um novo instrumento internacional sobre a conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas que vão além da jurisdição nacional. Trata-se, segundo a ministra, de um processo de fortalecimento do multilateralismo, atualmente reconhecido nos fóruns internacionais sobre desenvolvimento sustentável, como ocorreu na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade, realizada em outubro na cidade indiana de Hyderabad, e na 18ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP18), realizada em Doha, no Catar, no início deste mês de dezembro.

---

### **Projeto que libera licenças será votado até quinta – O Globo. 18/12/2012**

*Especialista diz que texto é “tapa na cara” da Rio+20*

O projeto de lei que agiliza o licenciamento de jazidas de exploração mineral para uso direto na construção civil está na pauta de hoje da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). O texto foi enviado ontem à Casa pelo governador Sérgio Cabral e deve receber emendas dos parlamentares até quinta-feira, quando deve ser votado. As deputadas Aspásia Camargo (PV) e Janira Rocha (PSOL) informaram ontem que vão pedir a retirada do artigo que dispensa Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) também para a exploração de água mineral.

Na mensagem encaminhada à Alerj, Sérgio Cabral justifica a necessidade de dar celeridade ao processo de licenciamento de mais de 200 empreendimentos de extração de areia, argila, saibro e brita, hoje parados. O projeto de lei 1.883/2012 abre possibilidades para o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) dispensar do empreendedor a apresentação de EIA-Rima. Nestes casos, diz o texto, cabe ao empreendimento apresentar ao órgão licenciador Relatório de Controle Ambiental (RCA), Plano de Controle Ambiental (PCA) e Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), estudos mais simplificados.

A mensagem foi duramente criticada pelo jurista ambientalista Paulo Affonso Leme Machado, para quem o projeto, se aprovado, representará um “tapa na cara” da Conferência da ONU que ocorreu na cidade este ano, a Rio+20:

- Com esta lei aprovada, o Estado do Rio entra na contramão do desenvolvimento sustentável. Se há dúvidas sobre os impactos de um empreendimento, deve sempre valer o princípio da precaução. E a legislação federal prevê a apresentação de EIA-Rima. Este projeto fere o artigo 225 da constituição federal. É um contrassenso no ano em que a cidade recebeu a Rio+20, um tapa na cara da conferência.

Leme Machado afirmou ainda que o texto devia ser discutido com a sociedade, antes de ir a votação na Alerj.

- Na França, uma matéria com esta importância é sempre precedida de audiência pública.

Polêmica e veto

O PL 1.883/2012 foi a solução encontrada pelo governo do estado após a polêmica que envolveu outra mensagem mais ampla, que flexibilizava o **licenciamento ambiental** de diversos empreendimentos, de ferrovias a portos. Depois de uma enxurrada de críticas, o governador anunciou, na semana passada, que o texto seria retirado da Alerj. A mensagem foi então, desmembrada.

O secretário estadual do Ambiente, **Carlos Minc**, tem dito que o objetivo é adequar o Estado do Rio à resolução 10 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (**CONAMA**), que prevê dispensa de EIA-Rima para pontos de extração mineral.

---

### **Mineradora ameaça patrimônio pré-histórico na Amazônia – O Globo. 18/12/2012**

*Vale planeja destruir cavernas que guardam evidências das primeiras ocupações humanas na região*

Arqueólogos precisam escalar tortuosos caminhos da floresta tropical, por onde vagam onças e deslizam cobras, para chegar a um dos mais impressionantes sítios da Amazônia: um grupo de cavernas e abrigos de pedras que guardam segredos de seres humanos que viveram ali há mais de 8 mil anos.

Praticamente em qualquer outro lugar do mundo, essas cavernas seriam preservadas como um valioso recurso de conhecimento da história humana pré-histórica. Mas não neste remoto ponto da Amazônia, onde a Vale, a gigante brasileira da mineração, avança na expansão de um dos maiores complexos mineradores de ferro do mundo, um projeto que prevê a destruição de dezenas de cavernas preciosas, de acordo com especialistas.

As cavernas, com sua espetacular riqueza mineral, representam um dilema para o Brasil. A liga de ferro de Carajás, amplamente exportada para a China onde é usada para fazer aço, é crucial para as ambições brasileiras de reanimar uma economia modorrenta. Mas arqueólogos e outros pesquisadores ponderam que a ênfase em ganhos financeiros a curto prazo ameaça destruir janelas para o passado da região.

— Este é um momento crucial para aprendermos sobre a história humana da Amazônia e, por extensão, do povoamento das Américas — afirma o historiador Genival Crescêncio, do Pará. — Deveríamos preservar esse sítio único para a ciência, mas estamos destruindo-o para que os chineses abram novas fábricas de carros.

Especialistas dizem que as grutas de Carajás, que arqueólogos começaram a explorar nos anos 80, oferecem pistas de como foram os primeiros assentamentos humanos na maior floresta tropical do mundo, ajudando a montar o grande quebra-cabeça do povoamento das Américas.

Fragmentos de vasos de cerâmica e instrumentos feitos de ametista e quartzo estão entre os sinais de ocupação humana de milhares de anos de idade. Tais artefatos, junto com uma grande abundância de grutas e abrigos de rocha, tornam Carajás um dos locais mais importantes da Amazônia para o estudo dos povos pré-históricos.

Pesquisadores têm encontrado cada vez mais evidências de que muita gente viveu na região, o que antes era considerado impossível. Achava-se que a Amazônia era incapaz de ter sustentado sociedades grandes e sofisticadas. Mas novas descobertas revelam que a região pode ter abrigado vigorosos centros urbanos antes da chegada de Cristóvão Colombo.

Antes delas, as pessoas moravam nas grutas. Em estudos na caverna de Pedra Pintada, no Pará, similar às de Carajás, a arqueóloga americana Anna C. Roosevelt descobriu que caçadores-coletores já ocupavam a região de 10.900 a 11.200 anos atrás, na mesma época em que os americanos do norte estavam caçando mamutes, muito antes do que se imaginava.

Para alcançar as grutas de Carajás, pesquisadores precisam dirigir por horas em estradas esburacadas que cortam a floresta, antes de escalar escarpas das Montanhas Carajás, picos que se elevam sobre a mata. Araras voam sobre suas cabeças e morcegos circulam dentro das cavernas nas quais tribos encontravam abrigo.

A Vale diz que planeja criar 30 mil empregos com a expansão da mineração de liga de ferro em Carajás, um projeto de US\$ 20 bilhões chamado Serra Sul, que já atrai milhares de migrantes para essa remota parte da Amazônia.

Para cumprir a legislação sobre sítios arqueológicos, os executivos da Vale dizem que a empresa contratou arqueólogos e espeleólogos para pesquisar as grutas — agrupadas ao redor da abertura da mina. A Vale adaptou a proposta de construção para preservar algumas das grutas. Embora a empresa reconheça que pelo menos 24 das grutas a serem destruídas são de “alta relevância”, a Vale diz que pretende preservar cavernas em outra parte do Pará para compensar a perda.

---

### **Cafeicultura desponta no oeste baiano. Carine Ferreira – Valor Econômico. 19/12/2012**

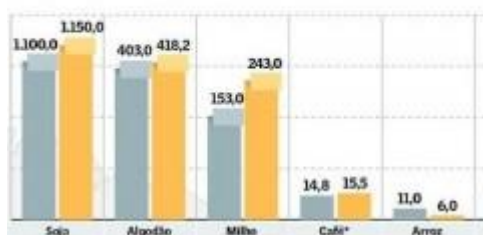
Consolidado como um dos mais importantes polos de soja, algodão e milho do país, o oeste da Bahia começa a atrair investimentos que poderão torná-lo relevante também na produção de café. A cultura ainda ocupa menos de 1% da área agrícola plantada na região, que soma 2,25 milhões de hectares, mas produtores afirmam que a atividade tem boas possibilidades de se fortalecer tendo em vista algumas características naturais favoráveis ao plantio, facilidades de acesso a crédito e o próprio dinamismo da fronteira agrícola, conhecida pela tecnificação.

O café começou a ganhar corpo no oeste baiano há 15 anos, mas nunca "explodiu". Agora, aportes de grupos estabelecidos na região desde a década passada começam a amadurecer e a resistir melhor ao avanço das grandes culturas. Dados da Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia (Abacafé) compilados pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) indicam que o café ocupou 15,8 mil hectares no polo nesta temporada 2012/13, cerca de 10% do total plantado no Estado. Mas a colheita, estimada em 585,4 mil sacas de 60 quilos, representou 27% do volume estadual, justamente pela maior produtividade.

Uma das principais protagonistas desta nova fase de potencial expansão é a Dognani Agropecuária. Instalada no oeste baiano desde 2007, a empresa aposta desde o início no café, a partir da aquisição de 200 hectares de lavouras no município de Barreiras. Em outros Estados, já se dedica à pecuária e ao cultivo de soja, milho e arroz, e pretende começar a produzir cereais no polo da Bahia em dois anos. Mas, mesmo com a diversificação, seus cafezais em Barreiras já somam 616 hectares, dos quais 157 em produção e o resto em formação. "O agronegócio aqui é bem dinâmico", diz Dhone Dognanio, gerente-executivo do grupo na Bahia e presidente da Abacafé.

### Polo de grãos

Áreas plantadas no Oeste da Bahia na safra de verão (milhares de hectares)



Em linha com a tecnificação que marca a agricultura do oeste da Bahia, toda a produção de café da Dognani Agropecuária é irrigada com pivô central e a colheita é mecanizada. Em 2012/13, a colheita rendeu 16 mil sacas, ante as 18 mil de 2011/12. Cerca de 60% da produção é exportada por meio de tradings e o restante fica no mercado interno. Desde 2007, a empresa investiu cerca de R\$ 35 milhões no projeto do café, incluindo aquisição de área, formação das lavouras e máquinas. Dognani afirma que os atuais baixos preços internacionais da commodity não são um desestímulo, e prevê demanda crescente pelo produto. Em 2013, os planos são de elevar a área em 200 hectares. "A gente sempre apostou no café, é paixão. Quem é cafeicultor mesmo não deixa de plantar", diz.

Considerado um dos trunfos da produção no oeste baiano, o período de chuvas de seis a oito meses (de outubro a abril) abrange as fases de florada e crescimento do grão e não coincide com a colheita (de maio a setembro), além de alimentar a irrigação. Outra vantagem é a possibilidade de contar com financiamento a juros mais baixos com o Banco do Nordeste. O custo de produção por hectare é alto, mas por saca - entre R\$ 300 e R\$ 320 - é um dos mais competitivos do mundo, conforme Dognani, já que as vendas saem, em média, por R\$ 370. No ano passado, alguns produtores conseguiram comercializar parte da produção com o preço da saca fixado em R\$ 500.

Irrigada e mecanizada, o que reduz custos com mão de obra, a atividade deverá proporcionar uma produtividade de 42 sacas por hectare em 2012/13, bem acima da média brasileira, estimada em 24,5 sacas por hectare pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O rendimento médio no oeste baiano vinha alcançando 50 sacas por hectares, mas a queda no ciclo atual pode ser explicada pela aceleração da renovação de muitos cafezais, segundo Cesar do Vale, diretor-executivo da Abacafé. "É o grande polo a ser ampliado", reforça João Lopes Araújo, presidente da Associação dos Produtores de Café da Bahia (Assocafé). A maior região de café da Bahia, formada pelo sudoeste, norte e Recôncavo Baiano e dominada por pequenos produtores foi prejudicada neste ano por uma forte seca.

**JBS e Greenpeace voltam a dialogar, e empresa tem novo plano "sustentável".  
Bettina Barros – Valor Econômico. 19/12/2012**

Depois de acusações públicas, um relatório com acusações de crimes ambientais e uma ação judicial, JBS e Greenpeace encerraram o período de seis meses de estranhamento e retornaram à mesa para dialogar.

Fruto desse reencontro, a maior empresa de proteína animal do mundo anuncia hoje um novo plano de ação com critérios mínimos para operações com gado e produtos bovinos na Amazônia para os próximos dois anos. A JBS também colocou pela primeira vez em seu site, na semana passada, relatório detalhado de monitoramento de suas operações comerciais na Amazônia, chancelado pela auditoria BDO.

O plano de ação é um aprimoramento das medidas que a JBS já vinha tentando aplicar em seus fornecedores desde 2010. Apesar de todos os esforços, como mostra o documento obtido pelo **Valor**, ainda há trabalho a ser feito.

Entre as metas propostas está a de que 100% dos fornecedores diretos da companhia apresentem mapas georreferenciados de suas propriedades até dezembro de 2014. A partir daí, fazendas sem o documento terão os animais rejeitados pela JBS. Hoje, a empresa mantém 22.549 fazendas no bioma Amazônia em seu cadastro de fornecedores, tendo realizado compras efetivas de 15,4 mil delas nos últimos três anos.

O georreferenciamento (mapeamento por satélite) é um ponto importante no documento de compromissos porque é visto como a única ferramenta para determinar os limites geográficos das propriedades rurais. Através dele é possível não só saber a extensão de uma fazenda, mas a área de florestas protegidas por lei dentro dela ou se há sobreposição com terras indígenas, por exemplo. E, a partir dessas informações, identificar a legalidade do animal.

Em seu relatório de monitoramento, a JBS afirma que passou a coletar ao menos "um par de coordenadas geográficas do ponto de embarque dos animais (curral) de cada fazenda" e que faz o monitoramento no raio de 10 quilômetros desse ponto para detectar possíveis desmates ou invasões de unidades de conservação ou terra indígena.

Outro ponto novo é o compromisso da empresa em conter o desmatamento associado a fornecedores indiretos, algo mais difícil de se colocar em prática. A ideia é desenvolver em conjunto com o Ministério da Agricultura um procedimento para emissão das Guias de Trânsito Animal (GTA) que considere a lista de áreas embargadas pelo Ibama. A JBS compromete-se, ainda, a publicar um relatório de monitoramento, auditado externamente, no mês de janeiro de cada ano.

"A grande diferença agora é que eles detalham o que estão fazendo, o que já conseguiram alcançar e o que falta fazer", disse Márcio Astrini, campaigner para a Amazônia do Greenpeace. "Antes a JBS dizia aos seus clientes que não comprava carne ilegal, que tinha tudo sob controle. Só que isso é impossível". Questionada, a JBS não quis falar sobre o assunto.

Com base em dados gerados em 12 de novembro, a JBS informa que bloqueou 762 fazendas fornecedoras de gado na Amazônia - 509 por desmatamento, 171 por ocupação



irregular de terra indígena e 82 fazendas por ocupação irregular de unidades de conservação. Além disso, 83 fazendas estavam bloqueadas por trabalho análogo à escravidão.

A companhia, que estima faturar R\$ 70 bilhões este ano, foi alvo em junho de um documento do Greenpeace sobre sua suposta contribuição no desmatamento da Amazônia. Intitulado "JBS Reprovado - Como a maior empresa de carnes do planeta continua massacrando a Amazônia", o documento acusava a empresa de cinco irregularidades na compra de animais de fornecedores de Mato Grosso.

Após negar todas as acusações, a JBS ganhou uma ação na Justiça contra a ONG, que foi obrigada a retirar o documento do ar e comentar publicamente o assunto. Como parte do entendimento na nova tentativa de aproximação, a JBS retirou a ação contra os ambientalistas e estes prometeram não voltar à tona com as acusações de seis meses atrás.

---

### **CONTAG assina termo de cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente – Site da CONTAG. 20/12/2012**

Na tarde desta quinta feira (20), a CONTAG foi recebida pela ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, para assinatura do acordo de cooperação técnica para o Cadastro Ambiental Rural (CAR), em cerimônia que aconteceu na sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Junto à Confederação, estavam diversas entidades ligadas ao desenvolvimento ambiental, agrário e social brasileiro, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, INCRA, entre outros, que também assinaram termos de cooperação com o MMA para o CAR.

O Cadastro Ambiental Rural é uma exigência do novo Código Florestal, sendo um instrumento para gerar e integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais. A CONTAG estará colaborando na mobilização das Federações e Sindicatos para a capacitação dos mesmos na realização dos cadastros dos agricultores familiares ligados a estas entidades, para que todos estejam cadastrados em no máximo dois anos.

Para o presidente da CONTAG, Alberto Broch, a assinatura do Termo de Cooperação é um grande passo “Neste ato, formalizamos uma vontade política de que todos os agricultores familiares brasileiros, sob a égide do Novo Código Florestal, possam fazer seu cadastramento ambiental rural. Não é fácil mobilizar todos os agricultores, proprietários e assentamentos em todo este nosso imenso Brasil para fazer esse cadastramento como primeiro passo para a regulamentação ambiental, mas estaremos juntos neste trabalho”, ressaltou.

A ministra Izabella Teixeira se mostrou otimista com as parcerias “Temos que buscar soluções para colocar a área ambiental na centralidade e contamos com os movimentos para nos ajudar nessa tarefa, para darmos a devida atenção a todos os pedaços de nosso país”, disse a ministra.

---

## **CNA assina acordo de cooperação técnica para implementação do Cadastro Ambiental Rural – Site da CNA. 20/12/2012**

O presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Gilman Viana Rodrigues, defendeu, nesta quinta-feira (20/12), em Brasília, a regularização ambiental das propriedades rurais e afirmou que a CNA vai colaborar nesse processo, difundindo conhecimento sobre técnicas de recuperação. “Vamos fazer uma radiografia do que existe, dentro da competência de cada um, para ajudar a resolver um problema que não é só de um setor, mas sim do Brasil”, afirmou ao participar, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da cerimônia de assinatura de novos acordos de cooperação técnica para implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), previsto no novo Código Florestal.

Os acordos foram assinados pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que lembrou da importância do setor rural para a economia do País. “Sabemos da importância do agronegócio para a manutenção do PIB (Produto Interno Bruto)”, afirmou a ministra, defendendo o crescimento do País com sustentabilidade. Além da CNA, a ministra Izabella Teixeira assinou acordos de cooperação com seis Estados (Amapá, Alagoas, Paraíba, Roraima, Maranhão e Tocantins), entidades governamentais e civis, Banco do Brasil (BB) e ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Desenvolvimento Social (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA). No total, 18 Estados já assinaram termos de cooperação com o ministério para o processo de regularização dos imóveis rurais.

A ministra Izabella Teixeira ressaltou, ainda, a importância de os produtores aderirem ao CAR, primeiro passo do processo de regularização ambiental. A partir desse cadastro, será possível identificar, por exemplo, a necessidade de recomposição de áreas de reserva legal e de Preservação Permanente (APPs). Serão firmados acordos com os órgãos estaduais de meio ambiente para que possam acompanhar o processo de regularização ambiental das áreas rurais. Para Gilman Viana, o CAR permitirá quantificar os serviços ambientais prestados pelos produtores rurais.

---

## **Mapa investe na expansão do sistema produtivo de base agroecológica – Site do MAPA. 20/12/2012**

*Por entender a importância do segmento, o Mapa colocou entre suas metas, no Plano Plurianual, o apoio a pelo menos 90 núcleos de agroecologia e produção orgânica*

O Governo quer ampliar a produção de produtos orgânicos e incentivar o consumo desses itens pela população. Para alcançar a meta, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) investiu ao longo deste ano na estruturação, capacitação e adequação de normas e regulamentos que possam contribuir para a expansão do sistema produtivo de base agroecológica.

Entre as ações, o aumento da distribuição de sementes, qualificação dos produtores e da assistência técnica, entre outras. O Ministério também disponibilizou, em parceria com os ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Educação (MEC), recursos para financiamento de projetos de apoio à construção e socialização de práticas

agroecológicas e orgânicas. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi o responsável pela chamada pública que resultou na aprovação de apoio a 22 núcleos. Eles receberão um aporte de R\$ 3,4 milhões para desenvolver os projetos nos próximos dois anos. Dos 22 núcleos, cinco incluem estrutura de Centros Vocacionais Tecnológicos com base nos parâmetros adotados pelo MCTI.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) do Ministério da Agricultura, Caio Rocha, a medida foi direcionada à rede federal de ensino técnico e tecnológico com o objetivo de fortalecer a expansão de uma rede de referência em ensino, pesquisa e extensão em agroecologia e produção orgânica que tenha representatividade em todo território nacional e capacidade para atuar no âmbito local e regional. Não está descartado o lançamento de uma nova chamada pública em 2013 para a ampliação desses valores. “O Ministério da Agricultura, por entender a importância deste desafio colocou entre suas metas, no Plano Plurianual, o apoio a pelo menos 90 núcleos de agroecologia e produção orgânica, até 2015”, disse Rocha.

As ações implementadas pelo Mapa deverão integrar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica que está em processo de construção em atendimento ao que determina o decreto número 7.794, de 20 de agosto de 2012, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

---

### **Empréstimos pelo Programa ABC somam R\$ 1,2 bi em cinco meses – Site do MAPA. 20/12/2012**

Resultado é tão expressivo que está próximo dos R\$ 1,5 bilhão contratados pelo programa durante toda a safra 2011/12

Os financiamentos para a agricultura empresarial na safra 2012/13 continuam quebrando recordes. Entre julho e novembro deste ano, os produtores contrataram R\$ 45,8 bilhões, alta de 18,1% sobre igual período de 2011. Os dados relativos aos financiamentos do Plano Agrícola e Pecuário 2012/13 foram divulgados pelo Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), nesta quinta-feira, 20 de dezembro.

Como vem ocorrendo desde o início da safra atual, o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) foi o destaque do crédito rural, com financiamentos que somaram R\$ 1,2 bilhão entre julho e novembro deste ano (acréscimo de 592% sobre os mesmos meses do ano passado). O resultado é tão expressivo que se aproxima dos R\$ 1,5 bilhão contratados durante toda a safra 2011/12.

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI-BK) também teve um bom desempenho e somou em cinco meses R\$ 3,6 bilhões para a aquisição de máquinas agrícolas, equipamentos de irrigação e estruturas de armazenagem. Já pelo Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), os financiamentos de custeio atingiram R\$ 3,7 bilhões, enquanto as aplicações para operações de investimento totalizaram R\$ 960,7 milhões.

Pelo Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), foram adquiridos R\$ 921,7 milhões, o que representa aumento de 25% sobre o total entre julho e novembro de

2011. O setor cooperativista também ampliou a contratação de recursos no período – em 41% sobre o ano passado, obtendo R\$ 298,6 milhões por meio do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop).

A avaliação atualizada mensalmente das contratações do crédito agrícola é realizada pelo Grupo de Acompanhamento do Crédito Rural, coordenado pela Secretaria de Política Agrícola do Mapa.

---

### **ONU cria grupo para definir metas sustentáveis. Felipe Werneck - O Estado de S.Paulo. 20/12/2012**

*Primeira reunião para definição das prioridades deverá ocorrer em janeiro; grupo terá 30 membros*

A Organização das Nações Unidas (ONU) vai divulgar nesta sexta-feira os 30 integrantes do grupo de trabalho que deve definir os chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2015, como ficou acordado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em junho no Rio de Janeiro. O representante do Brasil na lista será o embaixador André Corrêa do Lago, diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

A informação foi confirmada por Corrêa do Lago - negociador do Brasil na Rio+20 e nas últimas conferências do clima - durante o seminário O Brasil e a Agenda da Sustentabilidade, promovido pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e pela Fundação Konrad Adenauer (KAS), em parceria com o Estado.

O anúncio será feito pelo presidente da Assembleia-geral da ONU em Nova York. A primeira reunião do grupo deverá ocorrer em janeiro e os 30 integrantes terão até 2015 para definir os ODS. A intenção é que os objetivos sejam usados como instrumento para mudar padrões de produção e consumo no mundo, mas há restrições de países em desenvolvimento.

---

### **Incrá fará Cadastro Ambiental Rural de um milhão de assentados – Site do INCRA. 20/12/2012**

O Incra vai promover o Cadastramento Ambiental Rural (CAR) de cerca de um milhão de assentados da reforma agrária, com ênfase na Amazônia Legal. A realização do CAR nas áreas de assentamentos da reforma agrária é parte do esforço do governo federal de promover a regularização ambiental dos imóveis rurais de todo o país.

Um Acordo de Cooperação Técnico firmado entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Incra, nesta quinta-feira, 20, reforça essa agenda integrada nas políticas de desenvolvimento rural, que inclui, além do CAR, o apoio e a assistência técnica no processo de regularização ambiental dos agricultores familiares, prioritariamente no âmbito do Pronaf Sustentável.

A realização do CAR será uma das ações prioritárias do programa Assentamentos Verdes.. O Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia, denominado Assentamentos Verdes, tem como foco a redução do desmatamento nos assentamentos, associada às estratégias do Programa Bolsa Verde, do Ministério do Meio Ambiente. A meta é atender 980 assentamentos, em 199 municípios, e alcançar mais de 190 mil famílias até 2019.

O programa baseia-se na atuação conjunta do Incra com instituições públicas e privadas, além de organizações sociais do campo. As ações estão orientadas em quatro eixos: valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas; a recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar para as famílias; a regularização fundiária e ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR), por unidade familiar, além do monitoramento e controle ambiental.

### **Salto**

"Estamos dando um salto importante na questão ambiental do nosso país. O novo Código Florestal e a implementação do CAR resultam em um novo momento para o Brasil, tanto para a questão ambiental quanto como instrumento para pensar as políticas públicas", destacou Pepe Vargas.

O banco de dados do CAR, com informações ambientais das propriedades e posses rurais, permitirá o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, além do combate ao desmatamento. Para a ministra Izabella Teixeira os acordos firmados nesta tarde são essenciais para o pleno funcionamento do Cadastro. "Na realidade o que nós fizemos aqui foi mais um passo a favor da consolidação do CAR, e as parcerias com os órgãos são fundamentais para o processo ganhar escala", assegurou.

Para apoiar essas ações, o Incra fez ainda outra parceria com o MMA para a aquisição de imagens de satélite de alta resolução, que serão utilizadas como suporte à realização do CAR. Além do termo de cooperação, foram assinados outros 13 acordos com órgãos do governo e da sociedade civil. Participaram do evento o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Banco do Brasil, entre outros.

### **Sobre o CAR**

Instituído pela Lei 12.651/2012, o Cadastro Ambiental Rural é um registro público eletrônico de informações ambientais do imóvel rural obrigatório para os mais de 5,5 milhões de imóveis rurais no território nacional.

O instrumento, que é fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente, Reserva Legal e remanescentes de vegetação nativa.

---

### **Pepe Vargas assina termo de cooperação para Cadastro Ambiental Rural – Site do MDA. 20/12/2012**

Nesta quinta-feira (20), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, assinaram um acordo de cooperação técnica para implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O documento prevê a realização de ações conjuntas, entre os dois ministérios, destinadas à promoção e ao apoio à regularização ambiental de imóveis rurais, prioritariamente da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária.

“Estamos dando um salto importante na questão ambiental do nosso país. O novo Código Florestal e a implementação do CAR resultam em um novo momento para o Brasil, tanto para a questão ambiental quanto como instrumento para pensar as políticas públicas”, destacou Pepe Vargas.

O ministro também ressaltou a importância de o cadastro considerar a diversidade do Brasil rural, o que auxilia nas ações para melhorar as condições de vida e produção dos agricultores familiares brasileiros. Realçou ainda o papel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como facilitador no processo de cadastramento dos assentamentos da reforma agrária. “Estamos caminhando para um Brasil melhor”, completou.

O banco de dados do CAR, com informações ambientais das propriedades e posses rurais, permitirá o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, além do combate ao desmatamento. Para a ministra Izabella Teixeira os acordos firmados nesta tarde são essenciais para o pleno funcionamento do Cadastro. “Na realidade o que nós fizemos aqui foi mais um passo a favor da consolidação do CAR, e as parcerias com os órgãos são fundamentais para o processo ganhar escala”, assegurou.

Além do termo de cooperação com o MDA, foram assinados outros 13 acordos com órgãos do governo e da sociedade civil. Participaram do evento o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Banco do Brasil, entre outros.

### **Sobre o CAR**

Instituído pela Lei 12.651/2012, o Cadastro Ambiental Rural é um registro público eletrônico de informações ambientais do imóvel rural obrigatório para os mais de 5,5 milhões de imóveis rurais no território nacional.

O instrumento, que é fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente, Reserva Legal e remanescentes de vegetação nativa.

---

### **Rio +20 deixa legado positivo na área socioambiental – Site do MDS. 21/12/2012**

*Debate propiciou união das agendas sociais e de preservação do meio ambiente*

A construção de uma agenda de desenvolvimento social em consonância com a proteção ambiental foi um dos grandes legados do governo brasileiro na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20. A avaliação é da gerente de projetos da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Márcia Muchagata.

Segundo Márcia, “o Brasil tem trilhado um caminho muito particular na área de desenvolvimento ambiental e social que tem trazido resultados muito positivos. Todas as áreas do governo federal estão muito sensíveis às questões do desenvolvimento sustentável, colocando o país em uma posição de destaque.”

A Conferência realizada no Rio de Janeiro, em junho passado, reuniu mais de 100 mil pessoas, entre representantes de governo, entidades e sociedade civil. Coordenador da Arena Socioambiental, o MDS apresentou as experiências do Brasil na área de políticas sociais, além de promover o diálogo com a sociedade civil nacional e internacional. A Arena Socioambiental recebeu 15 mil pessoas, que acompanharam os debates envolvendo 54 participantes e 11 ministros, dentre eles, a ministra Tereza Campello.

O ministério também apresentou a Exposição Portinari + Brasileir@as, que recebeu mais de 7,2 mil visitantes ao longo da Rio +20, e organizou a Praça da Sociobiodiversidade, em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente e a Companhia Nacional de Abastecimento, com estandes de 23 empreendimentos de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e produtos elaborados por artesãos de todo o país. Ao todo, foram contabilizados mais de R\$ 300 mil em vendas de produtos.

A interação online promovida pelo MDS durante a conferência também chamou a atenção. Ao todo, 458 mil pessoas visitaram e viram algum conteúdo do blog da Arena Socioambiental. Foram 42 horas de transmissão ao vivo, com audiência diária média de 7.127 pessoas. A hashtag #Arenario20 teve mais de 50 mil menções, sendo o assunto mais comentado do Twitter na semana do evento. Os blogs também movimentaram o público online, com a publicação de 80 matérias e 51 vídeos.

---

### **PF age para conter extração irregular de madeira, no MA – Folha de São Paulo. 21/12/2012**

A Polícia Federal deflagrou ontem operação para reprimir a extração irregular de madeira em terras indígenas no Maranhão.

A ação da PF cumpriu sete mandados de busca e apreensão nas cidades de Maranhãozinho, Centro do Guilherme e São Luís -todas no Maranhão.

A quadrilha investigada era formada por madeireiros, índios, policiais militares e políticos da região.

De acordo com a PF, a prefeitura de Centro do Guilherme cobrava uma taxa para que os caminhões madeireiros entrassem na reserva e retirassem toras para vender em serrarias.

A atividade de extração não era autorizada pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e pela Funai (Fundação Nacional do Índio), uma vez que o dinheiro arrecadado não era repassado aos cofres públicos.

Os investigados devem responder pelos crimes de corrupção passiva, concussão, prevaricação, formação de quadrilha ou bando e peculato. A reportagem tentou falar com a Prefeitura de Centro do Guilherme, mas não obteve resposta até a publicação da notícia.

---

### **Cerrado vira terra fértil e se torna nova fronteira agrícola. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo. 22/12/2012**

*Produção de grãos no Mapitoba, área entre Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, deve crescer 64% até 2021. Gaúchos, os primeiros a chegar à região, e grandes investidores aumentam área com soja em 12% nesta safra.*

A terra vermelha do cerrado está mais produtiva do que nunca. Após dobrar a área plantada com soja na última década, o Mapitoba -nome dado à área entre Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia- promoverá mais um aumento nesta safra, de 12%.

Até o início da década passada irrelevante para o agronegócio, a região é hoje considerada a terceira fronteira agrícola brasileira -depois do Sul, onde não há mais espaço para expansão, e do Centro-Oeste, já consolidado.

Com o avanço tecnológico e investimentos no solo, sementes e irrigação, o clima não é problema para a região.

Na safra passada, o Mapitoba atingiu participação de 8% na produção nacional de grãos, com a colheita de 12,2 milhões de toneladas. Até 2021, ela deve chegar a 20 milhões de toneladas, uma alta de 64%, estima o Rabobank, banco especialista no setor.

Além de ganhos de produtividade previstos com investimentos em novas variedades, fertilizantes e máquinas, a área também deve crescer.

Dois milhões de hectares de terras de boa qualidade ainda estão disponíveis para o plantio -o equivalente a 70% da área cultivada com soja nesta safra-, segundo estimativas do mercado.

"Abrir terras", expressão usada pelos produtores para se referir à derrubada da vegetação nativa e ao preparo do solo para o plantio, é uma constante na região.



Com as chapadas praticamente tomadas por grandes investidores, os produtores agora buscam terras em áreas onde o preço é mais baixo.

"Cada pedaço de terra é garimpado", diz o agricultor Valdir Zaltron, dono de 6.600 hectares entre o Tocantins e o Maranhão. No mês passado, ele comprou mais 350 hectares em Balsas (MA).

Nessa cidade, Idone Grolli, dono da fazenda Cajueiro, de sementes e grãos, também tem plano de expansão. "Pretendemos aumentar a área em 20% na próxima safra."

### TODOS "GAÚCHOS"

Atraídos pela terra barata, produtores do Paraná e do Rio Grande do Sul -apelidados de gaúchos pelos locais- começaram a migrar para o Mapitoba nos anos 1980 e 1990.

Esse processo teve início na Bahia, expandiu-se para o Maranhão e depois seguiu para o Piauí e para o Tocantins, o último Estado do grupo a se desenvolver na agricultura.

"Um alqueirinho no Paraná valia 40 alqueirões aqui", diz o agricultor Moacir Catabriga, que em 1990 comprou a primeira terra no Tocantins.

Além do valor da terra, há diferença na metragem. Um alqueire no Sul (2,4 hectares) é a metade de um alqueire negociado no Norte (4,8 hectares), o chamado "alqueirão".

O crescimento mais significativo do Mapitoba ocorreu a partir de 2000. O boom dos preços das commodities incentivou grandes empresas e fundos de investimento a investir na região. A produção de soja foi multiplicada por quatro, estimulando a instalação de processadoras.

Bunge, Cargill e Algar têm unidades no Mapitoba, que reúne 5% da capacidade total de esmagamento do país, segundo o Rabobank. O agronegócio já representa 30% do PIB dos Estados da região.

---

### **Grandes grupos devem dominar a produção – Folha de São Paulo. 22/12/2012**

O agronegócio passa por consolidação no Mapitoba. Como os altos custos, provocados pela infraestrutura precária, exigem maior escala de produção, os grandes investidores ganham espaço na produção.

É comum encontrar grupos administrando áreas superiores a 50 mil hectares. As propriedades mais extensas estão na Bahia, o primeiro Estado a atrair os agricultores, mas a consolidação chega aos outros Estados do grupo.

A SLC Agrícola, uma das protagonistas desse movimento -com oito fazendas na Bahia, no Maranhão e no Piauí-, planeja crescer ainda mais. "Ainda existem oportunidades de aquisição de terras", diz Ivo Brum, diretor da SLC.

Neste ano, a empresa criou, com o fundo britânico Valiance, uma subsidiária para atuar exclusivamente na compra de terras. Recebeu do parceiro estrangeiro US\$ 238,6 milhões para a aquisição de áreas no cerrado.

A participação minoritária de estrangeiros em empresas brasileiras -caso da LandCo, subsidiária da SLC- é uma das alternativas para driblar a restrição à compra de terras por estrangeiros.

A falta de interesse dos herdeiros em assumir o negócio dos "gaúchos" será mais um fator de estímulo à consolidação.

"Se meus filhos não se interessarem pelo negócio, como parece, vou ser obrigado a arrendar ou vender as terras para os grandes grupos, que podem dominar a agricultura no país", diz Valdir Zaltron.

"Quem vai tocar depois de nós? Meu filho está em Porto Alegre", lamenta o produtor Paulo Kreling.

---

### **Infraestrutura é obstáculo ao Mapitoba – Folha de São Paulo. 22/12/2012**

*Centro produtor de soja no Maranhão sofre com a falta de pavimentação nas estradas e de saneamento básico. Aumento da produção de grãos nos próximos anos pode levar a região a uma crise de logística, diz membro do governo.*

Com o avanço da tecnologia, clima e solo deixaram de ser empecilhos para a expansão do agronegócio no Mapitoba. O maior entrave, hoje, é a infraestrutura.

"É uma região com um futuro promissor, mas a falta de infraestrutura atrasa o progresso", diz Renato Rasmussen, analista do Rabobank.

Os problemas não se restringem à logística. Apagões de comunicação são constantes -a telefonia fixa e a móvel pararam de funcionar em um dos três dias em que a Folha esteve em Balsas (MA).

A população também sofre com a falta de saneamento básico, saúde pública precária e com os buracos nas ruas. Há trechos intransitáveis no centro da cidade.

O prefeito de Balsas, Francisco Coelho, reclama apoio do governo estadual.

"Balsas é uma fronteira agrícola. Era uma cidade de 40 mil habitantes que, de uma hora para a outra, passou para 90 mil. E aí criam-se os problemas", diz.

Nas rodovias do Maranhão, o acesso à maior parte das propriedades é difícil. Não há pavimentação em muitos trechos, que ficam intransitáveis com a chuva.

Já no caminho para a exportação, houve avanços recentes. A conclusão do trecho da ferrovia Norte-Sul de Porto Nacional (TO) até a ferrovia Carajás, que chega ao porto de Itaqui (MA), reduziu o custo do transporte.

## PROBLEMAS

Mas a maior movimentação no porto, principal saída para a soja e porta de entrada para os fertilizantes, já causa problemas.

O produtor José Antonio Gorgen é dono de duas misturadoras de adubos, em Balsas (MA) e Uruçuí (PI). Neste ano, importou 211 mil toneladas. Mas, apesar da maior demanda dos produtores, a sua margem de lucro foi espremida por problemas logísticos.

"Tivemos filas de navios o ano inteiro. Todo o lucro que teríamos com fertilizantes vai ser gasto para pagar multas", diz Gorgen, referindo-se a cobranças pelo tempo que o navio aguarda para atracar.

Com o aumento estimado para a produção de grãos na região, problemas são previstos até pelo governo.

"Você duvida que, daqui a quatro ou cinco anos, vamos estar com uma crise logística no Mapitoba?", diz o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, José Carlos Vaz.

Ele encara a situação com naturalidade. "Antes de a lavoura chegar, ninguém vai construir estradas. É o mal da juventude, mas o mal de um país em prosperidade."

O governo federal trabalha para melhorar a logística da região por meio de obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

A ampliação da capacidade do porto de Itaqui é uma delas. Outra grande obra do PAC prevista para a região é o trecho sul da ferrovia Norte-Sul, de Palmas (TO) a Estrela D'Oeste (SP), que pode facilitar o escoamento da produção para o principal centro consumidor do país.

---

### **Inkra publica dados de combate ao desmatamento na Amazônia – Site do INCRA. 23/12/2012**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) passa a divulgar, trimestralmente, a partir deste mês de dezembro, um boletim informativo sobre a situação do desmatamento em assentamentos da reforma agrária na Amazônia Legal. O objetivo é tornar a publicação uma ferramenta de monitoramento e transparência das estratégias adotadas pelo Inkra para reduzir o desmatamento na região.

As informações para a elaboração do boletim são disponibilizadas pelos sistemas operacionais de monitoramento da Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe): o Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes) e o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real na Amazônia (Deter). A publicação também contém informações produzidas pela Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DTM) do Inkra.

Clique aqui e acompanhe as ações de preservação ambiental e combate ao desmatamento empreendidas pelo Inkra, além da análise dos dados preliminares do

Prodes 2012, que apontam queda do desflorestamento nos assentamentos da reforma agrária instalados na Amazônia Legal.

---

### **Secas deixaram marcas profundas na Amazônia – O Globo. 25/12/2012**

As recentes e intensas secas na Amazônia, registradas em 2005 e 2010, deixaram marcas profundas na floresta, que demora a se recuperar de seus efeitos. Usando dados de satélite, pesquisadores americanos e brasileiros verificaram que, só em 2005, o menor volume de chuvas colocou sob estresse hídrico mais de 70 milhões de hectares de selva, o que foi acompanhado por alterações na estrutura e umidade na área da copa das árvores.

Apesar do aumento na precipitação nos anos seguintes, esta diminuição na vitalidade vista na copa da floresta persistiu até a estiagem seguinte, em 2010, destacando a grande vulnerabilidade da floresta às mudanças climáticas, segundo os pesquisadores.

"Se as secas continuarem a ocorrer com uma frequência de cinco a dez anos, grandes áreas da Floresta Amazônica ficarão expostas a seus efeitos persistentes, com uma lenta recuperação de sua estrutura e função. Em particular, as áreas do Sul e Oeste da Amazônia se mostraram severamente afetadas pela maior variabilidade das precipitações na última década, sugerindo que a região pode estar testemunhando os primeiros sinais de uma degradação em larga escala devido às mudanças climáticas", escrevem os pesquisadores em artigo publicado na "Proceedings of the National Academy of Sciences" (PNAS).

Ainda de acordo com os pesquisadores, se por um lado a menor cobertura fornecida pela copa das árvores e o retorno das chuvas favorece o desenvolvimento de plantas nas zonas mais rasteiras da floresta nos primeiros meses após as estiagens, por outro a morte de grandes árvores e o acúmulo de folhas secas no solo podem levar a um aumento no fluxo de dióxido de carbono vindo de sua decomposição, num processo que pode perturbar significativamente o ciclo do carbono na região.

Em 2011, um estudo publicado na "Science" já mostrava que a maior frequência de secas ameaçava transformar a maior floresta tropical do mundo em uma fonte de gases-estufa, ao invés de uma esponja que os absorve, acelerando o aquecimento global.

Além disso, as folhas secas e a menor umidade deixam a floresta mais vulnerável a incêndios. Segundo os dados analisados, mais de 35% dos incêndios registrados no período entre 2005 e 2009 estavam em áreas que os satélites mostraram estar sob estresse hídrico, enquanto em 2010 mais de 78% dos incêndios ocorreram em regiões com precipitação abaixo da normal.

### **Desenvolvimento inclusivo sustentável? Marcelo Côrtes Neri – Valor Econômico. 26/12/2012**

O crescimento brasileiro em 2012 decepcionou, mesmo na comparação com as previsões mais pessimistas. Após sucessivas tentativas de reaquecimento a partir da aplicação de um arsenal de medidas monetárias e fiscais expansionistas, projeta-se um crescimento do PIB em torno de 1% em 2012, e nulo em termos per capita. A frustração

do chamado "PIBinho" contrasta com os resultados positivos das pesquisas de opinião recém colhidos. Se quisermos entender esse paradoxo, devemos nos debruçar sobre outras dimensões da experiência humana.

Um bom roteiro é encontrado no livro de 2010 de dois prêmios Nobel em Economia, Joseph Stiglitz e Amartya Sen, intitulado "(Mis) Measuring Our Lives". O livro reflete as conclusões de uma comissão de notáveis sobre como medir o progresso das sociedades. Buscamos aqui medir o avanço tupiniquim em 2012, utilizando as quatro principais recomendações da comissão, sintetizando as conclusões do Comunicado 158 do Ipea. A nossa pergunta básica é: o período de progresso brasileiro observado desde o fim da recessão de 2003 terminou em 2012? Em que dimensões?

Mediana - Uma maneira simples e direta de sintetizar os efeitos de mudanças na média e na desigualdade de renda, as duas primeiras dimensões consideradas na comissão, é usar a mediana da renda. Se no período de 2003 a 2011 o PIB e a renda média da Pnad cresceram a taxas de 3,1% e 4,36% ao ano, a renda mediana da Pnad cresceu a 5,94% ao ano. Ou seja, o João da Silva que habita o meio da distribuição de renda brasileira cresceu nesse período a taxas indianas contra as taxas belgas do PIB.

*O PIB per capita cresce zero contra 2,9% da renda média do trabalho das famílias e 5,4% da mediana*

A discrepância de taxas de crescimento entre o PIB e a renda das famílias é ainda maior em 2012 tal como captada pela PME. No terceiro trimestre de 2012, enquanto o PIB cresceu 0,9% e o PIB per capita cresceu algo próximo de zero, a renda per capita do trabalho média das famílias cresceu 2,93% na mesma comparação com igual período do ano anterior. Já a mediana cresceu 5,4%.

Uma das vantagens da PME é a velocidade, superior à das contas nacionais. Hoje sabemos precisar as taxas de crescimento de média e mediana de 6,8% e 8,75%, respectivamente, na comparação de outubro de 2012 com o mesmo período do ano anterior. A retomada pós terceiro trimestre foi confirmada pelos dados da PME de novembro lançados pelo IBGE na sexta última.

Apesar de suas limitações, todas as principais inflexões da distribuição de renda no contexto brasileiro nos últimos 30 anos foram inicialmente antecipadas pela PME. Segundo a Pnad, a renda do trabalho corresponde a 81% nas seis principais áreas metropolitanas cobertas pela PME. Além disso, a renda de previdência foi impulsionada pelo aumento nominal de 14% no salário mínimo em janeiro de 2012 e pela expansão do Bolsa Família sob a égide do lançamento do Brasil Carinhoso em maio de 2012. De outubro de 2011 a outubro de 2012, já descontada a inflação pelo INPC e o crescimento populacional, o valor real per capita dos benefícios previdenciários pagos pelo INSS cresceu 6,14% e o do Bolsa Família, 12,2%. Em outras palavras, as estimativas de crescimento restritas à renda do trabalho são conservadoras.

Sustentabilidade - outra possibilidade aberta pela estrutura longitudinal da PME ao acompanhar as mesmas famílias ao longo do tempo, é medir o risco associado aos novos padrões de vida conquistados. Auferimos a proporção de pessoas cruzando a mediana da renda de baixo para cima e de cima para baixo no período de 12 meses.

O risco de regressão cai à metade desde os 24,21% observados na recessão de 2002-2003 chegando a 12,09% entre 2011 e 2012. Já a probabilidade de ascensão sai de 18,39% entre 2002 e 2003 até chegar em 30,11% entre 2011 e 2012. Mais do que um ano de baixo risco de queda das rendas individuais, 2012 se caracteriza pela maior possibilidade das pessoas subirem na vida.

Felicidade - a quarta e última dimensão preconizada por Stiglitz-Sen é subjetiva, não tendo eco nas estatísticas nacionais. O Ipea foi a campo em outubro de 2012 numa amostra com 3.800 entrevistas representativas do país. O questionário aplica perguntas padronizadas de pesquisas internacionais. Exploramos aqui medições dos níveis de felicidade reportados diretamente pelas pessoas, uma nota de 0 a 10 sobre a respectiva satisfação com a vida corrente.

A pesquisa do Ipea mostra que a nota média de felicidade brasileira hoje é 7,1, o que nos colocaria em 16º lugar entre 147 países do globo segundo dados do Gallup World Poll de 2011 demonstrando avanço frente o 22º lugar entre 132 países em 2006.

Em suma, podemos dizer, à luz das recomendações da comissão, que, apesar do retrocesso no avanço do PIB em 2012, os atributos desejáveis do desenvolvimento se mantiveram vis a vis aos do período de ouro pós-recessão de 2003. A começar pela magnitude da expansão da renda per capita captada a partir de pesquisas domiciliares e sua qualidade inclusiva e sustentável, turbinada pela queda sustentada da desigualdade e pela menor instabilidade da renda de cada um. Finalmente, indicadores subjetivos de felicidade mostram avanços na satisfação com a vida dos brasileiros entrevistados em suas casas.

---

### **São Francisco pode ser extinto, diz biólogo – Daniel Carvalho. Folha de São Paulo. 26/12/2012**

*Pesquisador de equipe que monitora as águas do rio e obras da transposição afirma que processo é 'inexorável'. Segundo José Alves Siqueira, programas de recuperação de áreas degradadas não estão sendo implementados.*

Após quatro anos de monitoramento do rio e das obras de transposição de parte das águas do São Francisco, o biólogo José Alves Siqueira, 41, e outros 99 pesquisadores alertam: o rio está em processo de "extinção inexorável".

O professor integra a equipe da Univasf (Universidade Federal do Vale do São Francisco), em Petrolina (PE), contratada pelo governo federal para fazer o inventário da flora e da fauna ao longo de todo o trecho da obra.

O resultado encontrado no rio e nos 469 quilômetros de canais está no livro "Floras das Caatingas do Rio São Francisco: História Natural e Conservação" (Andrea Jacobsson Estúdio). Leia os principais trechos da entrevista.

★

Folha - O título do primeiro capítulo do livro assusta: "A extinção inexorável do rio São Francisco". Como vocês identificaram esse processo e por que o consideram

inexorável?

José Alves Siqueira - Eu fiz uma pesquisa minuciosa sobre todos os problemas históricos que ocorreram no São Francisco desde o seu descobrimento. A gente teve um dos rios mais piscosos do país. Com as barragens [Três Marias, Sobradinho, Paulo Afonso e Xingó], a gente perdeu todos aqueles peixes que sobem as corredeiras para se reproduzir. O São Francisco é o rio mais barrado do Brasil.

Se as coisas continuarem do jeito que estão, quanto tempo o São Francisco ainda tem? A gente não tem como fazer um cálculo preciso. O processo está em curso, o rio está sofrendo profundamente com o desmatamento de suas matas ciliares.

Qual a participação da transposição neste processo?

Existe um passivo ambiental da obra, em torno de R\$ 20 milhões, R\$ 25 milhões. Esse recurso deve ser usado para implementar unidades de conservação. Podemos transformar o problema da transposição numa oportunidade.

Na prática, como a obra da transposição está colaborando com o processo?

Ainda não temos as respostas claras. A gente encontrou 62 espécies exóticas invasoras, que não são da flora brasileira, já nas áreas do canal. Quando ela [a invasora] chega, ocupa espaço de espécies nativas e provoca destruição das outras.

O senhor é favorável à obra?

A gente não está discutindo se é a favor ou contra porque a obra já está em curso. Hoje o nosso papel é tentar mitigar os impactos. Os impactos existem. [Mas] o que a gente pode fazer para tornar isso razoavelmente viável?

O senhor fala que ainda tem muito a se avançar nesse processo de mitigação dos impactos. Como?

Algo para ser feito em caráter emergencial [é] a implementação dos programas de recuperação de áreas degradadas. As grandes empreiteiras têm obrigação de implementar esses planos de recuperação. Isso não está acontecendo. Quando oferecem a possibilidade de fazer, fazem com espécies exóticas invasoras. A gente tem um conjunto de oportunidades que não pode perder vista. Não teremos uma segunda oportunidade. Não há nada de sensacionalista nisso. Não é uma crítica gratuita.

Qual o papel dessa estiagem prolongada no Nordeste neste processo de extinção do rio? É mais um agravante porque a demanda por água aumenta. Os bancos de areia no São Francisco estão cada vez maiores. A gente está vivendo um processo de aquecimento global e a caatinga é o lugar do Brasil mais suscetível a essas mudanças climáticas.

---

**Mineradoras aceleram seu avanço na Amazônia brasileira. John Lyons e Paul Kiernan | The Wall Street Journal, Valor Econômico. 26/12/2012**

Gigantes da mineração como a Vale SA e a britânica Anglo American PLC estão se esforçando cada vez mais para extrair minerais da floresta amazônica brasileira,

apostando alto numa das regiões mais remotas e de meio ambiente mais sensível do mundo.

Ao todo, as mineradoras vão investir cerca de US\$ 24 bilhões entre 2012 e 2016 para aumentar a produção de minério de ferro, bauxita e outros metais encontrados na bacia do Amazonas, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração. O Brasil já recebe hoje um quinto dos investimentos em mineração no mundo, e a Amazônia representa para muitos o maior potencial ainda inexplorado do país.

"A Amazônia será a nossa Califórnia", disse Fernando Coura, presidente do Ibram.

A iniciativa das mineradoras na Amazônia se encaixa na estratégia mais ampla do governo brasileiro de aproveitar os recursos da floresta para impulsionar o crescimento econômico. A construção de hidrelétricas nos rios da Amazônia, a melhora das estradas que vão até municípios distantes e a expansão da rede de energia elétrica também são partes desse novo avanço sobre a Amazônia. Mudanças na lei e empréstimos do governo ajudarão a abrir caminho para mais minas na região.

Os ambientalistas receiam que o surto de desenvolvimento possa acelerar o desmatamento e pressionar as pequenas comunidades da região, com milhares de trabalhadores das minas sobrecarregando a infraestrutura e os serviços locais. Já os cientistas dizem que preservar aquela que é a maior floresta e o maior absorvedor de carbono do mundo é vital para o equilíbrio do clima do planeta e para a sobrevivência de cerca de um décimo das suas espécies.

Embora menos árvores precisem ser arrancadas para a mineração na Amazônia do que para outras atividades, como a pecuária, as estradas construídas para servir as minas podem acelerar o desmatamento ao facilitar, por exemplo, que madeireiros clandestinos acessem áreas remotas.

"As estradas são inimigas das árvores e as minas precisam de estradas", diz Jared Hardner, que dá consultoria para mineradoras como a anglo-australiana Rio Tinto PLC, ajudando-as a diminuir o impacto ambiental dos seus projetos. "O problema da Amazônia é que uma rede de infraestrutura está sendo instalada cada vez mais dentro da floresta."

Para complicar, alguns investidores dizem que as mineradoras escolheram a hora errada para deflagrar uma custosa procura pelos recursos da Amazônia. Depois de anos em alta, os preços do minério de ferro, da bauxita e de outros metais despencaram devido às incertezas relacionadas ao crescimento lento da China.

"O mercado não engole essa história de crescimento de longo prazo na mineração", disse Felipe Gomes, analista da Price WaterhouseCoopers no Brasil.

Pessoas do setor como Coura, do Ibram, dizem que o mercado tem uma percepção "míope". Já que pode levar dez anos para colocar uma mina em operação, as companhias precisam enxergar além dos ciclos do mercado, dizem executivos da mineração. Os preços do minério de ferro se recuperaram um pouco nos últimos meses e desenvolver minas de difícil acesso continua lucrativo. Da mesma forma, A bauxita,



que é usada para fazer alumínio e existe em abundância na Amazônia, vai se manter lucrativa, dizem eles.

O maior projeto em andamento na Amazônia é de longe a ampliação de US\$ 8,1 bilhões que a Vale está fazendo na sua mina de ferro de Carajás, no Pará, a qual já é a maior do mundo. Em 20 de novembro, a Vale, maior produtora de minério de ferro do mundo, recebeu uma licença ambiental para construir 800 quilômetros de ferrovias na Amazônia, incluindo duplicações e novos trechos, para fazer frente ao aumento da produção.

A Votorantim anunciou um investimento de R\$ 5,6 bilhões numa nova mina de bauxita no Pará. Os desafios logísticos incluem transportar grande parte do metal em caminhões por cerca de 600 quilômetros de estradas às vezes difíceis, disseram executivos.

A Anglo American está estudando um projeto de níquel de US\$ 4,7 bilhões que a empresa afirma ter potencial para aumentar consideravelmente a sua participação de mercado. Grupos de investimento da China e Coreia do Sul estão procurando possíveis jazidas, disseram autoridades brasileiras.

Enquanto isso, analistas do setor da mineração dizem que a companhia britânica pode ter até quatro possíveis candidatos à compra de uma mina de ferro no Amapá, entre eles a trader de commodities Glencore International PLC e a produtora de aço russa OAO Severstal.

A Norsk Hydro, gigante norueguesa do petróleo e da mineração, comprou os ativos de bauxita e alumínio da Vale em 2011, inclusive a terceira maior mina de bauxita do mundo, situada no Pará.

Mineração na Amazônia não é nenhuma novidade. Os depósitos da Vale na mina gigante de Carajás foram descobertos nos anos 60. Mas os investimentos atuais têm uma escala bem maior que antes. E a indústria deve fazer novos avanços, agora que está sendo criada uma lei para permitir a mineração em terras indígenas, hoje proibida.

A nova lei da mineração pode aumentar os conflitos que os projetos na Amazônia já causaram entre empresas e comunidades locais.

"O que preocupa são os projetos que estão entrando nas áreas mais sensíveis", disse Valmir Ortega, diretor no Brasil da Conservation International, uma ONG ambiental. "Os antecedentes do Brasil no tratamento das populações locais da Amazônia não são encorajadores."

Edio Lopes, deputado federal pelo PMDB de Roraima e redator do projeto de lei da mineração, disse ser um mito que "qualquer relação entre mineradoras e comunidades indígenas é absolutamente prejudicial e traz prostituição, alcoolismo e doenças". Ele disse que as mineradoras têm hoje tecnologia suficiente para minimizar o impacto nas áreas sensíveis.

Executivos das empresas dizem que estão trabalhando para limitar os impactos ambientais. A americana Alcoa Inc. prometeu replantar a floresta na sua mina de bauxita de Juriti, no Pará, e seus gerentes moram no município para ver em primeira

mão o impacto que a mina tem lá. Ainda assim, a Alcoa foi processada pela justiça estadual, que exigiu um controle mais rigoroso e um estudo mais abrangente do impacto da mina.

"Acredito que o nosso lado está hoje mais preparado para esse problema, mas ainda não temos todas as respostas", disse Tito Martins, diretor-executivo da Votorantim, durante um painel de discussão numa conferência sobre mineração na Amazônia realizada em novembro.

---

## **O tamanho do verde – Site do MMA. 27/12/2012**

*Cadastro nacional aponta que mais de 308 milhões de hectares do território nacional são ocupados por de florestas públicas*

As florestas públicas – aquelas que pertencem à União, aos estados, Distrito Federal e municípios – ocupam mais de 308 milhões de hectares, ou seja, 36% do território brasileiro, conforme os dados atualizados do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) em 2012. O CNFP é elaborado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

O número representa um aumento de quase 11 milhões de hectares em relação às florestas públicas cadastradas até o ano passado. A inclusão dessas áreas ocorre à medida que o SFB recebe informações georreferenciadas (arquivos eletrônicos com coordenadas geográficas) dos órgãos que detêm áreas públicas com florestas.

### **ATUALIZAÇÃO**

“Nossa meta é manter o cadastro sempre atualizado, com a inclusão de todas as florestas públicas repassadas pelos parceiros. Um dos nossos desafios é apoiar os estados na elaboração dos cadastros estaduais”, afirma o gerente-executivo do cadastro no SFB, Humberto Mesquita Jr.

A maior parte das florestas adicionadas ao CNFP deste ano é daquelas sem uso definido, tanto em âmbito federal quanto estadual, que juntas adicionaram cerca de 5 milhões de hectares. O segundo maior acréscimo veio de assentamentos diferenciados (agroextrativistas, florestais e de desenvolvimento sustentável) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que responderam por cerca de 2 milhões de hectares.

As florestas com uso definido (destinadas) correspondem a 75% daquelas cadastradas, com de 230 milhões de hectares. Nesse grupo estão as terras indígenas, com 111 milhões de hectares; unidades de conservação federais, com 60 milhões de hectares; unidades de conservação estaduais, com 45,6 milhões de hectares; áreas militares, com 2,9 milhões de hectares; além de assentamentos estaduais e florestas municipais.

### **AMAZÔNIA**

Ainda que as florestas destinadas sejam maioria, um quarto das florestas públicas cadastradas – 76 milhões de hectares – ainda não possui uso definido. A quase a

totalidade delas está na região Norte (96%), e o restante, nas regiões Centro-oeste e Nordeste. Em relação ao CNFP passado, o aumento dessas florestas foi de 5%.

O bioma que possui a maior quantidade de florestas públicas é a Amazônia, somando 92% de hectares, seguido pelo do Cerrado, com 6%. Para o SFB, o Cadastro funciona como instrumento de planejamento voltado às concessões florestais, à tomada de decisões na gestão florestal, definição de estratégias de gestão florestal e como provedor de informações aos sistemas de informação florestal. O CNFP permite identificar a totalidade de florestas públicas, bem como as passíveis de concessão, subsidiando a elaboração dos Planos Anuais de Outorga Florestal.

O esforço contínuo para o aperfeiçoamento do banco de dados espaciais do Cadastro proporcionou a disponibilização dos dados do CNFP por meio de mapas interativos que possibilitam consultas e download dos dados (<http://geo.florestal.gov.br> ou <http://mapas.florestal.gov.br>).

---

### **Biodiversidade ajuda a evitar pobreza, diz estudo - O Estado de S.Paulo. 28/12/2012**

*Análise de dados do Banco Mundial relativos a 139 países mostra que doenças tropicais são um 'fardo econômico'*

Um novo estudo, com base na análise de dados do Banco Mundial relativos a 139 nações, diz que certas doenças infecciosas e parasíticas exercem influência significativa no desenvolvimento econômico e respondem por discrepâncias na renda per capita entre as populações de países tropicais e temperados. Os pesquisadores, em artigo na revista Public Library of Science (PLoS) Biology, também sugerem que ecossistemas saudáveis, com grande diversidade de plantas e animais, podem diminuir a transmissão dessas doenças.

Embora economistas reconheçam que doenças como a malária e o amarelão possam frear o desenvolvimento econômico, "permanece um intenso debate sobre a importância relativa do peso das doenças em geral nos padrões globais de riqueza e pobreza", diz o artigo, assinado pela equipe liderada pelo economista e ecologista Matthew Bonds, do departamento de saúde global e medicina social da faculdade de Medicina da Universidade Harvard, nos Estados Unidos.

O estudo, além de considerar como as diferenças na latitude se relacionam com doenças e pobreza, analisou outros quesitos que influenciam a economia, como o bom funcionamento das instituições governamentais, legais e econômicas. Para isso, usaram de estatística para avaliar a importância relativa de vários fatores e concluíram que "doenças parasíticas e transmitidas por vetores afetaram sistematicamente o desenvolvimento econômico". "Também mostramos que o fardo trazido por essas doenças é determinado por condições ecológicas", escreveram.

Segundo os especialistas, o estrago causado por essas doenças aumenta com a perda de biodiversidade. Isso porque moléstias como malária e doença de Lyme necessitam de hospedeiros, que aumentam de número com a queda na população de predadores ou

competidores - por exemplos, populações de roedores crescem muito quando não há corujas para comê-los.

"Nosso estudo também mostra que a biodiversidade impulsiona o bem-estar econômico ao impedir surtos mais graves de doenças", afirmou Andrew Dobson, coautor do trabalho e médico infectologista da Universidade de Princeton.

---

### **Ambientalismo republicano. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 29/12/2012**

*Eu temia agressão física no Meio Ambiente; os radicais agora perderam espaço para o ambientalismo republicano*

É grande equívoco separar produção agrícola do universo da preservação. A agricultura é uma das atividades ambientalmente mais sustentáveis. Não fosse assim, não se produziria mais trigo no Velho Mundo, passados milênios de safras consecutivas.

A agricultura não é nem poderia ser uma atividade degradante, sob pena de, a médio prazo, pôr em risco a produção de alimentos para a população mundial.

Como em qualquer ambiente, seja urbano ou rural, temos os que produzem com consciência e a minoria que lança mão de práticas reprováveis.

Estes últimos devem ser educados e, em última instância, punidos. Mas é bom que se diga: no setor agrícola, são exceção, e não regra geral.

O termo sustentabilidade é bom de marketing, está na moda, mas não tem referencial concreto em nosso universo mental. Trata-se de palavra criada para a ela atribuímos um significado.

Qual o significado válido? Difícil dizer, visto que o termo pode ser empregado em diversos ambientes, nas várias regiões dos cinco continentes. E a geografia é determinante. Uma atividade sustentável nos Emirados Árabes Unidos pode não o ser no pantanal brasileiro.

É preciso ter conhecimento para bem usar o conceito. Se imaginamos, por exemplo, a produção de café no sul de Minas Gerais, não temos como a ela associar falta de sustentabilidade.

O ambiente não está degradado, novas safras se repetem a cada ano e o turismo ecológico está no orçamento de boa parte dos municípios produtores, demonstrando que a beleza cênica e a qualidade ambiental não foram afetadas pela atividade agrícola.

Fica claro, portanto, que os movimentos políticos que ostentam as bandeiras da agricultura e do ambiente não devem ser adversários. São mais produtivos o trabalho conjunto e o diálogo permanente na busca do fortalecimento do histórico de compatibilidade entre produção e preservação.

Isso não é uma tese nem um discurso. É constatação da realidade histórica, que, felizmente, tem sido reconhecida. Técnicos ambientalistas do governo sentaram-se à mesa com técnicos da produção rural em 2012.

Confesso que, até há bem pouco tempo, eu tinha receio de entrar no Ministério do Meio Ambiente. Mais do que não ser convidada, eu temia uma agressão física dos radicais que agora perderam espaço para o ambientalismo republicano.

O ministério era uma extensão de ativistas radicais originários de diversas ONGs, todas comprometidas com o acirramento da irracional disputa entre ambientalismo e produção.

Não havia técnicos ali, e sim ativistas empunhando bandeiras agressivas e falaciosas, numa verdadeira cruzada contra os produtores rurais.

Agricultores e pecuaristas eram vendidos à opinião pública como vilões do ambiente no Brasil, e não como trabalhadores e empresários que produzem alimentos.

Mas, para meu espanto, foi no Ministério do Meio Ambiente que realizamos uma reunião histórica em meados de novembro. Técnicos do governo sentaram-se para ouvir a CNA a convite da ministra, que queria saber o que pensam e querem os produtores rurais para o futuro e quais os gargalos que estrangulam o setor.

Hoje, já há o reconhecimento de que produção agrícola e preservação caminham juntas. A sociedade que deseja a estabilidade da produção de alimentos também cobra cuidado com o ambiente.

Para o produtor rural, esse respeito à natureza tem duplo significado. Além da manutenção de

um espaço agradável, representa o cuidado com seu bem maior: a terra, que, uma vez degradada, vai dilapidar seu patrimônio e comprometer a eficácia de seu plano de negócios.

Esse entendimento muito contribuirá para melhorar a imagem da agricultura nacional. E não apenas diante dos brasileiros como também aos olhos do mundo.

A coexistência entre produção e preservação confere tranquilidade ao campo, agrega valor à produção sustentável e não esvazia o verdadeiro movimento ambientalista republicano, cuja vigilância, mais do que útil, é fundamental a qualquer sociedade.

---

## **Polícia usa bomba para desocupar vila em MT – Folha de São Paulo. 31/12/2012**

*Área foi reconhecida como terra indígena*

Policiais federais e da Força Nacional de Segurança deflagraram ontem uma ação em Posto da Mata, distrito de Alto da Boa Vista (MT), onde posseiros resistem a ordem judicial de desocupação.

Segundo moradores da área, os policiais detonaram bombas de efeito moral, enquanto um helicóptero sobrevoava as ruas.

"Fizeram isso para nos intimidar", disse o comerciante Antonio Mesquita, 44, que mora há 20 anos no local com os pais, a mulher e a filha de seis anos.

De acordo com ele, os policiais pediram para que os moradores permanecessem em casa e aguardassem a chegada de um oficial de Justiça, que os orientaria sobre o processo de desocupação. Isso não havia ocorrido até então.

"Ficamos prisioneiros em nossas casas", disse Mesquita. Segundo ele, a ação policial começou por volta das 6h e assustou os moradores.

A área tem 165 mil hectares e foi reconhecida em novembro como terra indígena xavante Marãiwatsédé.

Posseiros ocupam a área desde 1992. A terra indígena foi homologada em 1998 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na sexta-feira passada, um caminhão do governo federal carregado com cestas básicas foi saqueado e incendiado em Posto da Mata

---

### **Forças federais ocupam entrada de terra indígena. Cleide Carvalho – O Globo. 31/12/2012**

*Posto da Mata era principal foco de resistência à desocupação de área no Mato Grosso*

As forças federais que trabalham na retirada de não índios da Terra Indígena Marãiwatsédé conseguiram, na madrugada de ontem, ocupar o distrito de Posto da Mata, no Mato Grosso, principal reduto de resistência à desocupação da área. A estratégia era ocupar o local num momento em que poucas pessoas estivessem presentes para evitar confrontos. Posto da Mata é a principal entrada para a TI Marãiwatsédé, onde estão localizadas pelo menos 12 das grandes fazendas e posses de tamanho médio de políticos locais.

Na última sexta-feira, um caminhão da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que trans-portava sete toneladas de alimentos para comunidades indígenas do Mato Grosso, foi saqueado, e seus dois ocupantes - uma funcionária da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e o motorista da Funasa - foram vítimas de cárcere privado e tortura. - Os dois funcionários federais foram levados a um pequeno hotel em Posto da Mata e mantidos reféns por várias horas. Foram ameaçados de morte. Como a funcionária da Sesai começou a passar mal, pois tem problemas de pressão alta, um fazendeiro colocou os dois num carro e os levou até Porto Alegre do Norte, onde foram liberados - disse Paulo Maldos, da Secretaria Nacional de Articulação Nacional.

O bloqueio feito em Posto da Mata exigia que as forças federais utilizassem um desvio de 300 km para ter acesso à terra indígena e às principais áreas de posse. Na maioria das outras áreas, os posseiros já retiraram seus pertences e desmancharam estruturas de madeira feitas para cuidar, principalmente, de gado.

---

